

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU

UNIDADE ADMINISTRATIVA

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ – DIBAU

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ – DIBAU, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

ORIGEM DOS RECURSOS: As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da receita proveniente da arrecadação da Tarifa K2, junto aos irrigantes do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU.

DATA DA ABERTURA: 03 DE JANEIRO DE 2022

HORA DA ABERTURA: 14:00 HORAS

LOCAL: Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU

DEZEMBRO / 2021

DESPACHO

Ao(s) setor(es) competente(s) para providenciar pesquisas de preços e prévia manifestação sobre a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas, com vistas à deflagração de procedimento licitatório para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ – DIBAÚ, conforme quantitativos e especificações constantes no anexo I.

MARCO/CE, 03 de Novembro de 2021.



ROBERTO BASTOS CADENGUE
CPF nº 021.189.044-87
Gerente Executivo do DIBAÚ

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
01	ÓLEO 5W30 MOTOR GASOLINA	LT	100
02	ÓLEO 15W40 MOTOR DIESEL	LT	100
03	ÓLEO 10W30	LT	150
04	ÓLEO HIDRÁULICO 68	LT	500
05	ÓLEO TRANSMISSÃO THF	LT	200
06	ÓLEO SAE 90	LT	100
07	ÓLEO OH50	LT	30
08	ÓLEO (FLUIDO) PARA FREIOS DOT3	LT	20
09	ÓLEO PARA MOTOR 2º	LT	10
10	GRAXA AUTOMOTIVA GRAXA CHASSI	Kg	60
11	GRAXA AZUL	Kg	40
12	ÓLEO DIESEL S10	LT	35.000
13	GASOLINA ADITIVADA	LT	10.000


ROBERTO BASTOS CADENGUE
CPF nº 021.189.044-87
Gerente Executivo do DIBAU



POSTO

São José

José Leorne Rios & Cia Ltda

Rodovia CE 161 Km 75,8 triângulo de Marco - CE.

C.G.C.: 07.558.992/0001-16 - C.G.F.: 06.018.558-9.

Fones: (88) 3664-4026 / 3664-4033 Fax: (88) 3664-1165

**De olho no
Combustível**

MARCO - CE, 05 DE NOVEMBRO DE 2021.

CLIENTE: JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA - POSTO SÃO JOSE

ENDEREÇO: RODOVIA CE 161 KM 75,8 TRIÂNGULO, CEP 62560-000 MARCO - CE.

CNPJ: 07.558.992/0001-16 / INSCRIÇÃO ESTADUAL: 06.018558-9

CONTATO: (88)3664-1165 EMAIL: postosaosajosepsi@gmail.com**COLETA DE PREÇOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	PREÇO UNT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	ÓLEO 5W30 (MOTOR A GASOLINA) VEIC. PASSEIO	I	100	R\$50,00	R\$5.000,00
02	ÓLEO 15W40 (MOTOR A DIESEL) CAMINHÃO	I	100	R\$32,00	R\$3.200,00
03	ÓLEO 10W30 - MOTOS	I	150	R\$32,00	R\$4.800,00
04	ÓLEO HIDRAULICO 68	I	500	R\$28,00	R\$14.000,00
05	ÓLEO TRANSMISSÃO THF	I	200	R\$34,00	R\$6.800,00
06	ÓLEO SAE 90	I	100	R\$40,00	R\$4.000,00
07	ÓLEO OH50	I	30	R\$36,00	R\$1.080,00
08	ÓLEO FLUIDO PARA FREIOS DOT3	I	20	R\$36,00	R\$720,00
09	ÓLEO PARA MOTOR 2T	I	10	R\$38,00	R\$380,00
10	GRAXA AUTOMOTIVA (GRAXO CHASSI)	Kg	60	R\$33,00	R\$1.980,00
11	GRAXA AZUL	Kg	40	R\$58,00	R\$2.320,00
12	ÓLEO DIESEL S10	I	35.000,0	R\$6,20	R\$217.000,00
13	GASOLINA ADITIVADA	I	10.000,0	R\$7,20	R\$72.000,00
TOTAL DA COTAÇÃO					R\$333.280,00

Valor da Proposta: Trezentos trinta três mil e oitenta reais.
Validade da Proposta: 60 dias (sujeito a oscilações de mercado)


José Leorne Rios
Socio - Administrador



DOIS AMIGOS REVENDEDORA DE PETROLEO LTDA

AV. GUIDO OSTERNO, 787

CENTRO - MARCO - CEARÁ

CNPJ: 02.050.448/0011-17 IE: 06.384.151-7

email: postoavenida1marco@gmail.com cel: 88 997142431



PROPOSTA DE PREÇOS

Marco, CE, 06 de Novembro de 2021.

Ao Distrito de irrigação do perímetro baixo acaraú - DIBAU

Setor de Compras

OBJETO: Proposta de preços destinada ao Distrito de irrigação do perímetro Baixo Acaraú, com sede em Marco/Ceará na BR 403, CE 161 – Estrada do acaraú, Bairro Triângulo do Marco, CEP: 62.560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.493.975/0001-50, tel: (88) 9928-0481

Apresentamos abaixo nossa Proposta de Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VR. UNIT. R\$	VR. TOTAL
01	ÓLEO 5W30 (MOTOR A GASOLINA)	L	100	R\$: 55,00	R\$: 5.500,00
02	ÓLEO 15W40 (MOTOR A DIESEL)	L	100	R\$: 20,00	R\$: 2.000,00
03	ÓLEO 15W30 (MOTO)	L	150	R\$: 30,00	R\$: 4.500,00
04	ÓLEO HIDRAULICO 68	L	500	R\$: 23,00	R\$: 11.500,00
05	ÓLEO DE TRANSMISSÃO THF	L	200	R\$: 23,00	R\$: 4.600,00
06	ÓLEO SAE 90	L	100	R\$: 23,00	R\$: 2.300,00
07	ÓLEO 0H50	L	30	R\$: 46,00	R\$: 1.380,00
08	ÓLE FLUIDO DE FREIOS DOT 3	L	20	R\$: 26,00	R\$: 520,00
09	ÓLEO PARA MOTOR 2T	L	10	R\$: 40,00	R\$: 400,00
10	GRAXA AUTOMOTIVA (CHASSI)	KG	60	R\$: 20,00	R\$: 1.200,00
11	GRAXA AZUL	KG	40	R\$: 40,00	R\$: 1.600,00
12	OLEO DIESEL S10	L	35.000	R\$: 5,80	R\$: 203.000
13	GASOLINA ADITIVADA	L	10.000	R\$: 6,90	R\$: 69.000,00
TOTAL DA COTAÇÃO EM R\$				R\$: 307.500,00	

PROPONENTE: DOIS AMIGOS REVENDEDORA DE PETRÓLEO LTDA

CNPJ: 02.050.448/0011-17

ENDEREÇO: AV. GUIDO OSTERNO, 787, CENTRO, MARCO - CE.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS


Carlos Juliano Silva Rios
CPF: 001.143.173 - 30



POSTO ROCHA

Marco – CE, 25 de Novembro de 2021

COLETA DE PREÇOS

CLIENTE: DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERIMETRO BAIXO ACARAÚ – DIBAU
ENDEREÇO: BR 403, CE 161 – ESTRADA DO ACARAÚ, TRIÂNGULO DE MARCO – CE.
CEP: 62.560.000
CNPJ: 04.493.975/0001-50
INSCRIÇÃO ESTADUAL: INSENTO
CONTATO: (88) 9 9928-0481

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UND	VALOR TOTAL
01	ÓLEO 5W30 (MOTOR A GASOLINA) VEIC. PASSEIO	L	100	R\$ 42,00	R\$ 4.200,00
02	ÓLEO 15W40 (MOTOR A DIESEL) CAMINHÃO	L	100	R\$ 34,00	R\$ 3.400,00
03	ÓLEO 10W30 - MOTOS	L	150	R\$ 29,00	R\$ 4.350,00
04	ÓLEO HIDRAULICO 68	L	500	R\$ 25,00	R\$ 12.500,00
05	ÓLEO TRANSMISSÃO THF	L	200	R\$ 29,00	R\$ 5.800,00
06	ÓLEO SAE 90	L	100	R\$ 29,00	R\$ 2.900,00
07	ÓLEO OH50	L	30	R\$ 29,00	R\$ 870,00
08	ÓLEO FLUIDO PARA FREIOS DOT3	L	20	R\$ 28,00	R\$ 560,00
09	ÓLEO PARA MOTOR 2T	L	10	R\$ 46,00	R\$ 460,00
10	GRAXA AUTOMOTIVA (GRAXA CHASSI)	KG	60	R\$ 22,00	R\$ 1.320,00
11	GRAXA AZUL	KG	40	R\$ 25,00	R\$ 1.000,00
12	ÓLEO DIESEL S10	L	35.000	R\$ 6,20	R\$ 217.000,00
13	GASOLINA ADITIVADA	L	10.000	R\$ 7,20	R\$ 72.000,00
TOTAL DA COTAÇÃO, TREZENTOS E VINTE E SEIS MIL, TREZENTOS E SESENTA REAIS.				R\$ 326.360,00	

Validade da Proposta: 30 (trinta) dias.

André Gustavo Oliveira Rocha
CPF: 010.374.023-67

F& A Rocha Comercio de Derivados de Petróleo LTDA.

37.386.986/0001-90
Rod br 403 km 26
(88) 9 9836-0442
postorocha1@hotmail.com

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ – DIBAU, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	PREÇO 01	PREÇO 02	PREÇO 03	PREÇO MÉDIO
01	ÓLEO 5W30 MOTOR GASOLINA	LT	100	R\$ 50,00	R\$ 55,00	R\$ 42,00	R\$ 49,00
02	ÓLEO 15W40 MOTOR DIESEL	LT	100	R\$ 32,00	R\$ 20,00	R\$ 34,00	R\$ 28,66
03	ÓLEO 10W30	LT	150	R\$ 32,00	R\$ 30,00	R\$ 29,00	R\$ 30,33
04	ÓLEO HIDRÁULICO 68	LT	500	R\$ 28,00	R\$ 23,00	R\$ 25,00	R\$ 25,33
05	ÓLEO TRANSMISSÃO THF	LT	200	R\$ 34,00	R\$ 23,00	R\$ 29,00	R\$ 28,66
06	ÓLEO SAE 90	LT	100	R\$ 40,00	R\$ 23,00	R\$ 29,00	R\$ 21,09
07	ÓLEO OH50	LT	30	R\$ 36,00	R\$ 46,00	R\$ 29,00	R\$ 37,00
08	ÓLEO (FLUIDO) PARA FREIOS DOT3	LT	20	R\$ 36,00	R\$ 26,00	R\$ 28,00	R\$ 30,00
09	ÓLEO PARA MOTOR 2ª	LT	10	R\$ 38,00	R\$ 40,00	R\$ 45,00	R\$ 41,33
10	GRAXA AUTOMOTIVA GRAXA CHASSI	Kg	60	R\$ 33,00	R\$ 20,00	R\$ 22,00	R\$ 25,00
11	GRAXA AZUL	Kg	40	R\$ 58,00	R\$ 40,00	R\$ 25,00	R\$ 41,00
12	ÓLEO DIESEL S10	LT	35.000	R\$ 6,20	R\$ 5,80	R\$ 6,20	R\$ 6,06
13	GASOLINA ADITIVADA	LT	10.000	R\$ 7,20	R\$ 6,90	R\$ 7,20	R\$ 7,10

VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 321.184,80 (trezentos e vinte e um mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

MARCO/CE, 25 de Novembro de 2021.


PAULO REGIS RIOS
 CPF nº 469.455.713-00
 Gerente Administrativo e Financeiro



DESPACHO

Em atendimento ao Art. 14 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, informamos a Vossa Senhoria a existência de crédito orçamentário para atender as despesas com AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ – DIBAU.

As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da receita proveniente da arrecadação da Tarifa K2, junto aos irrigantes do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU.

MARCO/CE, 26 de Novembro de 2021.


PAULO REGIS RIOS
CPF nº 469.455.713-00
Gerente Adm. e Financeiro

AUTORIZAÇÃO

Estando devidamente cumpridas as formalidades previstas no artigo 38, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, conforme se constata no despacho anexado, **AUTORIZO** a abertura do procedimento licitatório, com a utilização de recursos oriundos do orçamento vigente, por conta da receita proveniente da arrecadação da Tarifa K2.

Remeta-se o procedimento a Assessoria Jurídica para as providências cabíveis.

MARCO/CE, 10 de Dezembro de 2021.



EZEQUIEL CHAVES DA SILVA

CPF nº 600.488.213-57

Coordenador do Conselho de Administração do DIBAU

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU.

REQUISITANTE: DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU.

AUTUAÇÃO

Hoje, nesta cidade, na sala da Comissão de Licitação, autuo o processo licitatório que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu **FERNANDO FRANÇA SILVEIRA**, Pregoeiro(a), o subscrevo.

MARCO/CE, 17 de Dezembro de 2021.


FERNANDO FRANÇA SILVEIRA
CPF nº 005.065.373-31
Pregoeiro(a)

PORTARIA Nº 003/2021, de 17 de dezembro de 2021.



EZEQUIEL CHAVES DA SILVA, Coordenador do Conselho Administrativo do DIBAU e **ROBERTO BASTOS CADENGUE**, Diretor Executivo do DIBAU, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 3º, inciso IV, § 1º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o (a) pregoeiro (a) e a respectiva equipe de apoio, para atuarem nos trabalhos atinentes às licitações na modalidade pregão, de interesse do Distrito de Irrigação do Baixo Acaraú - DIBAU, a saber:

PREGOEIRO (A)	FERNANDO FRANÇA SILVEIRA
EQUIPE DE APOIO	VITOR CHIAMULERA
	LIGIA ROSSETTO LOPES
SUPLENTE	LINEU CESAR WANDERLEY JUNIOR

Art. 2º - A investidura dos membros acima designados - pregoeiro e equipe de apoio - não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução dos mesmos, na sua totalidade, para o período subsequente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Marco/CE, em 17 de dezembro de 2021.


EZEQUIEL CHAVES DA SILVA
Coordenador do Conselho Administrativa do DIBAU


ROBERTO BASTOS CADENGUE
Diretor Executivo do DIBAU

DESPACHO

A

Assessoria Jurídica

Anexo ao presente estamos encaminhando processo administrativo, para exame da minuta de instrumento convocatório e anexos, para fins de abertura de processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que versa sobre AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ – DIBAU, nos termos do parágrafo único, do artigo 38, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

MARCO/CE, 17 de Dezembro de 2021.


FERNANDO FRANÇA SILVEIRA
CPF nº 005.065.373-31
Pregoeiro(a)

MINUTA DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço POR ITEM.

FORNECIMENTO: Por demanda.

LOCAL DO PREGÃO: Sala da Comissão de Licitação do **DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU**, na BR403/CE 161 – Estrada de Acaraú – Triângulo do Marco – Marco/CE.

DATA E HORA PARA RECEBER, ABRIR E EXAMINAR PROPOSTAS COMERCIAIS E DOCUMENTAÇÃO DE EMPRESAS QUE PRETENDAM PARTICIPAR DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU, em ____ de ____ de 20__ às ____:____ horas (horário local).

PREÂMBULO

Este procedimento licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterados pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores – Lei de Licitações, da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei Federal nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

O **DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU** torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro, Sr. FERNANDO FRANÇA SILVEIRA, nomeado pela Portaria nº 003/2021, de 17 de Dezembro de 2021, e assessorado pela equipe de apoio: VITOR CHIAMULERA e LIGIA ROSSETTO LOPES, nomeada através desta mesma Portaria, juntada ao processo administrativo de que trata esta licitação, receberá e abrirá no horário, data e local acima indicados, as **PROPOSTAS DE PREÇOS** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, observadas as normas e condições do presente Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

1.2 CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL E DELE FAZEM PARTE INTEGRANTE

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Minuta do Contrato

- ANEXO III – Ficha de Credenciamento
- ANEXO IV – Declaração de Habilitação
- ANEXO V – Declaração de Fatos Supervenientes
- ANEXO VI – Declaração que não emprega menor de 18 anos
- ANEXO VII – Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação
- ANEXO VIII – Modelo de Proposta
- ANEXO IX – Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU

1.3. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

- 1.3.1. O presente procedimento de licitação seguirá o seguinte trâmite em fases distintas;
- 1.3.2. Credenciamento dos licitantes, conforme subitem deste edital;
- 1.3.3. Recebimento de envelopes contendo as "Propostas de Preços" e os "Documentos de Habilitação";
- 1.3.4. Abertura das Propostas de Preços apresentadas, verificação e classificação inicial;
- 1.3.5. Lances Verbais entre os classificados;
- 1.3.6. Habilitação do licitante melhor classificado;
- 1.3.7. Recursos;
- 1.3.8. Adjudicação;
- 1.3.9. Homologação;
- 1.3.10. Contratação.

2. DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1.1 – Poderão participar do presente Pregão, toda e qualquer firma individual ou sociedade regularmente estabelecida no País, que seja especializada e credenciada nos referidos serviços objeto deste certame e que satisfaça a todas as exigências do presente Edital, especificações e normas, de acordo com os anexos relacionados.

2.2 – DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.2.1- Não poderá participar da licitação pessoa jurídica que estejam cumprindo penalidade de Suspensão Temporária para licitar ou contratar imposta por órgão/entidade deste Município ou declaradas inidôneas por força da Lei de Licitações e suas alterações posteriores;
- 2.2.2 – Não será admitida a participação de empresa sob a forma de Consórcios ou grupo de empresas e com falência decretada;
- 2.2.3 – Não poderá participar empresas que estejam incluídas no Cadastro de Inadimplência da Fazenda Pública Estadual – CADINE, nos termos do art. 3º, da Lei nº 12.411, de 02.01.95 e do seu Decreto Regulamentador nº 23.661, de 20.04.95;
- 2.2.4 – Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório;
- 2.2.5- Não poderá participar do certame pessoa jurídica que estiver sofrendo penalidades impostas por qualquer órgão/entidade da Administração Pública Municipal motivadas pelas hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Para o CREDENCIAMENTO, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.1.1. Ficha de Credenciamento, devidamente preenchida conforme modelo do **Anexo III** deste edital, condicionando toda e qualquer comunicação entre o pregoeiro e licitantes através do endereço eletrônico informado no respectivo anexo, onde deverá ser indicado, expressamente, o nome da pessoa credenciada, com os respectivos RG e CPF;

3.1.2. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a Ficha de Credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.1.3. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.3.1. Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

3.1.3.2. Inscrição de ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

3.1.3.3. Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

3.2. Tratando-se de pessoa física, cédula de identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

3.2.1. Tratando-se de procurador, o instrumento de **procuração específica pública ou particular (COM NUMERAÇÃO DO CERTAME)**, esta última com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga (**contrato social ou documento equivalente**);

3.2.2. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar pelo credenciado em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.2.3. Cada licitante somente poderá credenciar 01 (um) representante legal na licitação e, conseqüentemente, cada credenciado representará somente 01 (um) licitante.

3.2.4. No caso de substituição do representante credenciado, a licitante deverá apresentar pedido formal nesse sentido, o qual, em sendo o caso, deverá se fazer acompanhar dos documentos previstos nas cláusulas acima.

3.3. Não poderá um representante legal ou um procurador representar mais de uma empresa.

3.4. No caso de licitante este deverá comprovar a condição de representante legal, através de cópia autenticada de seu contrato social ou procuração com poderes específicos para referido ato.

3.5. Apresentar Declaração de Habilitação, constante do **Anexo IV** do Edital.

3.5.1) Apresenta Declaração de enquadramento em regime de tributação, **Anexo VII** do Edital, se for o caso.

Parágrafo Primeiro: Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser entregues fora dos envelopes, para que possam ser analisados no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes "Propostas de Preços". No caso de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio, à vista do original; nesse caso deverá ser realizado até o último dia útil anterior a abertura do certame, para que seja atestado a autenticidade do documento.

Parágrafo Segundo: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

Parágrafo Terceiro: Só serão aceitas a documentação entregue das empresas participantes no ato do certame.

3.6. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.6.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, Alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014, para que estas possam gozar dos benefícios previstos nas referidas Leis é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do Artigo 3º do referido diploma legal, por meio da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que deverá ser feita no próprio formulário de credenciamento conforme modelo disposto no ANEXO VII MODELO DE DECLARAÇÃO - (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014.

3.6.2. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) que possua restrição fiscal, quanto aos documentos exigidos neste certame, deverá apresentar a declaração de que trata o item supra, fazendo constar em tal documento também a declaração de que consta a restrição fiscal e que se compromete em sanar o vício, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014.

3.6.3. A participação de empresas classificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), que tenham declarado possuir restrição fiscal conforme o item acima, somente será permitido caso tais empresas tenham manifestado, no ato de credenciamento, a condição de enquadramento como ME ou EPP, conforme dispõe o Item 3.6.1. deste capítulo.

3.6.4. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação na licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

3.6.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, estas com efeito de negativa (art. 43, parágrafo primeiro da LC 147/14);

3.6.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem supra, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (art. 43, parágrafo segundo da LC 147/14);

3.6.7. As microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar ao Pregoeiro antes de exercer o direito de preferência previsto na Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006 os documentos:

I. Empresas OPTANTES pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006:

a) comprovante de opção pelo Sistema nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>;

b) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum impedimentos previstos do § 4º do artigo 03 da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006;

II. Empresas NÃO OPTANTES pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006;

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 03 da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006;

b) Cópia da Declaração de Escrituração Digital- SPED;

c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

d) Cópia do contrato Social e suas alterações;

e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa de não haver nenhum impedimento previstos nos incisos do § 4º do Artigo 03 da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006;

Parágrafo Primeiro: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

Parágrafo Segundo: Só serão aceitas a documentação entregue das empresas participantes no ato do certame.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1- A Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora determinados no edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelope n.º 1: Proposta de Preços; e
- b) Envelope n.º 2: Documentos de Habilitação.

4.2. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

ENVELOPE n.º 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU -
DIBAU.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/22-PP-DIBAU
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____
CNPJ Nº: _____

ENVELOPE n.º 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU -
DIBAU.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/22-PP-DIBAU
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____
CNPJ Nº: _____

4.3. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via original, na língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, contendo:

4.3.1. Indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente para efeito de pagamento (PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL);

4.3.2. Preços unitário e total, expressos em algarismo e por extenso, conforme **Termo de Referência, MARCA** dos Produtos (para todos os itens), de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

4.3.3. Em caso de divergência entre os preços unitário e total, será considerado o primeiro e entre os expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o último;

4.3.4. Declaração expressa de que nos preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outros.

4.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiver vícios ou ilegalidades;
- b) estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;
- c) contiver oferta de vantagem não prevista em Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes;
- d) apresentar proposta comercial com percentual de desconto de valor igual a zero;

- e) taxa de encargos sociais inverossímil;
- f) apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
- 4.5. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
- 4.6. O prazo de validade das propostas será de no mínimo **60 (sessenta)** dias.
- 4.7. Após apresentação da proposta comercial não caberá desistência, sob pena de aplicação das punições previstas na Cláusula – “DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- 5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e Documentos de Habilitação, será pública, dirigida pelo Pregoeiro e realizada na data, horário e local determinados neste Edital.
- 5.2. Nos termos do item 2. deste Edital e com base no inciso IV do art. 11 do Decreto 3.555/2000, o interessado, ou seu representante legal, deverá comprovar possuir poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.
- 5.3. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declaração dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com o inciso VII, art. 4º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002.
- 5.4. Serão abertos os envelopes contendo as **Propostas de Preços**, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem.

6. DOS PROCEDIMENTOS GERAIS DA SESSÃO PÚBLICA DO CERTAME

- 6.1 – O Pregão será do tipo presencial, com a abertura da licitação em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, e realizar-se-á no endereço constante do Preâmbulo deste Edital, seguindo o trâmite indicado abaixo e obedecendo a legislação em vigor.
- 6.2 – **CREDENCIAMENTO:** Antes do início da sessão os representantes dos interessados em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, identificar-se, e, comprovarem a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, assinando então lista de presença.
- 6.3 – **RECEBIMENTO DE ENVELOPES:** A partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital terá início à sessão pública do Pregão Presencial, na presença dos representantes dos licitantes devidamente credenciados e demais pessoas que queiram assistir ao ato, onde o Pregoeiro receberá de cada licitante ou seu representante, em envelopes distintos, devidamente lacrados e rubricados nos fechos, as propostas de preços e a documentação exigida para a habilitação dos licitantes, fazendo registrar o nome dos licitantes que assim procederam.
- 6.3.1 – Depois de encerrado o recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito pelo Pregoeiro.
- 6.3.2 – Após a entrega dos envelopes não caberá desistência por parte de qualquer licitante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 6.4 – **ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS:** Abertos os envelopes contendo a “Proposta de Preços” de todos os licitantes, o Pregoeiro ou membro da equipe de apoio fará a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital. A seguir, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para o fornecimento do(s) objeto(s) da presente licitação e os respectivos valores ofertados.
- 6.5 – **CLASSIFICAÇÃO INICIAL:** O Pregoeiro fará a ordenação das propostas de todos os licitantes, em ordem decrescente de valor, classificando o licitante com proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor, para que seus representantes participem dos lances verbais.

6.5.1 - Caso não sejam verificadas no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem 6.5, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus representantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidas nas propostas escritas iniciais.

6.6 - **LANCES VERBAIS:** Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e com preços decrescentes, obedecendo as seguintes disposições:

6.6.1 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de MENOR PREÇO POR ITEM e os demais, em ordem decrescente de valor. No caso de empate de valor entre propostas será realizado imediatamente sorteio visando definir a ordem de lance entre os licitantes empatados.

6.6.2 - Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado.

6.6.3 - O Pregoeiro no início ou no decorrer da etapa de lances verbais terá a prerrogativa de:

a) Determinar um intervalo mínimo entre os lances verbais a serem realizados;

b) Determinar um período máximo de tempo para que cada licitante realize o lance verbal;

6.6.4 - Não será aceito o lance realizado em desacordo com as determinações emanadas do Pregoeiro na forma da alínea "a" do sub item anterior.

6.6.5 - Preclui o direito de apresentar lance verbal, sendo considerado desistente o licitante que deixar de apresentar lance no prazo determinado pelo Pregoeiro na forma da alínea "b" do sub item 6.6.3.

6.6.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para efeito de classificação ao final da etapa competitiva.

6.6.7 - Quando não mais se realizarem lances verbais por qualquer dos licitantes será declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em ordem decrescente, exclusivamente pelo critério de menor preço.

6.6.8 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtida melhor oferta para a Administração nas situações em que não se realizem lances verbais, ou realizando-se, depois de declarado o encerramento da etapa competitiva se a oferta não for aceitável, ou se o licitante classificado for considerado inabilitado, no exame de oferta subsequente.

6.6.9 - Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e inicialmente classificadas sem que se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

6.6.10 - Declarada encerrada a etapa competitiva, com ou sem lances verbais, e realizada a classificação final das propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do primeiro classificado, especialmente quanto à conformidade entre a proposta/oferta de menor preço e o valor estimado para a contratação constante da planilha anexa ao Termo de Referência, decidindo motivadamente a respeito.

6.6.11 - Tratando-se de preço inexequível o Pregoeiro poderá determinar ao licitante que comprove a exequibilidade de sua proposta, em prazo a ser fixado, sob pena de desclassificação.

6.6.12 - Ocorrendo a hipótese tratada no subitem anterior o Pregoeiro abrirá o envelope de habilitação do licitante primeiro classificado "sob condição", considerando o disposto neste subitem.

6.6.13 - Diante da hipótese tratada no subitem 6.6.11 o Pregoeiro poderá, também "sob condição", negociar diretamente com o classificado subsequente para que seja obtida melhor oferta que a sua proposta anteriormente oferecida a fim de conseguir melhor proposta, caso não comprovada a exequibilidade do licitante anteriormente classificado.

6.6.14 - O lance verbal depois de proferido será irretratável, não podendo haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

6.6.15 - Os licitantes que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, serão considerados desclassificados, não se admitindo complementação posterior.

6.6.16 - Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis aqueles que forem simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.6.17 - Não serão adjudicadas propostas com preços superiores aos valores estimados para a contratação, constantes da planilha anexa ao Termo de Referência.

6.6.17.1 – Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Setor de Compras da Prefeitura de Russas, responsável pela elaboração e emissão da referida Planilha, assim também, dirimidas as eventuais dúvidas que possam surgir.

6.7 – HABILITAÇÃO DO LICITANTE CLASSIFICADO: Existindo proposta classificada aceitável, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos “Documentos de Habilitação” do(s) licitante(s) que apresentou(aram) a(s) melhor(es) proposta(s), para confirmação das suas condições habilitatórias, determinadas no item 7.

6.7.1 – Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope Nº. 02 (Documentos de Habilitação), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades no seu conteúdo e forma, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior.

6.7.2 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo Pregoeiro, caso não haja intenção de interposição de recurso por qualquer dos demais licitantes.

6.7.3 – Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, permitida negociação – subitem 6.6.8 do edital, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

6.7.4 – Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de nova proposta esboçadas das causas referidas neste artigo.

6.7.5 – O Pregoeiro terá a prerrogativa de decidir se o exame dos “documentos de habilitação” se dará ao final da etapa competitiva de cada item ou ao final do julgamento de todos os itens.

6.8 – RECURSOS: Somente no final da sessão, depois de declarado o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, facultando-lhe juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias corridos, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em prazo sucessivo também de 03 (três) dias corridos (que começará a correr do término do prazo da recorrente), sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

6.8.1 – O recurso será dirigido ao(s) Secretário(s) Gestor(es), por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso pelo(s) Secretário(s) Gestor(es).

6.8.2 – Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Licitante.

6.8.3 – Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.

6.8.4 – O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, conforme disposto no § 2º do art. 109 da Lei Nº. 8.666/93.

6.8.5 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

6.8.6 – A petição poderá ser feita na própria sessão e, se oral, será reduzida a termo em ata, facultado ao Pregoeiro o exame dos fatos e julgamento imediato do recurso.

6.8.7 – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.8.8 – Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(s) Secretário(s) Gestor(es) homologará(ão) e procederá(ão) a adjudicação da(s) proposta(s) vencedora(s), para determinar a contratação;

6.8.9 - A intimação dos atos decisórios da administração — Pregoeiro ou Secretário(s) — em sede recursal será feita mediante publicação do ato em jornal oficial ou jornal de grande circulação regional, conforme disposto na Lei Municipal.

6.8.10 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU.

6.9 - **ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma obrigatoriamente assinada, ao final, pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, e facultativamente, pelos licitantes ainda presentes quando do encerramento dos trabalhos.

6.9.1 - Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto para a execução do serviço, será feita pelo Pregoeiro a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

a) à Assessoria Jurídica, para fins de análise e parecer;

b) e depois ao Setor competentes para homologação.

6.9.12- O licitante declarado vencedor deverá apresentar ao Pregoeiro, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento deste pregão, a proposta escrita de preços contemplando o lance final ofertado - PROPOSTA CONSOLIDADA.

6.9.12.1- A empresa que não obedecer à cláusula 6.9.12 do edital sofrerá as penalidades constantes do art. 87, inciso III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6.10 - **SUSPENSÃO DA SESSÃO**

6.10.1 - Ao Pregoeiro é facultado suspender qualquer sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar sua reabertura para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na ata dos trabalhos.

6.10.2 - O Pregoeiro poderá, para analisar as propostas de preços, os documentos de habilitação e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

6.11 - **INDICAÇÃO DO VENCEDOR:** No julgamento das propostas/ofertas será declarado vencedor o Licitante que, tendo atendido a todas as exigências deste Edital, apresentar a **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto do certame a ela será adjudicado.

6.11.1 - Não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste Edital.

Parágrafo Primeiro: Encerrada a etapa de lances na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), será observado o disposto nos art. 44 e 45 da Lei complementar nº 123 de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204 de 2007 e alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014.

Parágrafo Segundo: Nessas condições, as propostas que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME ou EPP melhor classificado terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

Parágrafo Terceiro: Não será permitido o uso de **aparelho celular durante a sessão** para consulta, lances e demais procedimentos relativos ao certame.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no **Envelope nº2 - "Documentos de Habilitação"**, que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

7.2. Declaração expressa, sob as penalidades cabíveis, afirmando a inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação neste certame, garantindo ainda estar ciente da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores, conforme modelo de declaração constante do **Anexo V deste Edital**.

7.3. Declaração de que a empresa não mantém em seus quadros funcionais menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso, e menores de 14 (quatorze) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, **Anexo VI** deste Edital.

A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

a.1) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG do(s) sócio(s) da empresa.

a.2) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor, devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG do(s) sócio(s) da empresa..

a.3) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

a.4) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

a.5) **REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

I) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 ao 21 da lei 5.764/71;

II) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;

III) Ata de fundação da cooperativa;

IV) Ata da assembléia que aprovou o estatuto social;

V) Regimento interno com a Ata da assembléia que o aprovou;

VI) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembléia que os aprovou;

VII) Editais das 03 últimas assembléias gerais extraordinárias.

B) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

b.1) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA/RECUPERAÇÃO JUDICIAL** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

I) No caso da licitante ser filial terá que apresentar as certidões de sua filial e matriz.

II) No caso de cooperativa, está dispensada a apresentação da Certidão exigida no item "b.1" acima.

C) REGULARIDADE FISCAL

c.1) **CARTÃO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA – CNPJ**;

c.2) **PROVA DE INSCRIÇÃO** junto à Fazenda Estadual ou Municipal ou documento de isenção;

c.3) **PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL** da sede ou filial do licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentarem igualdade de CNPJ.

I) **CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS À TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**.

II) CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, OU EQUIVALENTE, REFERENTE AO ICMS, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO;

III) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELO SETOR COMPETENTE DO MUNICÍPIO DA SEDE DO DOMICÍLIO DO LICITANTE.

c.4) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRF) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

c.5) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

c.6) Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ ressaltando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos - sede e filiais da licitante.

c.7) Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se forem acompanhados da versão em português firmada por tradutor juramentado.

c.9) As certidões de comprovação de regularidade, exigidas neste edital, que não apresentarem expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos **30 (trinta) dias anteriores à data de abertura do certame**.

D) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

d.1) Apresentar pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, comprovando aptidão pelo concorrente para fornecimento de produtos compatível com o objeto da licitação.

E) DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

e.1) Apresentar memorial fotográfico **Sede da empresa (fachada e partes internas)** e algum documento de água, luz, telefone, outros, que comprove o funcionamento da empresa a participante do certame.

e.1.1) A comprovação do documento terá que ser emitido com a mesma razão social da empresa, não serão aceitos documentos de comprovação de endereço emitidos em hipótese alguma em nome de pessoa física, mesmos estas sendo sócio(s) e ou Proprietário da empresa.

e.2) Apresentar Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU do(s) sócio(s) e/ou proprietário da empresa, **Anexo IX**.

e.3) Certificação de Registro na Agência Nacional do Petróleo - ANP, em plena validade.

f.4) Alvará de Licença de funcionamento expedido pela SEMACE.

Parágrafo Primeiro: Estes documentos deverão ser apresentados em (originais ou cópias), no caso de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio, à vista do original, nesse caso deverá ser realizado até o último dia útil anterior a abertura do certame, para que seja atestado a autenticidade do documento.

Parágrafo Segundo: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

B. CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO

8.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

8.1.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração a pessoa que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.1.2 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

8.2 - Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

8.2.1 - O endereçamento ao Pregoeiro do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU;

8.2.2 - A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada e protocolada na sede do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU, dentro do prazo editalício;

8.2.3 - O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou sub itens discutidos;

8.2.4 - O pedido, com suas especificações;

8.3 - A resposta do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU, será disponibilizada a todas os interessados mediante publicação do ato em jornal oficial ou jornal de grande circulação regional, conforme disposto na Lei Municipal e constituirá aditamento a estas Instruções.

8.4 - O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

8.5 - Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8.5.1 - Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

9 - DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.

9.1 - Em qualquer fase do procedimento licitatório, o Pregoeiro ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, fixando o prazo para a resposta.

9.2 - Os licitantes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

9.3 - O Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU poderá revogar a licitação por razões de interesse público, no todo ou em parte ou anular esta licitação, em qualquer etapa do processo.

10- DAS AMOSTRAS

10.1. Não se exigirá apresentação de amostra do produto ofertado.

11- DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

11.1- A adjudicação desta licitação em favor do licitante, cuja proposta de preços ou lance, se houver, seja classificado em primeiro lugar, caso não haja interposição de recurso, é da competência do Pregoeiro, e, caso haja interposição de recurso, será só de responsabilidade da autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação, que também promoverá a homologação.

11.2- No caso de interposição de recurso, sendo a adjudicação da competência da autoridade superior, competente do órgão de origem desta licitação, decidido o recurso, este homologará o julgamento do Pregoeiro e adjudicará o objeto ao vencedor.

11.3- A autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação por escrito.

12- DO CONTRATO

12.1- O Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU, com a interveniência do SETOR COMPETENTE, assinará contrato com o vencedor desta licitação, no prazo máximo de **05 (cinco)** dias, contados da data da convocação expedida por esse órgão, sob pena de decair do direito à contratação, podendo ser prorrogada somente uma vez, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Contratante.

12.2- Caso o licitante vencedor se recuse injustificadamente a assinar o contrato ou não apresente situação regular no ato da assinatura do mesmo, a autoridade superior deverá extinguir os efeitos da homologação e da adjudicação através do ato de rescisão e retornará os autos do processo ao Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.3- O Pregoeiro retornará as atividades de seleção de melhor proposta e convocará outro licitante, observada a ordem de qualificação e classificação, para verificar a suas condições de habilitação, e assim sucessivamente.

12.4- O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida neste edital ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU e será descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13 - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - O contrato terá um prazo de vigência até **31 de Dezembro de 2022**, podendo ser aditado nos casos previstos no art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14- DA FONTE DE RECURSOS

14.1 - As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da receita proveniente da arrecadação da Tarifa K2, junto aos irrigantes do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú - DIBAU.

15- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

15.1- Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, alínea d, da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada; devendo a contratada se manifestar e, comprovadamente, demonstrar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, cabendo ao contratante, justificadamente, aceitar ou não, aplicando-se a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo ou outro índice em vigor, caso essa seja extinta.

16- DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

16.2 - A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em

registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

16.4 – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17- PRAZO, CONDIÇÕES DA ENTREGA E LOCAL E DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1. Poderão ser firmados contratos, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

17.2. DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicará os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da CONTRATANTE.

17.2.1. A Ordem de Compra emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

17.2.2. O contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento. Os produtos serão entregues nas seguintes condições:

a) Nos locais determinados pela administração do presente processo licitatório indicado na Ordem de Compra;

b) No prazo de no máximo de 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra no horário de 07h às 17h (horário local).

17.2.3. O aceite dos produtos pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo deste edital quanto aos produtos entregues.

17.2.4. Os produtos devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

17.2.5. Para os produtos objetos deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do da(s) unidade(s) gestora(s) do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU.

17.2.5.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a(s) unidade(s) gestora(s).

17.2.6. No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas neste edital, na ordem de compra e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

17.3. Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

17.4. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

17.5. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos produtos entregues.

17.5.1. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.7. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.7.1. Não produziu os resultados acordados;

17.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.8. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

17.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

17.10. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

17.12 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.

17.13 - Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

17.14- Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

18- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

18.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

18.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

19- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 19.1- Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 19.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 19.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 19.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.
- 19.5 - Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 19.6 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 19.7 - Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.
- 19.8 - Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 19.9 - Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.
- 19.10 - Remover, às suas expensas, todo o produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo imediato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

20- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- 20.1.1. Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
- 20.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 20.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. Fizer declaração falsa;
- 20.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 20.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;
- 20.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
- 20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

20.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

21- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

21.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

21.2- Das decisões proferidas pelo Pregoeiro relativas à classificação e desclassificação de propostas de preços escritas e lances e à habilitação e inabilitação, caberá recurso administrativo dirigido à autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação, que deverá ser registrada em Ata pelo titular ou representante legal do licitante, no final da sessão, constando o motivo e a síntese das suas razões, podendo o interessado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da interposição, no endereço constante da Prefeitura de Russas, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

21.3- Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for ou estiver explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos em dia de expediente normal na Prefeitura de Russas.

22- DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

22.1 - A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

23- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Fica assegurado à Entidade de Licitação o direito de:

23.1.1. Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, notificando-se, por escrito, às Licitantes que já tenham retirado o Edital, com a antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

23.1.2. Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados;

23.1.3. Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

23.2. A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irretratável das normas do Edital e seus anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

23.3. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.4. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto nos §§ 1º e 2º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

23.5. A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de Licitação, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução do contrato, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

23.6. Todos os documentos apresentados neste certame deverão ser apresentados em original e/ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas; não será aceito em hipótese nenhuma, em nenhuma fase do certame, documentos autenticados pela forma eletrônica (AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA).

23.8. O edital completo e seus anexos estará disponível na sede da Comissão de Licitação do **DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ - DIBAU**, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com sede na BR403/CE 161 - Estrada de Acaraú - Triângulo do Marco - Marco/CE, ou através do site: www.districtobaixoacarau.com.br.

23.9. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

23.11. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.12. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.12.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de prestação dos serviços em igualdade de condições.

23.13. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.14. O licitante deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, se for o caso, para representá-lo na execução do contrato.

23.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24 - DO FORO

24.1- Fica eleito o foro da Comarca de Marco, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Marco-CE, ____ de ____ de 20__.

FERNANDO FRANÇA SILVEIRA
Pregoeiro Oficial

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A necessidade desta aquisição de combustíveis e derivados do petróleo, tendo em vista que estes virão a melhorar as condições de trabalho, tornando assim mais eficiente às atividades do Perímetro do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú - DIBAU.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS/ PREÇO DE REFERÊNCIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
01	ÓLEO 5W30 MOTOR GASOLINA	LT	100	R\$ 49,00	R\$ 4.900,00
02	ÓLEO 15W40 MOTOR DIESEL	LT	100	R\$ 28,66	R\$ 2.866,00
03	ÓLEO 10W30	LT	150	R\$ 30,33	R\$ 4.549,50
04	ÓLEO HIDRAÚLICO 68	LT	500	R\$ 25,33	R\$ 12.665,00
05	ÓLEO TRANSMISSÃO THF	LT	200	R\$ 28,66	R\$ 5.732,00
06	ÓLEO SAE 90	LT	100	R\$ 21,09	R\$ 2.109,00
07	ÓLEO 0H50	LT	30	R\$ 37,00	R\$ 1.110,00
08	ÓLEO (FLUIDO) PARA FREIOS DOT3	LT	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
09	ÓLEO PARA MOTOR 2ª	LT	10	R\$ 41,33	R\$ 413,30
10	GRAXA AUTOMOTIVA GRAXA CHASSI	Kg	60	R\$ 25,00	R\$ 1.500,00
11	GRAXA AZUL	Kg	40	R\$ 41,00	R\$ 1.640,00
12	ÓLEO DIESEL S10	LT	35.000	R\$ 6,06	R\$ 212.100,00
13	GASOLINA ADITIVADA	LT	10.000	R\$ 7,10	R\$ 71.000,00

Valor total estimado: R\$ 321.184,80 (trezentos e vinte e um mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

3.1. O custo estimado da contratação e o respectivo valor máximo foram apurados mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e pesquisas de preços praticados no mercado em contratações similares.

ANEXO II MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. _____

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU, E DO OUTRO LADO A EMPRESA _____, QUE ASSIM PARA O FIM QUE A SEGUIR DECLARAM:

O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com sede na BR403/CE 161 - Estrada de Acaraú - Triângulo do Marco - Marco/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.493.975/0001-50, neste ato representado pelo Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº. _____, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, com sede à _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, representada por _____, portador(a) CPF nº. _____, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. _____, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

1.1- Fundamenta-se este contrato no PREGÃO PRESENCIAL Nº _____, pelas disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 - Lei que Regulamenta o Pregão, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterados pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores - Lei de Licitações, Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei Federal nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- AQUISIÇÃO DE _____, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste contrato o valor global do lote _____ de R\$ _____ (_____), distribuídos da seguinte forma, sujeito as incidências tributárias normais. (INSERIR PLANILHA DE PREÇOS).

CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1- O presente contrato terá um prazo de vigência até _____, podendo ser aditado nos casos previstos no art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS

5.1 - As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da receita proveniente da arrecadação da Tarifa K2, junto aos irrigantes do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú - DIBAU.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

6.1- Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, alínea d, da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada; devendo a contratada se manifestar e, comprovadamente, demonstrar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, cabendo ao contratante, justificadamente, aceitar ou não, aplicando-se a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo ou outro índice em vigor, caso essa seja extinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.2 - A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.3 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO, CONDIÇÕES DA ENTREGA E LOCAL E DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Poderão ser firmados contratos, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

8.2. DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicarão os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da CONTRATANTE.

8.2.1. A Ordem de Compra emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

8.2.2. O contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento. Os produtos serão entregues nas seguintes condições:

- Nos locais determinados pela administração do presente processo licitatório indicado na Ordem de Compra;
- No prazo de no máximo de 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra no horário de 07h às 13h (horário local).

8.2.3. O aceite dos produtos pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo deste edital quanto aos produtos entregues.

8.2.4. Os produtos devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

8.2.5. Para os produtos objetos deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do da(s) unidade(s) gestora(s) do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU.

8.2.5.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a(s) unidade(s) gestora(s).

8.2.6. No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas neste edital, na ordem de compra e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

8.2.7. Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

8.5. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos produtos entregues.

8.5.1. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

8.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.7. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.7.1. Não produziu os resultados acordados;

8.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.8. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.10. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.12 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias. 8.13 - Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

8.14- Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

9.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

9.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1-Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

10.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

10.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

10.5 - Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

10.6 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7 - Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.

10.8 - Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.

10.9 - Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.

10.10 - Remover, às suas expensas, todo o produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo imediato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

11.1.1. Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

11.1.2. Apresentar documentação falsa;

11.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

11.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.6. Cometer fraude fiscal;

11.1.7. Fizer declaração falsa;

11.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

11.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

11.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

11.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

12.1 - A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1- Fica eleito o foro da Comarca de Marco, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Marco (CE), ____ de _____ de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. _____

Nome:

CPF/MF:

02. _____

Nome:

CPF/MF:

ANEXO III- FICHA DE CREDENCIAMENTO**MODALIDADE:** Pregão Presencial nº _____**OBJETO:** _____ acordo
com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE					
NOME DE FANTASIA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:				Nº	
BAIRRO:		CIDADE:		CEP:	
FONE/FAX:					
ENDEREÇO ELETRÔNICO DO LICITANTE:					
DADOS CREDENCIADO:					
RG Nº:					
CPF Nº:					

Local _____ e Data ____/____/____

Carimbo e assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede _____, declara, sob as penas da lei, que atenderá às exigências do Edital no que se refere a habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, e que está regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, FGTS e CNDT.

_____ de _____ de 20__

(assinatura, nome e número da identidade do declarante)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

PREGÃO PRESENCIAL N.º _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 20__.

(assinatura, nome e número da identidade do declarante)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº. _____, com sede _____ declara, em atendimento ao previsto no edital do Pregão Presencial n.º _____ que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

_____, ____ de _____ de 20__

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)

OBS.: Se a empresa possuir menor de 16 (dezesesseis) anos, na condição de aprendiz, desde que maior de 14 (quatorze) anos, deverá declarar essa condição.

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO
EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede _____, Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014 e Lei Federal nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016.

_____, ____ de _____ de 20__

(Assinatura, nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

ANEXO VIII

MODELO DE PROPOSTA

Através do presente declaramos inteira submissão aos ditames Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e, às cláusulas e condições previstas neste Pregão Presencial nº _____.

Declaramos, ainda que nos preços apresentados, bem como nos lances verbais, estão incluídos todos os custos e despesas de impostos, taxas, entre outros.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente executar o objeto desta licitação, caso sejamos vencedores da presente licitação.

Dados necessários para elaboração da Proposta Comercial:

1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via original, na língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, contendo:

1.1. Indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente para efeito de pagamento (PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL);

1.2. Preços unitário e total, expressos em algarismo e por extenso, conforme **Termo de Referência, MARCA** dos Produtos (para todos os itens), de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

1.3. Em caso de divergência entre os preços unitário e total, será considerado o primeiro e entre os expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o último;

1.4. Declaração expressa de que nos preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outros.

1.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) conter vícios ou ilegalidades;
- b) estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;
- c) conter oferta de vantagem não prevista em Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes;
- d) apresentar proposta comercial com percentual de desconto de valor igual a zero;
- e) taxa de encargos sociais inverossímil;
- f) apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

1.6. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

1.7. O prazo de validade das propostas será de no mínimo **60 (sessenta) dias**.

1.8. Após apresentação da proposta comercial não caberá desistência, sob pena de aplicação das punições previstas na Cláusula – "DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS"

(INSERIR PROPOSTA DE PREÇOS)

Item	Descrição	Unid	Marca	Quant	V.unit	V.total

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ Nº:

VALOR UNITÁRIO GLOBAL POR EXTENSO DE CADA LOTE:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

PRAZO DE ENTREGA:

DADOS BANCÁRIOS: (PREFERENCIALMENTE BRADESCO)

DATA:

(Assinatura do Representante Legal, Carimbo da Empresa Licitante)

ANEXO IX (*)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ - DIBAU.

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, ocupante do cargo de _____, da empresa _____, inscrita com o CNPJ nº _____, com sede à _____, declaro para os devidos fins que não tenho **nenhum vínculo empregatício de nenhuma natureza**, com a Prefeitura Municipal de Russas.

_____, ____ de ____ de 20__

ASSINATURA DO DECLARANTE

(*) A Declaração será para todos os sócios da empresa (SEPARADAMENTE), se for o caso.

PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: Minuta do edital Pregão Presencial do tipo menor preço por item.

INTERESSADO: Pregoeiro(a) e equipe de apoio.

EMENTA: MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ANEXOS, QUE TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ - DIBAU.

Trata-se de parecer sobre minuta de edital de licitação, na modalidade pregão presencial, como seus anexos.

DA ANÁLISE FÁTICA

O Ilustríssima Pregoeiro apresentara solicitação para atender a sua demanda, justificando que os itens ora licitados são imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades deste órgão, tendo em vista que estes virão a melhorar as condições de trabalho.

Consta nos autos autorização do Coordenador do Conselho de Administração, declaração de adequação orçamentária, pesquisa de mercado, mapa comparativo de preços, e Termo de Referência, no qual se delimita o objeto, justificativas da solicitação, as especificações técnicas, prazos, locais de fornecimentos dos produtos, quantitativos estimados, dentre outras disposições.

Após, vieram os autos para análise e parecer da minuta do edital e do contrato.

É o relatório.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Inicialmente, cumpre destacar que compete a essa assessoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

O pregão consiste em modalidade de licitação instituída pela Lei nº 10.520/2002, para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Nos termos do parágrafo único do art. 1º do referido diploma legal, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Nos termos do parecer, o objetivo da mesma reside na possibilidade de utilização da modalidade pregão presencial para a contratação do objeto ora mencionado.

A proposta tem fundamento jurídico nos diplomas legais, a saber: Pregão é a nova modalidade de licitação, regulada pela Lei 10.520, de 17.07.2002, cuja ementa: "Institui, no âmbito da União,

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço POR ITEM.

FORNECIMENTO: Por demanda.

LOCAL DO PREGÃO: Sala da Comissão de Licitação do **DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU**, na BR403/CE 161 – Estrada de Acaraú – Triângulo do Marco – Marco/CE.

DATA E HORA PARA RECEBER, ABRIR E EXAMINAR PROPOSTAS COMERCIAIS E DOCUMENTAÇÃO DE EMPRESAS QUE PRETENDAM PARTICIPAR DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU, em **03 de Janeiro de 2022 às 14:00 horas** (horário local).

PREÂMBULO

Este procedimento licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterados pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores – Lei de Licitações, da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei Federal nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

O **DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU** torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro, Sr. FERNANDO FRANÇA SILVEIRA, nomeado pela Portaria nº 003/2021, de 17 de Dezembro de 2021, e assessorado pela equipe de apoio: VITOR CHIAMULERA e LIGIA ROSSETTO LOPES, nomeada através desta mesma Portaria, juntada ao processo administrativo de que trata esta licitação, receberá e abrirá no horário, data e local acima indicados, as **PROPOSTAS DE PREÇOS** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, observadas as normas e condições do presente Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

1. DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

1.2 CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL E DELE FAZEM PARTE INTEGRANTE

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Minuta do Contrato

ANEXO III - Ficha de Credenciamento
ANEXO IV - Declaração de Habilitação
ANEXO V - Declaração de Fatos Supervenientes
ANEXO VI - Declaração que não emprega menor de 18 anos
ANEXO VII - Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação
ANEXO VIII - Modelo de Proposta
ANEXO IX - Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Distrito de Irrigação do Perímetro
Baixo Acaraú - DIBAU

1.3. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

- 1.3.1. O presente procedimento de licitação seguirá o seguinte trâmite em fases distintas;
1.3.2. Credenciamento dos licitantes, conforme subitem deste edital;
1.3.3. Recebimento de envelopes contendo as "Propostas de Preços" e os "Documentos de Habilitação";
1.3.4. Abertura das Propostas de Preços apresentadas, verificação e classificação inicial;
1.3.5. Lances Verbais entre os classificados;
1.3.6. Habilitação do licitante melhor classificado;
1.3.7. Recursos;
1.3.8. Adjudicação;
1.3.9. Homologação;
1.3.10. Contratação.

2. DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1 - Poderão participar do presente Pregão, toda e qualquer firma individual ou sociedade regularmente estabelecida no País, que seja especializada e credenciada nos referidos serviços objeto deste certame e que satisfaça a todas as exigências do presente Edital, especificações e normas, de acordo com os anexos relacionados.

2.2 - DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.2.1- Não poderá participar da licitação pessoa jurídica que estejam cumprindo penalidade de Suspensão Temporária para licitar ou contratar imposta por órgão/entidade deste Município ou declaradas inidôneas por força da Lei de Licitações e suas alterações posteriores;
2.2.2 - Não será admitida a participação de empresa sob a forma de Consórcios ou grupo de empresas e com falência decretada;
2.2.3 - Não poderá participar empresas que estejam incluídas no Cadastro de Inadimplência da Fazenda Pública Estadual - CADINE, nos termos do art. 3º, da Lei nº 12.411, de 02.01.95 e do seu Decreto Regulamentador nº 23.661, de 20.04.95;
2.2.4 - Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório;
2.2.5- Não poderá participar do certame pessoa jurídica que estiver sofrendo penalidades impostas por qualquer órgão/entidade da Administração Pública Municipal motivadas pelas hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Para o CREDENCIAMENTO, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.1.1. Ficha de Credenciamento, devidamente preenchida conforme modelo do **Anexo III** deste edital, condicionando toda e qualquer comunicação entre o pregoeiro e licitantes através do endereço eletrônico informado no respectivo anexo, onde deverá ser indicado, expressamente, o nome da pessoa credenciada, com os respectivos RG e CPF;

3.1.2. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a Ficha de Credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.1.3. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.3.1. Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

3.1.3.2. Inscrição de ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

3.1.3.3. Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

3.2. Tratando-se de pessoa física, cédula de identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

3.2.1. Tratando-se de procurador, o instrumento de **procuração específica pública ou particular (COM NUMERAÇÃO DO CERTAME)**, esta última com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga (**contrato social ou documento equivalente**);

3.2.2. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar pelo credenciado em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.2.3. Cada licitante somente poderá credenciar 01 (um) representante legal na licitação e, consequentemente, cada credenciado representará somente 01 (um) licitante.

3.2.4. No caso de substituição do representante credenciado, a licitante deverá apresentar pedido formal nesse sentido, o qual, em sendo o caso, deverá se fazer acompanhar dos documentos previstos nas cláusulas acima.

3.3. Não poderá um representante legal ou um procurador representar mais de uma empresa.

3.4. No caso de licitante este deverá comprovar a condição de representante legal, através de cópia autenticada de seu contrato social ou procuração com poderes específicos para referido ato.

3.5. Apresentar Declaração de Habilitação, constante do **Anexo IV** do Edital.

3.5.1) Apresenta Declaração de enquadramento em regime de tributação, **Anexo VII** do Edital, se for o caso.

Parágrafo Primeiro: Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser entregues fora dos envelopes, para que possam ser analisados no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes "Propostas de Preços". No caso de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio, à vista do original; nesse caso deverá ser realizado até o último dia útil anterior a abertura do certame, para que seja atestado a autenticidade do documento.

Parágrafo Segundo: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

Parágrafo Terceiro: Só serão aceitas a documentação entregue das empresas participantes no ato do certame.

3.6. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.6.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, Alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014, para que estas possam gozar dos benefícios previstos nas referidas Leis é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do Artigo 3º do referido diploma legal, por meio da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que deverá ser feita no próprio formulário de credenciamento conforme modelo disposto no ANEXO VII MODELO DE DECLARAÇÃO - (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014.

3.6.2. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) que possua restrição fiscal, quanto aos documentos exigidos neste certame, deverá apresentar a declaração de que trata o item supra, fazendo constar em tal documento também a declaração de que consta a restrição fiscal e que se compromete em sanar o vício, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014.

3.6.3. A participação de empresas classificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), que tenham declarado possuir restrição fiscal conforme o item acima, somente será permitido caso tais empresas tenham manifestado, no ato de credenciamento, a condição de enquadramento como ME ou EPP, conforme dispõe o Item 3.6.1. deste capítulo.

3.6.4. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação na licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

3.6.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, estas com efeito de negativa (art. 43, parágrafo primeiro da LC 147/14);

3.6.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem supra, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (art. 43, parágrafo segundo da LC 147/14);

3.6.7. As microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar ao Pregoeiro antes de exercer o direito de preferência previsto na Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006 os documentos:

I. Empresas **OPTANTES** pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006:

a) comprovante de opção pelo Sistema nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/>;

b) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum impedimentos previstos do § 4º do artigo 03 da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006;

II. Empresas **NÃO OPTANTES** pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006;

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 03 da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006;

b) Cópia da Declaração de Escrituração Digital- SPED;

c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

d) Cópia do contrato Social e suas alterações;

e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa de não haver nenhum impedimento previstos nos incisos do § 4º do Artigo 03 da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006;

Parágrafo Primeiro: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

Parágrafo Segundo: Só serão aceitas a documentação entregue das empresas participantes no ato do certame.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1- A Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora determinados no edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelope n.º 1: Proposta de Preços; e
- b) Envelope n.º 2: Documentos de Habilitação.

4.2. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

ENVELOPE n.º 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU -
DIBAU.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/22-PP-DIBAU
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____
CNPJ Nº: _____

ENVELOPE n.º 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU -
DIBAU.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/22-PP-DIBAU
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____
CNPJ Nº: _____

4.3. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via original, na língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, contendo:

4.3.1. Indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente para efeito de pagamento (PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL);

4.3.2. Preços unitário e total, expressos em algarismo e por extenso, conforme **Termo de Referência, MARCA** dos Produtos (para todos os itens), de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

4.3.3. Em caso de divergência entre os preços unitário e total, será considerado o primeiro e entre os expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o último;

4.3.4. Declaração expressa de que nos preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outros.

4.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) conter vícios ou ilegalidades;
- b) estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;
- c) conter oferta de vantagem não prevista em Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes;
- d) apresentar proposta comercial com percentual de desconto de valor igual a zero;

- e) taxa de encargos sociais inverossímil;
- f) apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
- 4.5. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
- 4.6. O prazo de validade das propostas será de no mínimo **60 (sessenta)** dias.
- 4.7. Após apresentação da proposta comercial não caberá desistência, sob pena de aplicação das punições previstas na Cláusula – “DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- 5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e Documentos de Habilitação, será pública, dirigida pelo Pregoeiro e realizada na data, horário e local determinados neste Edital.
- 5.2. Nos termos do item 2. deste Edital e com base no inciso IV do art. 11 do Decreto 3.555/2000, o interessado, ou seu representante legal, deverá comprovar possuir poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.
- 5.3. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declaração dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com o inciso VII, art. 4º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002.
- 5.4. Serão abertos os envelopes contendo as **Propostas de Preços**, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem.

6. DOS PROCEDIMENTOS GERAIS DA SESSÃO PÚBLICA DO CERTAME

- 6.1 – O Pregão será do tipo presencial, com a abertura da licitação em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, e realizar-se-á no endereço constante do Preâmbulo deste Edital, seguindo o trâmite indicado abaixo e obedecendo a legislação em vigor.
- 6.2 – **CREDENCIAMENTO:** Antes do início da sessão os representantes dos interessados em participar do certame deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, identificar-se, e, comprovarem a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, assinando então lista de presença.
- 6.3 – **RECEBIMENTO DE ENVELOPES:** A partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital terá início à sessão pública do Pregão Presencial, na presença dos representantes dos licitantes devidamente credenciados e demais pessoas que queiram assistir ao ato, onde o Pregoeiro receberá de cada licitante ou seu representante, em envelopes distintos, devidamente lacrados e rubricados nos fechos, as propostas de preços e a documentação exigida para a habilitação dos licitantes, fazendo registrar o nome dos licitantes que assim procederam.
- 6.3.1 – Depois de encerrado o recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito pelo Pregoeiro.
- 6.3.2 – Após a entrega dos envelopes não caberá desistência por parte de qualquer licitante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 6.4 – **ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS:** Abertos os envelopes contendo a “Proposta de Preços” de todos os licitantes, o Pregoeiro ou membro da equipe de apoio fará a verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital. A seguir, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para o fornecimento do(s) objeto(s) da presente licitação e os respectivos valores ofertados.
- 6.5 – **CLASSIFICAÇÃO INICIAL:** O Pregoeiro fará a ordenação das propostas de todos os licitantes, em ordem decrescente de valor, classificando o licitante com proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor, para que seus representantes participem dos lances verbais.

6.5.1 – Caso não sejam verificadas no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem 6.5, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus representantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas iniciais.

6.6 – **LANCES VERBAIS:** Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e com preços decrescentes, obedecendo as seguintes disposições:

6.6.1 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de MENOR PREÇO POR ITEM e os demais, em ordem decrescente de valor. No caso de empate de valor entre propostas será realizado imediatamente sorteio visando definir a ordem de lance entre os licitantes empatados.

6.6.2 – Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado.

6.6.3 – O Pregoeiro no início ou no decorrer da etapa de lances verbais terá a prerrogativa de:

a) Determinar um intervalo mínimo entre os lances verbais a serem realizados;

b) Determinar um período máximo de tempo para que cada licitante realize o lance verbal;

6.6.4 – Não será aceito o lance realizado em desacordo com as determinações emanadas do Pregoeiro na forma da alínea "a" do sub item anterior.

6.6.5 – Preclui o direito de apresentar lance verbal, sendo considerado desistente o licitante que deixar de apresentar lance no prazo determinado pelo Pregoeiro na forma da alínea "b" do sub item 6.6.3.

6.6.6 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para efeito de classificação ao final da etapa competitiva.

6.6.7 – Quando não mais se realizarem lances verbais por qualquer dos licitantes será declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas em ordem decrescente, exclusivamente pelo critério de menor preço.

6.6.8 – O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtida melhor oferta para a Administração nas situações em que não se realizem lances verbais, ou realizando-se, depois de declarado o encerramento da etapa competitiva se a oferta não for aceitável, ou se o licitante classificado for considerado inabilitado, no exame de oferta subsequente.

6.6.9 – Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e inicialmente classificadas sem que se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

6.6.10 – Declarada encerrada a etapa competitiva, com ou sem lances verbais, e realizada a classificação final das propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do primeiro classificado, especialmente quanto à conformidade entre a proposta/oferta de menor preço e o valor estimado para a contratação constante da planilha anexa ao Termo de Referência, decidindo motivadamente a respeito.

6.6.11 – Tratando-se de preço inexequível o Pregoeiro poderá determinar ao licitante que comprove a exequibilidade de sua proposta, em prazo a ser fixado, sob pena de desclassificação.

6.6.12 – Ocorrendo a hipótese tratada no subitem anterior o Pregoeiro abrirá o envelope de habilitação do licitante primeiro classificado "sob condição", considerando o disposto neste subitem.

6.6.13 – Diante da hipótese tratada no subitem 6.6.11 o Pregoeiro poderá, também "sob condição", negociar diretamente com o classificado subsequente para que seja obtida melhor oferta que a sua proposta anteriormente oferecida a fim de conseguir melhor proposta, caso não comprovada a exequibilidade do licitante anteriormente classificado.

6.6.14 – O lance verbal depois de proferido será irrevogável, não podendo haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

6.6.15 – Os licitantes que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, serão considerados desclassificados, não se admitindo complementação posterior.

6.6.16 – Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis aqueles que forem simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.6.17 – Não serão adjudicadas propostas com preços superiores aos valores estimados para a contratação, constantes da planilha anexa ao Termo de Referência.

6.6.17.1 – Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Setor de Compras da Prefeitura de Russas, responsável pela elaboração e emissão da referida Planilha, assim também, dirimidas as eventuais dúvidas que possam surgir.

6.7 – HABILITAÇÃO DO LICITANTE CLASSIFICADO: Existindo proposta classificada aceitável, o Pregoeiro anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" do(s) licitante(s) que apresentou(aram) a(s) melhor(es) proposta(s), para confirmação das suas condições habilitatórias, determinadas no item 7.

6.7.1 – Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope Nº. 02 [Documentos de Habilitação], ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades no seu conteúdo e forma, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior.

6.7.2 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo Pregoeiro, caso não haja intenção de interposição de recurso por qualquer dos demais licitantes.

6.7.3 – Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, permitida negociação – subitem 6.6.8 do edital, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

6.7.4 – Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de nova proposta escoimadas das causas referidas neste artigo.

6.7.5 – O Pregoeiro terá a prerrogativa de decidir se o exame dos "documentos de habilitação" se dará ao final da etapa competitiva de cada item ou ao final do julgamento de todos os itens.

6.8 – RECURSOS: Somente no final da sessão, depois de declarado o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, facultando-lhe juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias corridos, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em prazo sucessivo também de 03 (três) dias corridos (que começará a correr do término do prazo da recorrente), sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

6.8.1 – O recurso será dirigido ao(s) Secretário(s) Gestor(es), por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso pelo(s) Secretário(s) Gestor(es).

6.8.2 – Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Licitante.

6.8.3 – Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.

6.8.4 – O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, conforme disposto no § 2º do art. 109 da Lei Nº. 8.666/93.

6.8.5 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

6.8.6 – A petição poderá ser feita na própria sessão e, se oral, será reduzida a termo em ata, facultado ao Pregoeiro o exame dos fatos e julgamento imediato do recurso.

6.8.7 – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.8.8 – Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(s) Secretário(s) Gestor(es) homologará(ão) e procederá(ão) a adjudicação da(s) proposta(s) vencedora(s), para determinar a contratação;

6.8.9 - A intimação dos atos decisórios da administração — Pregoeiro ou Secretário(s) — em sede recursal será feita mediante publicação do ato em jornal oficial ou jornal de grande circulação regional, conforme disposto na Lei Municipal.

6.8.10 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIEAU.

6.9 - **ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma obrigatoriamente assinada, ao final, pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, e facultativamente, pelos licitantes ainda presentes quando do encerramento dos trabalhos.

6.9.1 - Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto para a execução do serviço, será feita pelo Pregoeiro a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

- a) à Assessoria Jurídica, para fins de análise e parecer;
- b) e depois ao Setor competentes para homologação.

6.9.12- **O licitante declarado vencedor deverá apresentar ao Pregoeiro, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento deste pregão, a proposta escrita de preços contemplando o lance final ofertado - PROPOSTA CONSOLIDADA.**

6.9.12.1- A empresa que não obedecer à cláusula 6.9.12 do edital sofrerá as penalidades constantes do art. 87, inciso III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6.10 - **SUSPENSÃO DA SESSÃO**

6.10.1 - Ao Pregoeiro é facultado suspender qualquer sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar sua reabertura para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na ata dos trabalhos.

6.10.2 - O Pregoeiro poderá, para analisar as propostas de preços, os documentos de habilitação e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

6.11 - **INDICAÇÃO DO VENCEDOR:** No julgamento das propostas/ofertas será declarado vencedor o Licitante que, tendo atendido a todas as exigências deste Edital, apresentar a **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto do certame a ela será adjudicado.

6.11.1 - Não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste Edital.

Parágrafo Primeiro: Encerrada a etapa de lances na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), será observado o disposto nos art. 44 e 45 da Lei complementar nº 123 de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204 de 2007 e alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014.

Parágrafo Segundo: Nessas condições, as propostas que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME ou EPP melhor classificado terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

Parágrafo Terceiro: Não será permitido o uso de **aparelho celular durante a sessão** para consulta, lances e demais procedimentos relativos ao certame.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no **Envelope n.º2 - "Documentos de Habilitação"**, que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

7.2. Declaração expressa, sob as penalidades cabíveis, afirmando a inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação neste certame, garantindo ainda estar ciente da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores, conforme modelo de declaração constante do **Anexo V deste Edital**.

7.3. Declaração de que a empresa não mantém em seus quadros funcionais menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso, e menores de 14 (quatorze) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, Anexo VI deste Edital.

A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a.1) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG do(s) sócio(s) da empresa.
- a.2) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor, devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG do(s) sócio(s) da empresa.
- a.3) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.
- a.4) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- a.5) **REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- I) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 ao 21 da lei 5.764/71;
- II) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- III) Ata de fundação da cooperativa;
- IV) Ata da assembléia que aprovou o estatuto social;
- V) Regimento interno com a Ata da assembléia que o aprovou;
- VI) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembléia que os aprovou;
- VII) Editais das 03 últimas assembléias gerais extraordinárias.

B) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

b.1) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA/RECUPERAÇÃO JUDICIAL** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

- I) No caso da licitante ser filial terá que apresentar as certidões de sua filial e matriz.
- II) No caso de cooperativa, está dispensada a apresentação da Certidão exigida no item "b.1" acima.

C) REGULARIDADE FISCAL

- c.1) **CARTÃO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA - CNPJ**;
- c.2) **PROVA DE INSCRIÇÃO** junto à Fazenda Estadual ou Municipal ou documento de isenção;
- c.3) **PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL** da sede ou filial do licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentarem igualdade de CNPJ.
- I) **CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**.

II) CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, OU EQUIVALENTE, REFERENTE AO ICMS, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO;

III) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELO SETOR COMPETENTE DO MUNICÍPIO DA SEDE DO DOMICÍLIO DO LICITANTE.

c.4) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRF) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

c.5) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

c.6) Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar **igualdade de CNPJ** ressaltando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos - sede e filiais da licitante.

c.7) Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se forem acompanhados da versão em português firmada por tradutor juramentado.

c.9) As certidões de comprovação de regularidade, exigidas neste edital, que não apresentarem expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos **30 (trinta) dias anteriores à data de abertura do certame**.

D) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

d.1) Apresentar pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, comprovando aptidão pelo concorrente para fornecimento de produtos compatível com o objeto da licitação.

E) DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

e.1) Apresentar memorial fotográfico **Sede da empresa (fachada e partes internas)** e algum documento de água, luz, telefone, outros, que comprove o funcionamento da empresa a participante do certame.

e.1.1) A comprovação do documento terá que ser emitido com a mesma razão social da empresa, não serão aceitos documentos de comprovação de endereço emitidos em hipótese alguma em nome de pessoa física, mesmos estas sendo sócio(s) e ou Proprietário da empresa.

e.2) Apresentar Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU do(s) sócio(s) e/ou proprietário da empresa, **Anexo IX**.

e.3) Certificação de Registro na Agência Nacional do Petróleo - ANP, em plena validade.

f.4) Alvará de Licença de funcionamento expedido pela SEMACE.

Parágrafo Primeiro: Estes documentos deverão ser apresentados em (originais ou cópias), no caso de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio, à vista do original, nesse caso deverá ser realizado até o último dia útil anterior a abertura do certame, para que seja atestado a autenticidade do documento.

Parágrafo Segundo: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

B. CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO

8.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

8.1.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração a pessoa que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.1.2 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

8.2 - Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

8.2.1 - O endereçamento ao Pregoeiro do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU;

8.2.2 - A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada e protocolada na sede do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU, dentro do prazo editalício;

8.2.3 - O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou sub itens discutidos;

8.2.4 - O pedido, com suas especificações;

8.3 - A resposta do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU, será disponibilizada a todas os interessados mediante publicação do ato em jornal oficial ou jornal de grande circulação regional, conforme disposto na Lei Municipal e constituirá aditamento a estas Instruções.

8.4 - O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

8.5 - Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8.5.1 - Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

9 - DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.

9.1 - Em qualquer fase do procedimento licitatório, o Pregoeiro ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, fixando o prazo para a resposta.

9.2 - Os licitantes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

9.3 - O Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU poderá revogar a licitação por razões de interesse público, no todo ou em parte ou anular esta licitação, em qualquer etapa do processo.

10- DAS AMOSTRAS

10.1. Não se exigirá apresentação de amostra do produto ofertado.

11- DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

11.1- A adjudicação desta licitação em favor do licitante, cuja proposta de preços ou lance, se houver, seja classificado em primeiro lugar, caso não haja interposição de recurso, é da competência do Pregoeiro, e, caso haja interposição de recurso, será só de responsabilidade da autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação, que também promoverá a homologação.

11.2- No caso de interposição de recurso, sendo a adjudicação da competência da autoridade superior, competente do órgão de origem desta licitação, decidido o recurso, este homologará o julgamento do Pregoeiro e adjudicará o objeto ao vencedor.

11.3- A autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação por escrito.

12- DO CONTRATO

12.1- O Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU, com a interveniência do SETOR COMPETENTE, assinará contrato com o vencedor desta licitação, no prazo máximo de **05 (cinco)** dias, contados da data da convocação expedida por esse órgão, sob pena de decair do direito à contratação, podendo ser prorrogada somente uma vez, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Contratante.

12.2- Caso o licitante vencedor se recuse injustificadamente a assinar o contrato ou não apresente situação regular no ato da assinatura do mesmo, a autoridade superior deverá extinguir os efeitos da homologação e da adjudicação através do ato de rescisão e retornará os autos do processo ao Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.3- O Pregoeiro retornará as atividades de seleção de melhor proposta e convocará outro licitante, observada a ordem de qualificação e classificação, para verificar a suas condições de habilitação, e assim sucessivamente.

12.4- O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida neste edital ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU e será descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13 - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - O contrato terá um prazo de vigência até **31 de Dezembro de 2022**, podendo ser aditado nos casos previstos no art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14- DA FONTE DE RECURSOS

14.1 - As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da receita proveniente da arrecadação da Tarifa K2, junto aos irrigantes do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú - DIBAU.

15- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

15.1- Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, alínea d, da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada; devendo a contratada se manifestar e, comprovadamente, demonstrar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, cabendo ao contratante, justificadamente, aceitar ou não, aplicando-se a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo ou outro índice em vigor, caso essa seja extinta.

16- DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

16.2 - A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em

registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17- PRAZO, CONDIÇÕES DA ENTREGA E LOCAL E DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1. Poderão ser firmados contratos, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

17.2. DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicarão os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da CONTRATANTE.

17.2.1. A Ordem de Compra emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

17.2.2. O contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento. Os produtos serão entregues nas seguintes condições:

a) Nos locais determinados pela administração do presente processo licitatório indicado na Ordem de Compra;

b) No prazo de no máximo de 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra no horário de 07h às 17h (horário local).

17.2.3. O aceite dos produtos pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo deste edital quanto aos produtos entregues.

17.2.4. Os produtos devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

17.2.5. Para os produtos objetos deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do da(s) unidade(s) gestora(s) do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU.

17.2.5.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a(s) unidade(s) gestora(s).

17.2.6. No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas neste edital, na ordem de compra e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

17.3. Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

- a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

17.4. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

17.5. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos produtos entregues.

17.5.1. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.7. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.7.1. Não produziu os resultados acordados;

17.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.8. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

17.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

17.10. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

17.12 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.

17.13 - Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

17.14- Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

18- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

18.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

18.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

19- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1- Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

19.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

19.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

19.5 - Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indiquem ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

19.6 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

19.7 - Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.

19.8 - Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.

19.9 - Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.

19.10 - Remover, às suas expensas, todo o produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo imediato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

20- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

20.1.1. Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. Apresentar documentação falsa;

20.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

20.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

20.1.6. Cometer fraude fiscal;

20.1.7. Fizer declaração falsa;

20.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

20.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

20.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

20.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

21- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

21.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

21.2- Das decisões proferidas pelo Pregoeiro relativas à classificação e desclassificação de propostas de preços escritas e lances e à habilitação e inabilitação, caberá recurso administrativo dirigido à autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação, que deverá ser registrada em Ata pelo titular ou representante legal do licitante, no final da sessão, constando o motivo e a síntese das suas razões, podendo o interessado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da interposição, no endereço constante da Prefeitura de Russas, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

21.3- Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for ou estiver explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos em dia de expediente normal na Prefeitura de Russas.

22- DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

22.1 - A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

23- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Fica assegurado à Entidade de Licitação o direito de:

23.1.1. Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, notificando-se, por escrito, às Licitantes que já tenham retirado o Edital, com a antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

23.1.2. Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados;

23.1.3. Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

23.2. A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irretratável das normas do Edital e seus anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A necessidade desta aquisição de combustíveis e derivados do petróleo, tendo em vista que estes virão a melhorar as condições de trabalho, tornando assim mais eficiente às atividades do Perímetro do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú - DIBAU.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS/ PREÇO DE REFERÊNCIA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
01	ÓLEO 5W30 MOTOR GASOLINA	LT	100	R\$ 49,00	R\$ 4.900,00
02	ÓLEO 15W40 MOTOR DIESEL	LT	100	R\$ 28,66	R\$ 2.866,00
03	ÓLEO 10W30	LT	150	R\$ 30,33	R\$ 4.549,50
04	ÓLEO HIDRÁULICO 68	LT	500	R\$ 25,33	R\$ 12.665,00
05	ÓLEO TRANSMISSÃO THF	LT	200	R\$ 28,66	R\$ 5.732,00
06	ÓLEO SAE 90	LT	100	R\$ 21,09	R\$ 2.109,00
07	ÓLEO OH50	LT	30	R\$ 37,00	R\$ 1.110,00
08	ÓLEO (FLUIDO) PARA FREIOS DOT3	LT	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
09	ÓLEO PARA MOTOR 2ª	LT	10	R\$ 41,33	R\$ 413,30
10	GRAXA AUTOMOTIVA GRAXA CHASSI	Kg	60	R\$ 25,00	R\$ 1.500,00
11	GRAXA AZUL	Kg	40	R\$ 41,00	R\$ 1.640,00
12	ÓLEO DIESEL S10	LT	35.000	R\$ 6,06	R\$ 212.100,00
13	GASOLINA ADITIVADA	LT	10.000	R\$ 7,10	R\$ 71.000,00

Valor total estimado: R\$ 321.184,80 (trezentos e vinte e um mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).

3.1. O custo estimado da contratação e o respectivo valor máximo foram apurados mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e pesquisas de preços praticados no mercado em contratações similares.

ANEXO II MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. _____

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, E DO OUTRO LADO A EMPRESA _____, QUE ASSIM PARA O FIM QUE A SEGUIR DECLARAM:

O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com sede na BR403/CE 161 – Estrada de Acaraú – Triângulo do Marco – Marco/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.493.975/0001-50, neste ato representado pelo Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº. _____, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, com sede à _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, representada por _____, portador(a) CPF nº. _____, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. _____, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato no PREGÃO PRESENCIAL Nº _____, pelas disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterados pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores – Lei de Licitações, Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei Federal nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- AQUISIÇÃO DE _____, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste contrato o valor global do lote _____ de R\$ _____ (_____), distribuídos da seguinte forma, sujeito as incidências tributárias normais. **(INSERIR PLANILHA DE PREÇOS)**.

CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1- O presente contrato terá um prazo de vigência até _____, podendo ser aditado nos casos previstos no art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS

5.1 - As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da receita proveniente da arrecadação da Tarifa K2, junto aos irrigantes do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú – DIBAU.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

6.1- Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, alínea d, da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada; devendo a contratada se manifestar e, comprovadamente, demonstrar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, cabendo ao contratante, justificadamente, aceitar ou não, aplicando-se a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo ou outro índice em vigor, caso essa seja extinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.2 - A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.3 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO, CONDIÇÕES DA ENTREGA E LOCAL E DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Poderão ser firmados contratos, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

8.2. DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicarão os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da CONTRATANTE.

8.2.1. A Ordem de Compra emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

8.2.2. O contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento. Os produtos serão entregues nas seguintes condições:

a) Nos locais determinados pela administração do presente processo licitatório indicado na Ordem de Compra;

b) No prazo de no máximo de 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra no horário de 07h às 13h (horário local).

8.2.3. O aceite dos produtos pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo deste edital quanto aos produtos entregues.

8.2.4. Os produtos devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

8.2.5. Para os produtos objetos deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do da(s) unidade(s) gestora(s) do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU.

8.2.5.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a(s) unidade(s) gestora(s).

8.2.6. No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas neste edital, na ordem de compra e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

8.2.7. Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

8.5. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos produtos entregues.

8.5.1. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

8.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.7. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.7.1. Não produziu os resultados acordados;

8.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.8. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.10. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.12 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias. 8.13 - Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

8.14- Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

9.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

9.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1-Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

10.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

10.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

10.5 - Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

10.6 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7 - Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.

10.8 - Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.

10.9 - Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.

10.10 - Remover, às suas expensas, todo o produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo imediato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

11.1.1. Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

11.1.2. Apresentar documentação falsa;

11.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

11.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.6. Cometer fraude fiscal;

11.1.7. Fizer declaração falsa;

11.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

11.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

11.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

11.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

12.1 - A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1- Fica eleito o foro da Comarca de Marco, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Marco (CE), ____ de ____ de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. _____

Nome:

CPF/MF:

02. _____

Nome:

CPF/MF:

ANEXO III- FICHA DE CREDENCIAMENTO**MODALIDADE:** Pregão Presencial nº _____**OBJETO:** _____ acordo
com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE					
NOME DE FANTASIA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:				Nº	
BAIRRO:		CIDADE:		CEP:	
FONE/FAX:					
ENDEREÇO ELETRÔNICO DO LICITANTE:					
DADOS CREDENCIADO:					
RG Nº:					
CPF Nº:					

Local _____ e Data ____/____/____

Carimbo e assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede _____, declara, sob as penas da lei, que atenderá às exigências do Edital no que se refere a habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, e que está regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, FGTS e CNDT.

_____, ____ de _____ de 20__

(assinatura, nome e número da identidade do declarante)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

PREGÃO PRESENCIAL N.º _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____ de _____ de 20__.

(assinatura, nome e número da identidade do declarante)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº. _____, com sede _____ declara, em atendimento ao previsto no edital do Pregão Presencial n.º _____ que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

_____ de _____ de 20__

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)

OBS.: Se a empresa possuir menor de 16 (dezesesseis) anos, na condição de aprendiz, desde que maior de 14 (quatorze) anos, deverá declarar essa condição.

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO
EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____

A empresa _____, CNPJ n.º _____, com sede
_____, Declaro (amos) para todos os fins de direito,
especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou
(amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do
disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela
Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014 e Lei Federal nº 155/2016, de
27 de outubro de 2016.

_____, de _____ de 20__

(Assinatura, nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

ANEXO VIII

MODELO DE PROPOSTA

Através do presente declaramos inteira submissão aos ditames Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e, às cláusulas e condições previstas neste Pregão Presencial nº _____.

Declaramos, ainda que nos preços apresentados, bem como nos lances verbais, estão incluídos todos os custos e despesas de impostos, taxas, entre outros.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente executar o objeto desta licitação, caso sejamos vencedores da presente licitação.

Dados necessários para elaboração da Proposta Comercial:

1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via original, na língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, contendo:

1.1. Indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente para efeito de pagamento (PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL);

1.2. Preços unitário e total, expressos em algarismo e por extenso, conforme **Termo de Referência, MARCA** dos Produtos (para todos os itens), de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

1.3. Em caso de divergência entre os preços unitário e total, será considerado o primeiro e entre os expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o último;

1.4. Declaração expressa de que nos preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outros.

1.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiver vícios ou ilegalidades;
- b) estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;
- c) contiver oferta de vantagem não prevista em Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes;
- d) apresentar proposta comercial com percentual de desconto de valor igual a zero;
- e) taxa de encargos sociais inverossímil;
- f) apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

1.6. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

1.7. O prazo de validade das propostas será de no mínimo **60 (sessenta) dias**.

1.8. Após apresentação da proposta comercial não caberá desistência, sob pena de aplicação das punições previstas na Cláusula – "DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS"

(INSERIR PROPOSTA DE PREÇOS)

Item	Descrição	Unid	Marca	Quant	V.unit	V.total

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ Nº:

VALOR UNITÁRIO GLOBAL POR EXTENSO DE CADA LOTE:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS

PRAZO DE ENTREGA:

DADOS BANCÁRIOS: (PREFERENCIALMENTE BRADESCO)

DATA:

(Assinatura do Representante Legal, Carimbo da Empresa Licitante)

ANEXO IX (*)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ - DIBAU.

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, ocupante do cargo de _____, da empresa _____, inscrita com o CNPJ nº _____, com sede à _____, declaro para os devidos fins que não tenho nenhum vínculo empregatício de nenhuma natureza, com a Prefeitura Municipal de Russas.

_____, ____ de ____ de 20__

ASSINATURA DO DECLARANTE

(*) A Declaração será para todos os sócios da empresa (SEPARADAMENTE), se for o caso.

AVISO DE LICITAÇÃO

O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU por intermédio do(a) Pregoeiro(a), torna público que às 14:00 horas do dia 03 de Janeiro de 2022, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, de acordo com o que determina a legislação vigente.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na BR 403 / CE 161 – ESTRADA DE ACARAU – TRIÂNGULO DO MARCO – MARCO/CE, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

MARCO/CE, 22 de Dezembro de 2021.


FERNANDO FRANÇA SILVEIRA
Pregoeiro(a)

Ineditórios

AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CG 028/ANA/2020 - Quarto Termo Aditivo ao Contrato 16/2018 - Celebrado entre Agência Peixe Vivo e Toncar Serviços Ltda. Objeto: acrescentar R\$ 11.205,89 ao valor global contratual e inserir as cláusulas de LGPD e Compliance. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora editado. Data de Assinatura: 18/11/2021. Agência Peixe Vivo - Célia Maria Brandão Fróis - Diretora Geral e Toncar Serviços Ltda. - Alexandre Manoel Mariano Pires - Sócio. Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2021. Ilson Diniz Gomes - Analista.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CG 028/ANA/2020 - Primeiro termo aditivo ao Contrato 10/2021 - Celebrado entre Agência Peixe Vivo e Leonardo Alvim Mite Castro. Objeto: prorrogar o prazo contratual por mais 02 meses com acréscimo R\$ 35.000,00 ao valor global contratual. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora editado. Data de Assinatura: 17/12/2021. Agência Peixe Vivo - Célia Maria Brandão Fróis - Diretora Geral e Leonardo Alvim Mite Castro - Contratado. Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2021. Ilson Diniz Gomes - Analista.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CG 028/ANA/2020 - segundo termo aditivo ao Contrato 16/2020 - Celebrado entre Agência Peixe Vivo e Luviraq Ltda - EPP. Objeto: prorrogar o prazo contratual por mais 03 meses sem acréscimo ao valor global contratual e inserir as cláusulas de LGPD e Compliance. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora editado. Data de Assinatura: 20/11/2021. Agência Peixe Vivo - Célia Maria Brandão Fróis - Diretora Geral e Luviraq Ltda - EPP - Wellington Aristides Velloso Reis - Representante. Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2021. Ilson Diniz Gomes - Analista.

ASSOCIAÇÃO ARACAJUANA DE BENEFICÊNCIA

ASSOCIAÇÃO ARACAJUANA DE BENEFICÊNCIA - CNPJ/MF Nº 13.025.507/0001-41

AVISO: COTAÇÃO PREVIA DE PREÇOS Nº 5/2021 - ELETRÔNICA VIA SICOMP (PLATAFORMA MAIS BRASIL)

Objeto: aquisição de equipamento e material permanente. Revelamento da proposta de 23/12/2021 a 05/01/2022. Edital site: <http://plataformamaisbrasil.gov.br/acesso-livre> e www.fcc.com.br. Fonte de Recurso: Convênio Nº 918.286/2021 MS/PNS, base legal: Decreto Nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial Nº 424/2016. Informações: Telefone (75) 3213-4900/4922 ou e-mail: cotacao@maisbrasil.gov.br

Aracaju/SE, 21 de dezembro de 2021.
CARLOS ANTÔNIO ZICORIO DA SILVA
Comissão de Compras

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

PRÓ-REITORIAS

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA
Mantida: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB
Mantenedores: Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB
00.095.857/0001-87

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta instituição de Educação Superior informa que foram registrados 63 diplomas digitais, no período de 16 de Dezembro de 2021 a 17 de Dezembro de 2021, no livro digital de registro e sequências numéricas livro 0 registros nº 2021-1 a nº 2021-63. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://www.uniceub.br>.

Brasília, 20 de dezembro de 2021.
STELLA MARIS MORAES FUJÃO
Reitor do UNICEUB

CENTRO SUPERIOR DE TECNOLOGIA TECBRASIL LTDA

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Mantenedores: Centro Superior de Tecnologia Tec Brasil; CNPJ 02.271.913/0001-78. Mantida: Centro Universitário UNITEC. Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta instituição de Educação Superior informa que foi registrado 91 diplomas no período de 22/11/2021 a 14/12/2021, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: livro A1 - registro nº 1044 a 2136. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://www.tec.com.br>.

Caxias do Sul, 15 de dezembro de 2021.
CLAUDIO JOSÉ MINEIROZZI JR.
Reitor do Centro Universitário UNITEC

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2021 - S&P

Processo Licitatório nº 045/2021 - Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 020/2021 -

O CIMAAMS - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - torna público - Processo Licitatório nº 045/2021, Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 020/2021. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de veículos (ambulâncias), para atender as necessidades dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAAMS. O edital e seus anexos podem ser obtidos no endereço eletrônico da sessão pública no site www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir da publicação deste aviso. Sessão Pública: será às 09:15hrs da dia 11 de janeiro de 2022. Informações pelos fones: (35) 3223-0841 ou (35) 9 9970-3832, e-mail: licitacao@cimaams.mg.gov.br, ou pelo site: www.cimaams.mg.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

ANA PAULA ALVES DOS SANTOS XAVIER
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2021

Aviso de Realização de Licitação - Processo Licitatório nº 041/2021 - Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 017/2021 -

O CIMAAMS - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - torna público - Processo Licitatório nº 041/2021, Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 017/2021. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de veículos (ambulâncias), para atender as necessidades dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAAMS. O edital e seus anexos podem ser obtidos no endereço eletrônico da sessão pública no site www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir da publicação deste aviso. Sessão pública: será às 09:15hrs da dia 12 de janeiro de 2022. Informações pelos fones: (38) 3121-0841 ou (38) 39370-3832, e-mail: licitacao@cimaams.mg.gov.br, ou pelo site: www.cimaams.mg.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

ANA PAULA ALVES DOS SANTOS XAVIER
Pregoeira

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/22-PP-DIBAU

- Objeto: Aquisição de combustíveis e lubrificantes derivados do petróleo para atender as necessidades do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU, de acordo com as especificações e quantidades do termo de referência do edital, que se realizará no dia 08 de Janeiro de 2022 (08/01/2022), às 14:00hs na Sala de Comissão de Licitação do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU, na BR-403CE 162 - Estação de Acaraú - Triângulo do Marão - Maracá/CE. Referido EDITAL poderá ser adquirido a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público.

Maracá - CE, 20 de dezembro de 2021.
FERNANDO FRANÇA SILVEIRA
Pregoeiro

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.

CNPJ: 27.821.348/0001-01

AVISO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que RECEBUI do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Licença de Operação nº 1634/2021, com validade de 10 anos, para a Linha de Transmissão 500KV SE Cachoeira Paulista - SE Rêbore, localizada nos municípios de: Itirapetuba, Cássia, Pádua, Bom Jesus da Penha, Mazumbão, Junópolis, Nova Friburgo, Cabo Verde, Monte Belo, Campestre, Divisa Nova, Fogo Fúrio, Foz de Iguaçu, Espírito Santo do Dourado, Ipilândia, Cachoeira de Minas, São Sebastião da Bela Vista, Santa Rita do Sapucaí, Brásópolis, Piranguinho, Piranguçu, Rajahm, Wenceslau Braz, Taubaté e Delfim Moreira no Estado de Minas Gerais e Guaratinguá, Piquete, Lorena e Cachoeira Paulista no Estado de São Paulo.

STELLA MARIS MORAES FUJÃO
Diretora

EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA.

CNPJ nº 04.028.589/0001-10

AVISO DE LICENÇA

A Equinor Brasil Energia Ltda. torna público que recebeu do IBAMA, a 2ª Renovação da Licença de Operação (LO) Nº 962/2010 - 2ª Renovação, com validade até 11/12/2026, referente à atividade de perfuração marítima de poços de desenvolvimento das Plataformas Fixas Peregrino A, B e C no Campo de Peregrino, Bloco BWC-7, na Bacia de Campos.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2021.
VERÔNICA REZANDE COELHO
Vice Presidente Executiva

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

CNPJ: 03.825.875/0001-64

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta instituição de Educação Superior informa que foram registrados 91 (noventa e um) diplomas no período de 17/08/2021 a 12/10/2021, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: [livro A-14 - registros 77 e 88] [livro A-70 - registros 410 e 431 e 457 e 467] [livro CE-48 - registros 49 e 61 e 65] [livro I-17 - registros 329 a 363]. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até trinta dias, no endereço <http://www.espm.br>.

Porto Alegre-RS, 20 de novembro de 2021.
ROSE LUIS VILCOUR GÖELNER
Diretor Acadêmico

CENTRO UNIVERSITÁRIO ARTHUR SÁ EARP NETO

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

CENTRO UNIVERSITÁRIO ARTHUR SÁ EARP NETO
FUNDAÇÃO OCTÁVIO GUALBERTO
CNPJ: 34.084.959/0001-60

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta instituição de Educação Superior informa que foram registrados, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 106 (cento e seis) diplomas, no período de 22/10/2021 a 28/10/2021, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: [livro 2021.6 - folhas 1199 a 1200 e livro 2021.7 - folhas 1201 a 1403 e 1321 a 1322 - registros - 01199/21-7; 01200/21-4; 01201/21-6; 01202/21-6; 01203/21-6; 01204/21-6; 01205/21-7; 01206/21-7; 01207/21-8; 01208/21-8; 01209/21-8; 01210/21-8; 01211/21-8; 01212/21-8; 01213/21-8; 01214/21-8; 01215/21-8; 01216/21-8; 01217/21-8; 01218/21-8; 01219/21-8; 01220/21-8; 01221/21-8; 01222/21-8; 01223/21-8; 01224/21-8; 01225/21-8; 01226/21-8; 01227/21-8; 01228/21-8; 01229/21-8; 01230/21-8; 01231/21-8; 01232/21-8; 01233/21-8; 01234/21-8; 01235/21-8; 01236/21-8; 01237/21-8; 01238/21-8; 01239/21-8; 01240/21-8; 01241/21-8; 01242/21-8; 01243/21-8; 01244/21-8; 01245/21-8; 01246/21-8; 01247/21-8; 01248/21-8; 01249/21-8; 01250/21-8; 01251/21-8; 01252/21-8; 01253/21-8; 01254/21-8; 01255/21-8; 01256/21-8; 01257/21-8; 01258/21-8; 01259/21-8; 01260/21-8; 01261/21-8; 01262/21-8; 01263/21-8; 01264/21-8; 01265/21-8; 01266/21-8; 01267/21-8; 01268/21-8; 01269/21-8; 01270/21-8; 01271/21-8; 01272/21-8; 01273/21-8; 01274/21-8; 01275/21-8; 01276/21-8; 01277/21-8; 01278/21-8; 01279/21-8; 01280/21-8; 01281/21-8; 01282/21-8; 01283/21-8; 01284/21-8; 01285/21-8; 01286/21-8; 01287/21-8; 01288/21-8; 01289/21-8; 01290/21-8; 01291/21-8; 01292/21-8; 01293/21-8; 01294/21-8; 01295/21-8; 01296/21-8; 01297/21-8; 01298/21-8; 01299/21-8; 01300/21-8; 01301/21-8; 01302/21-8; 01303/21-8; 01304/21-8; 01305/21-8; 01306/21-8; 01307/21-8; 01308/21-8; 01309/21-8; 01310/21-8; 01311/21-8; 01312/21-8; 01313/21-8; 01314/21-8; 01315/21-8; 01316/21-8; 01317/21-8; 01318/21-8; 01319/21-8; 01320/21-8; 01321/21-8; 01322/21-8; 01323/21-8; 01324/21-8; 01325/21-8; 01326/21-8; 01327/21-8; 01328/21-8; 01329/21-8; 01330/21-8; 01331/21-8; 01332/21-8; 01333/21-8; 01334/21-8; 01335/21-8; 01336/21-8; 01337/21-8; 01338/21-8; 01339/21-8; 01340/21-8; 01341/21-8; 01342/21-8; 01343/21-8; 01344/21-8; 01345/21-8; 01346/21-8; 01347/21-8; 01348/21-8; 01349/21-8; 01350/21-8; 01351/21-8; 01352/21-8; 01353/21-8; 01354/21-8; 01355/21-8; 01356/21-8; 01357/21-8; 01358/21-8; 01359/21-8; 01360/21-8; 01361/21-8; 01362/21-8; 01363/21-8; 01364/21-8; 01365/21-8; 01366/21-8; 01367/21-8; 01368/21-8; 01369/21-8; 01370/21-8; 01371/21-8; 01372/21-8; 01373/21-8; 01374/21-8; 01375/21-8; 01376/21-8; 01377/21-8; 01378/21-8; 01379/21-8; 01380/21-8; 01381/21-8; 01382/21-8; 01383/21-8; 01384/21-8; 01385/21-8; 01386/21-8; 01387/21-8; 01388/21-8; 01389/21-8; 01390/21-8; 01391/21-8; 01392/21-8; 01393/21-8; 01394/21-8; 01395/21-8; 01396/21-8; 01397/21-8; 01398/21-8; 01399/21-8; 01400/21-8; 01401/21-8; 01402/21-8; 01403/21-8; 01404/21-8; 01405/21-8; 01406/21-8; 01407/21-8; 01408/21-8; 01409/21-8; 01410/21-8; 01411/21-8; 01412/21-8; 01413/21-8; 01414/21-8; 01415/21-8; 01416/21-8; 01417/21-8; 01418/21-8; 01419/21-8; 01420/21-8; 01421/21-8; 01422/21-8; 01423/21-8; 01424/21-8; 01425/21-8; 01426/21-8; 01427/21-8; 01428/21-8; 01429/21-8; 01430/21-8; 01431/21-8; 01432/21-8; 01433/21-8; 01434/21-8; 01435/21-8; 01436/21-8; 01437/21-8; 01438/21-8; 01439/21-8; 01440/21-8; 01441/21-8; 01442/21-8; 01443/21-8; 01444/21-8; 01445/21-8; 01446/21-8; 01447/21-8; 01448/21-8; 01449/21-8; 01450/21-8; 01451/21-8; 01452/21-8; 01453/21-8; 01454/21-8; 01455/21-8; 01456/21-8; 01457/21-8; 01458/21-8; 01459/21-8; 01460/21-8; 01461/21-8; 01462/21-8; 01463/21-8; 01464/21-8; 01465/21-8; 01466/21-8; 01467/21-8; 01468/21-8; 01469/21-8; 01470/21-8; 01471/21-8; 01472/21-8; 01473/21-8; 01474/21-8; 01475/21-8; 01476/21-8; 01477/21-8; 01478/21-8; 01479/21-8; 01480/21-8; 01481/21-8; 01482/21-8; 01483/21-8; 01484/21-8; 01485/21-8; 01486/21-8; 01487/21-8; 01488/21-8; 01489/21-8; 01490/21-8; 01491/21-8; 01492/21-8; 01493/21-8; 01494/21-8; 01495/21-8; 01496/21-8; 01497/21-8; 01498/21-8; 01499/21-8; 01500/21-8; 01501/21-8; 01502/21-8; 01503/21-8; 01504/21-8; 01505/21-8; 01506/21-8; 01507/21-8; 01508/21-8; 01509/21-8; 01510/21-8; 01511/21-8; 01512/21-8; 01513/21-8; 01514/21-8; 01515/21-8; 01516/21-8; 01517/21-8; 01518/21-8; 01519/21-8; 01520/21-8; 01521/21-8; 01522/21-8; 01523/21-8; 01524/21-8; 01525/21-8; 01526/21-8; 01527/21-8; 01528/21-8; 01529/21-8; 01530/21-8; 01531/21-8; 01532/21-8; 01533/21-8; 01534/21-8; 01535/21-8; 01536/21-8; 01537/21-8; 01538/21-8; 01539/21-8; 01540/21-8; 01541/21-8; 01542/21-8; 01543/21-8; 01544/21-8; 01545/21-8; 01546/21-8; 01547/21-8; 01548/21-8; 01549/21-8; 01550/21-8; 01551/21-8; 01552/21-8; 01553/21-8; 01554/21-8; 01555/21-8; 01556/21-8; 01557/21-8; 01558/21-8; 01559/21-8; 01560/21-8; 01561/21-8; 01562/21-8; 01563/21-8; 01564/21-8; 01565/21-8; 01566/21-8; 01567/21-8; 01568/21-8; 01569/21-8; 01570/21-8; 01571/21-8; 01572/21-8; 01573/21-8; 01574/21-8; 01575/21-8; 01576/21-8; 01577/21-8; 01578/21-8; 01579/21-8; 01580/21-8; 01581/21-8; 01582/21-8; 01583/21-8; 01584/21-8; 01585/21-8; 01586/21-8; 01587/21-8; 01588/21-8; 01589/21-8; 01590/21-8; 01591/21-8; 01592/21-8; 01593/21-8; 01594/21-8; 01595/21-8; 01596/21-8; 01597/21-8; 01598/21-8; 01599/21-8; 01600/21-8; 01601/21-8; 01602/21-8; 01603/21-8; 01604/21-8; 01605/21-8; 01606/21-8; 01607/21-8; 01608/21-8; 01609/21-8; 01610/21-8; 01611/21-8; 01612/21-8; 01613/21-8; 01614/21-8; 01615/21-8; 01616/21-8; 01617/21-8; 01618/21-8; 01619/21-8; 01620/21-8; 01621/21-8; 01622/21-8; 01623/21-8; 01624/21-8; 01625/21-8; 01626/21-8; 01627/21-8; 01628/21-8; 01629/21-8; 01630/21-8; 01631/21-8; 01632/21-8; 01633/21-8; 01634/21-8; 01635/21-8; 01636/21-8; 01637/21-8; 01638/21-8; 01639/21-8; 01640/21-8; 01641/21-8; 01642/21-8; 01643/21-8; 01644/21-8; 01645/21-8; 01646/21-8; 01647/21-8; 01648/21-8; 01649/21-8; 01650/21-8; 01651/21-8; 01652/21-8; 01653/21-8; 01654/21-8; 01655/21-8; 01656/21-8; 01657/21-8; 01658/21-8; 01659/21-8; 01660/21-8; 01661/21-8; 01662/21-8; 01663/21-8; 01664/21-8; 01665/21-8; 01666/21-8; 01667/21-8; 01668/21-8; 01669/21-8; 01670/21-8; 01671/21-8; 01672/21-8; 01673/21-8; 01674/21-8; 01675/21-8; 01676/21-8; 01677/21-8; 01678/21-8; 01679/21-8; 01680/21-8; 01681/21-8; 01682/21-8; 01683/21-8; 01684/21-8; 01685/21-8; 01686/21-8; 01687/21-8; 01688/21-8; 01689/21-8; 01690/21-8; 01691/21-8; 01692/21-8; 01693/21-8; 01694/21-8; 01695/21-8; 01696/21-8; 01697/21-8; 01698/21-8; 01699/21-8; 01700/21-8; 01701/21-8; 01702/21-8; 01703/21-8; 01704/21-8; 01705/21-8; 01706/21-8; 01707/21-8; 01708/21-8; 01709/21-8; 01710/21-8; 01711/21-8; 01712/21-8; 01713/21-8; 01714/21-8; 01715/21-8; 01716/21-8; 01717/21-8; 01718/21-8; 01719/21-8; 01720/21-8; 01721/21-8; 01722/21-8; 01723/21-8; 01724/21-8; 01725/21-8; 01726/21-8; 01727/21-8; 01728/21-8; 01729/21-8; 01730/21-8; 01731/21-8; 01732/21-8; 01733/21-8; 01734/21-8; 01735/21-8; 01736/21-8; 01737/21-8; 01738/21-8; 01739/21-8; 01740/21-8; 01741/21-8; 01742/21-8; 01743/21-8; 01744/21-8; 01745/21-8; 01746/21-8; 01747/21-8; 01748/21-8; 01749/21-8; 01750/21-8; 01751/21-8; 01752/21-8; 01753/21-8; 01754/21-8; 01755/21-8; 01756/21-8; 01757/21-8; 01758/21-8; 01759/21-8; 01760

CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº07.558.992/0001-16, sediada na Rod. CE 161, Km 75 S/N, zona rural, no município de Marco, estado do Ceará, CEP 62.560-000, neste ato representado pela Sr. José Leorne Rios, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Parsifal Barroso, 206, Centro, no município de Marco, estado do Ceará, portador do RG nº 774.964 - SSP/CE, inscrito no CPF nº056.061.283-49 por este Instrumento de Procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. José Leorne Júnior, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua Parsifal Barroso, 206, Ap02, centro, no município de Marco, estado do Ceará, CEP 62.560-000 portador do RG nº2001099148462 SSP/CE, inscrito no CPF nº027.679.523-77 e lhe confere amplos poderes, para o fim especial de representá-la perante o Distrito de Irrigação do Perimetro Baixo Acaraú-DIBAU, afim de participar da licitação na modalidade Pregão Presencial Nº001/22-PP-DIBAU, estando autorizado a manifestar-se verbalmente, assinar atas, renunciar e interpor recursos, formular propostas, oferecer lances de preços, assinar, entregar e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da outorgante e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, pelo que darei por bom, firme e valioso.



Marco-CE, 30 de dezembro 2021

JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA

José Leorne Rios

CPF: 056.061.283-49



Reconhecimento (s) firma (s)

☒ por semelhança ☐ por autenticidade

de JOSÉ LEORNE RIOS

em 30 / 12 / 2021

em testemunho de

JOSE LEORNE JUNIOR

☐ Assessoria Jurídica - Tabelião

☐ Escritório Leorne Rios - Tabelião

☒ Karim Sampaio

VALIDO ATÉ 31/12/2022



POSTO

São José

José Leorne Rios & Cia Ltda
Rodovia CE 161 Km 75,8 triângulo de Marco - CE.
C.G.C.: 07.558.992/0001-16 - C.E.F.: 06.018.558-9.
Fonex: (88) 3664-4026 / 3664-4055 Fonofax: (88) 3664-1163



CARTA DE CREDENCIAMENTO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº001/22-PP-DIBAU

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU.

LICITANTE: JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA

NOME DE FANTASIA: POSTO SÃO JOSÉ

CNPJ: 07.558.992/0001-16

ENDEREÇO: Rod. CE 161, Km 75, S/N, zona rural, no município de Marco- Ceará

Fone: (88) 3664-1165 Fax: (88) 3364-1165 E-mail: postosaosepsi@gmail.com

CREDENCIADO: Jose Leorne Junior

RG Nº200109914462

CPF Nº027.679.523-77



Marco-CE 03 de Janeiro de 2022.


JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA.

José Leorne Rios

CPF: 056.061.283-49



Reconheço a (s) firma (s):

☒ por semelhança ☐ por autenticidade

por JOSE LEORNE RIOS

Marco 30 / 12 / 2021

Em testemunho de da ver so

JOSE LEORNE RIOS

☒ José Leorne Rios - Tabelião

☐ José Leorne Rios - Tabelião

☐ Maria Sampaio

VALOR: 20.000,00 (Vinte mil reais)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
E ARTEFATO NACIONAL DE HABITACAO

VALIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1474383030

NOME
JOSÉ LEONIR RIOS

RG - IDENTIDADE NACIONAL
114344 700 - CE

CM
006.140.000-49

DATA NASCIMENTO
15/08/1956

NÚMERO
FRANCISCO PEREIRA RIOS

ENDEREÇO
RUA SERRA LEONIR RIOS

PROFISSÃO
CC
CE-146

DATA EMISSÃO
07/09/2003

VALIDADEZ
07/09/2013

ASSINATURA

ASSINATURA DIGITAL

DATA EMISSÃO
15/08/2017

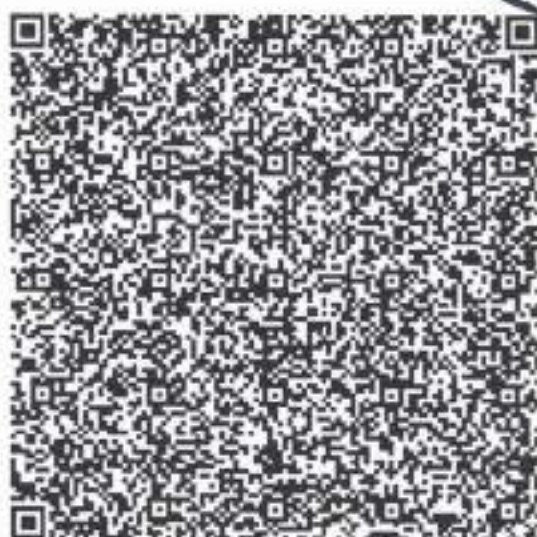
ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES E ARTEFATO NACIONAL DE HABITACAO

1474383030

CEARÁ

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DO INTERIORE DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CATEGORIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
NOME JOSE LUISE JUNIOR		RG CONTADOR REGISTRO 00009554862 SSP CE			
		CPF 029.878.543-77		DATA NASCIMENTO 19/05/1990	
		FUNÇÃO CONDIÇÃO REGISTRO OUTORGADA LICENÇA PRAZOS REGISTRO			
		NOME JOSE LUISE JUNIOR		CAT. HAB 01	
Nº REGISTRO 000000000		VALOR 00.000000		FAMILIAR 00/00/0000	
OBSERVAÇÃO					
(Assinatura do Titular)					
OBSERVAÇÃO DO PROFISSIONAL					
LOCAL PORTUGAL, CE		DATA EMISSÃO 21/02/2010			
ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO					
CEARÁ		CEARÁ			
DENATRAN		CONTRAN			



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN

POSTO

São José

José Leonardo Rivas & Clara I. Adán

Rodovia CE 161 Km 75,8 triângulo de Marco - CE

C.G.C.: 07.558.992/0001-16 - C.G.F.: 06.018.558-9

Faxes: (88) 3664-4026 / 3664-4055 Email: (88) 3664-1163



DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Ao

Sr. Pregoeiro,

Pregão Presencial Nº001/22-PP-DIBAUI

A empresa JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ 07.558.992/0001-16 com sede à Rod. CE 161, Km 75, S/N zona rural, no município de Marco, estado do Ceará, CEP 62560-000, declara, sob as penas da lei, que atenderá as exigências do Edital PP Nº001/22-PP-DIBAU no que se refere qualificação técnica e econômico-financeira, e que esta regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, FGTS e CNDT.

Marco-CE, 30 de dezembro 2021.



JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA

José Leorne Rios

CPF 056.061.283-49

DECLARAÇÃO



POSTO

São José

José Leorne Rios ACsa Ltda

Rodovia CE 161 Km 75,8 triângulo de Marco - CE

C.G.C.: 07.558.992/0001-16 – C.G.F.: 06.018.558-9

Faxes: (88) 3664-4026 / 3664-4033 Faxfax: (88) 3664-1165



De olho no Combustível

DECLARAÇÃO

Ao

Sr. Pregoeiro,

Pregão Presencial Nº 001/22-PP-DIBAUI

A Empresa JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº07.558.992/0001-16, com sede a Rodovia CE 161 Km 75, S/N zona rural, Cep 62560-000 Marco, estado do Ceará, declara não haver nenhum impedimento previsto nos incisos do § 4º artigo da Lei complementar nº123 de 14/12/2006.

Marco - CE, 30 de dezembro de 2021.



JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA

José Leorne Rios

CPF: 056.061.283-49



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: JOSE LEORNE RIOS E CIA. LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 07.558.992/0001-16

Número de Ordem do Livro: 24

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
*** ATIVO ***		R\$ 4.591.127,47	R\$ 4.883.403,04
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 3.519.023,71	R\$ 3.676.917,64
DISPONIBILIDADES		R\$ 315.838,87	R\$ 244.292,08
NUMERÁRIOS EM ESPÉCIE		R\$ 119.640,55	R\$ 105.286,63
CAIXA GERAL		R\$ 119.640,55	R\$ 105.286,63
Caixa		R\$ 119.640,55	R\$ 105.286,63
BANCOS		R\$ 29.346,43	R\$ 15.440,90
CONTAS CORRENTES		R\$ 29.346,43	R\$ 15.440,90
Banco do Bradesco S/A, Conta: 650 - 5		R\$ 29.346,43	R\$ 15.440,90
APLICAÇÃO E LIQUIDEZ IMEDIATA		R\$ 166.851,89	R\$ 121.564,55
APLICAÇÃO E LIQUIDEZ IMEDIATA		R\$ 166.851,89	R\$ 121.564,55
Poupança Bradesco, Conta: 650 - 5 - (atual Conta 6650-8)		R\$ 0,00	R\$ 8.680,77
Título de Capitalização Bradesco		R\$ 7.483,70	R\$ 15.458,70
Ourocap Proposta 28870186		R\$ 33.227,38	R\$ 3.227,36
BB Curto Prazo 200		R\$ 124.150,88	R\$ 91.021,35
Curo Empresarial Proposta: 4885703		R\$ 1.231,93	R\$ 1.231,93
BB Renda Fixa CP 200		R\$ 318,12	R\$ 018,12
Bradesco Invest Fácil (Aplicação em Papéis)		R\$ 420,86	R\$ 1.817,32
CLIENTES		R\$ 478.044,15	R\$ 516.777,39
CLIENTES NACIONAIS		R\$ 478.044,15	R\$ 516.777,39
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 478.044,15	R\$ 516.777,39
Clientes Diversos		R\$ 478.044,15	R\$ 516.777,39
DUPLICATAS DESCONTADAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CRÉDITOS		R\$ 1.679.807,74	R\$ 1.679.807,74
CRÉDITOS COM TERCEIROS		R\$ 1.679.807,74	R\$ 1.679.807,74
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CREDITO DE TERCEIROS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CRÉDITOS A FUNCIONARIOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR		R\$ 84.835,79	R\$ 84.835,79
PIS e Retenções		R\$ 339,35	R\$ 339,35

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FC.10.14.39.B5.C3.87.21.FF.2C.9A.26.1C.A8.ED.BB.B4.75.AF.7D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped
Versão 8,0,8 do Visualizador

Página 1 de 8

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: JOSE LEORNE RIOS E CIA, LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 07.558.992/0001-16

Número de Ordem do Livro: 24

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
COFINS a Recuperar		R\$ 2.011,67	R\$ 2.011,67
Refe		R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00
IRRF a Recuperar		R\$ 318,29	R\$ 318,29
INSS a Recuperar		R\$ 193,45	R\$ 193,45
ICMS a/Imobilizado a Recuperar		R\$ 59.973,03	R\$ 59.973,03
ANTECIPAÇÕES A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
REMESSA DE BOTIÕES		R\$ 22.828,04	R\$ 22.828,04
Remessa de Botões - Filial 2		R\$ 10.915,62	R\$ 10.915,62
Remessa de Botões - Filial 4		R\$ 11.912,42	R\$ 11.912,42
REMESSA DE COMODATO		R\$ 130.514,74	R\$ 130.514,74
Tim Nordeste S/A		R\$ 215,63	R\$ 215,63
G.C Ferreira - Filial III		R\$ 11.835,60	R\$ 11.835,60
RB Distribuidora - Filial 4		R\$ 6.122,70	R\$ 6.122,70
Lanne Maria Vasconcelos		R\$ 7.560,00	R\$ 7.560,00
CM de Oliveira Petróleo - Filial III		R\$ 10.144,80	R\$ 10.144,80
MERC. A NEGOCIAR-FILIAL III		R\$ 1.263,80	R\$ 1.263,80
VICUNHA INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIAR		R\$ 1.782,46	R\$ 1.782,46
Tim Nordeste S/A - Filial 4		R\$ 1.781,14	R\$ 1.781,14
RB Comercial Industria LTDA		R\$ 4.326,40	R\$ 4.326,40
Crisley Carvalho Vasconcelos - ME		R\$ 4.946,50	R\$ 4.840,50
Sorvans S/A - Matriz		R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Sorvans S/A - IV		R\$ 3.817,78	R\$ 3.817,78
Petrobras Distribuidora S/A - Matriz		R\$ 1.720,00	R\$ 1.720,00
Petrobras Distribuidora S/A - Filial II		R\$ 8.776,91	R\$ 8.776,91
Nacional Gás Butano - Filial III		R\$ 160,00	R\$ 150,00
Nacional Gás Butano - Filial IV		R\$ 60.987,02	R\$ 60.987,02
Dansul Distribuidora de Alimentos Fil		R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Disabere de Bebidas e Ref. LTDA - Filial 4		R\$ 1.380,00	R\$ 1.380,00
REMESSA DE MERCADORIAS		R\$ 4.956,68	R\$ 4.956,68
Disbere Bebidas e Refrigerantes LTDA		R\$ 4.956,68	R\$ 4.956,68
REMESSA DE MERCADORIAS		R\$ 1.178.438,49	R\$ 1.178.438,49

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FC.10.14.39.B5.C3.87.21.FF.2C.9A.26.1C.A8.ED.BB.B4.75.AF.7D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: JOSE LEORNE RIOS E CIA. LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 07.558.992/0001-16

Número de Ordem do Livro: 24

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Remo Campos Lascio		R\$ 550,00	R\$ 550,00
Mercadorias a Negociar - Filial 3		R\$ 1.112.707,24	R\$ 1.112.707,24
Lanne Maria Vasconcelos - ME Filial 3		R\$ 65.181,25	R\$ 65.181,25
Bens em Comodato		R\$ 0,00	R\$ 0,00
REMESSA DE MERCADORIAS P/ TROCA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
REMESSA DE VASILHAME		R\$ 258.234,00	R\$ 258.234,00
Nacional Gás Butano - Filial 3		R\$ 68.475,68	R\$ 68.475,68
G. C. Ferreira ME - Filial 3		R\$ 2.536,20	R\$ 2.536,20
F. C. M. de Oliveira Petroleo - Matriz		R\$ 20.289,60	R\$ 20.289,60
J.MALTON SOARES		R\$ 29.589,00	R\$ 29.589,00
FRANCISCO ALAN DE VASCONCELOS		R\$ 10.144,80	R\$ 10.144,80
NACIONAL GAS BUTANO-F III - PENDENTE		R\$ 127.198,72	R\$ 127.198,72
ENTRADA DE VASILHAME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADIANTAMENTO P/ RECEBIMENTO FUTURO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADIANTAMENTO P/ RECEBIMENTO FUTURO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESTOQUES		R\$ 1.045.337,95	R\$ 1.235.940,43
ESTOQUES EM ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS		R\$ 1.045.337,95	R\$ 1.235.940,43
ESTOQUE DE MERCADORIAS		R\$ 1.045.337,95	R\$ 1.235.940,43
Estoque		R\$ 1.045.337,95	R\$ 1.235.940,43
Entradas Remessa de Comodato/Vasilhame		R\$ 0,00	R\$ 3.563.817,29
Saída Remessa de Comodato/Vasilhame		R\$ 0,00	R\$ (3.563.817,29)
COMPRAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COMPRA DE MERCADORIAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
OUTRAS CONTAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Despesas Antecipadas		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 1.172.098,76	R\$ 1.186.585,40
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 33.492,55	R\$ 33.492,55
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 33.492,55	R\$ 33.492,55

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FC.10.14.39.B5.C3.87.21.FF.2C.9A.26.1C.A8.ED.BB.B4.75.AF.7D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: JOSE LEORNE RIOS E CIA. LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 07.558.992/0001-16

Número de Ordem do Livro: 24

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO		R\$ 33.492,55	R\$ 33.492,55
Banco do Bradesco S/A - Título de Capitalização		R\$ 33.492,55	R\$ 33.492,55
OUTRAS CONTAS		R\$ 223.142,63	R\$ 288.222,72
Consórcios		R\$ 223.142,63	R\$ 288.222,72
Consórcios		R\$ 223.142,63	R\$ 288.222,72
Consórcio Scanle - Grupo:2124 Cota:200		R\$ 149.175,46	R\$ 209.227,33
Consórcio Rodobens Hílux		R\$ 51.192,51	R\$ 51.192,51
Consórcio Rodobens - Zico		R\$ 1.051,43	R\$ 1.051,43
Consórcio Rodobens		R\$ 18.887,95	R\$ 21.916,17
Consórcio		R\$ 4.835,28	R\$ 4.835,28
IMOBILIZADO		R\$ 338.544,19	R\$ 323.105,95
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		R\$ 338.544,19	R\$ 323.105,95
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		R\$ 338.544,19	R\$ 323.105,95
Prédios e Edificações		R\$ 385.957,08	R\$ 385.957,08
(-) (-) Depreciação de Predios e Edificações		R\$ (47.412,88)	R\$ (62.851,13)
IMOBILIZADO CUSTO CORRIGIDO		R\$ 576.919,39	R\$ 541.764,18
BENS EM OPERAÇÃO		R\$ 576.919,39	R\$ 541.764,18
BENS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		R\$ 542.735,20	R\$ 520.202,47
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais		R\$ 838.984,32	R\$ 911.864,32
Equipamentos e Processamentos de Dados		R\$ 45.163,22	R\$ 46.163,22
Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais		R\$ 100.355,12	R\$ 100.355,12
(-) (-) Depreciação de Equip, Máquinas e Inst. Industriais		R\$ (30.992,74)	R\$ (40.128,22)
(-) (-) Depreciação de Móveis Utensílios e Inst. Comerciais		R\$ (372.257,39)	R\$ (451.988,75)
(-) (-) Depreciação Equipamentos e Proc. de Dados		R\$ (41.397,33)	R\$ (46.163,22)
VEÍCULOS UTILITARIOS		R\$ 12.522,46	R\$ 0,00
Veículos		R\$ 2.111.208,55	R\$ 2.111.208,55
(-) (-) Depreciação de Veículos		R\$ (2.098.586,07)	R\$ (2.111.208,55)
VEICULOS NÃO DEPRECIÁVEIS		R\$ 21.561,71	R\$ 21.561,71
VEICULOS		R\$ 572.588,15	R\$ 572.588,15

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FC.10.14.39.B5.C3.87.21.FF.2C.9A.26.1C.A8.ED.BB.B4.75.AF.7D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador

Página 4 de 8



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: JOSE LEORNE RIOS E CIA. LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 07.558.992/0001-16

Número de Ordem do Livro: 24

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
		R\$ (551.026,44)	R\$ (551.026,44)
(-) (-)DEPREC. VEICULOS			
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
OUTROS IMOBILIZADOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) DEPRECIACÕES, AMORTIZAÇÕES E QUOTAS DE EXAUSTÃO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) BENS UTILIZADOS NA PRODUÇÃO E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 4.601.127,47	R\$ 4.853.403,04
*** PASSIVO ***			
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 685.478,57	R\$ 792.103,97
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO		R\$ 685.478,57	R\$ 792.103,97
Fornecedores		R\$ 438.471,99	R\$ 558.941,87
Fornecedores Nacionais		R\$ 438.471,99	R\$ 558.941,87
Fornecedores Diversos		R\$ 438.471,99	R\$ 558.941,87
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS		R\$ 151.776,04	R\$ 161.702,10
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS		R\$ 26.316,65	R\$ 37.923,80
INSS a Recolher		R\$ 21.253,92	R\$ 33.387,47
FGTS a Recolher		R\$ 5.026,87	R\$ 4.536,33
IRRF a Recolher		R\$ 36,86	R\$ (0,00)
OBRIGAÇÕES FISCAIS		R\$ 125.459,39	R\$ 123.776,30
CSLL a Recolher - Saldo 2007		R\$ 40.004,12	R\$ 40.004,12
ISS a Recolher		R\$ 8.820,90	R\$ 9.820,90
IRPJ a Recolher		R\$ 8.228,20	R\$ 7.168,81
CSLL a Recolher		R\$ 4.936,92	R\$ 4.300,09
IRRF a Recolher - Saldo 2008		R\$ 52,98	R\$ 52,98
IRPJ a Recolher - Saldo 2007		R\$ 62.287,34	R\$ 62.287,34
IRRF a Recolher		R\$ 49,88	R\$ 67,01
CSFR a Recolher		R\$ 79,05	R\$ 79,05
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 71.460,00	R\$ 71.460,00
FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		R\$ 71.460,00	R\$ 71.460,00
Finame Scania		R\$ 71.460,00	R\$ 71.460,00
OUTRAS CONTAS		R\$ 1.295,74	R\$ (0,00)
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R\$ 1.295,74	R\$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FC.10.14.39.B5.C3.87.21.FF.2C.9A.26.1C.A8.ED.BB.B4.75.AF.7D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: JOSE LEORNE RIOS E CIA. LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 07.558.992/0001-16

Número de Ordem do Livro: 24

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Energia a Pagar		R\$ 1.295,74	R\$ (0,00)
PROVISÕES		R\$ 22.474,80	R\$ (0,00)
(-) PROVISÕES DE NATUREZA TRABALHISTA		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
IMPOSTOS RECUPERADOS A APROPRIAR		R\$ 22.474,80	R\$ (0,00)
COFINS - Processo 13301.000013/2008-00		R\$ 22.474,80	R\$ (0,00)
(-) Dividendos Propostos ou Lucros Creditados		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) Dividendos a Pagar		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 1.764.620,69	R\$ 1.693.150,69
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		R\$ 1.764.620,69	R\$ 1.693.150,69
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 172.695,00	R\$ 101.235,00
FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		R\$ 172.695,00	R\$ 101.235,00
Fname Scania		R\$ 172.695,00	R\$ 101.235,00
BENS EM COMODATO		R\$ 127.468,48	R\$ 127.468,48
BENS EM COMODATO		R\$ 127.468,48	R\$ 127.468,48
Solvane S/A - Filial IV		R\$ 3.817,78	R\$ 3.817,78
Solvane S/A - Matriz		R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
PETROBRAS - MATRIZ		R\$ 1.720,00	R\$ 1.720,00
NACIONAL GAS BUTANO-FILIAL IV		R\$ 60.987,02	R\$ 60.987,02
Tim Nordeste S/A - Filial 4		R\$ 1.781,14	R\$ 1.781,14
NACIONAL GAS BUTANO-FILIAL III		R\$ 160,00	R\$ 160,00
DANSUL DIST. DE ALIMENTOS FIL. II		R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
PETROBRAS DIST. S.A. FIL. II		R\$ 8.776,91	R\$ 8.776,91
GC FERREIRA - FILIAL III		R\$ 11.835,60	R\$ 11.835,60
RB DISTRIBUIDORA - FIL. IV		R\$ 840,10	R\$ 840,10
LANNE MARIA VASCONCELOS		R\$ 7.560,00	R\$ 7.560,00
RB COMERCIAL IND LTDA		R\$ 4.325,40	R\$ 4.325,40
CRISLEY CARVALHO VASCONCELOS ME		R\$ 4.640,50	R\$ 4.640,50
Tim Nordeste S/A - Matriz		R\$ 215,63	R\$ 215,63
RB Comercial Industria LTDA - Filial 4		R\$ 5.282,60	R\$ 5.282,60
CM de Oliveira Petróleo - Filial III		R\$ 10.144,80	R\$ 10.144,80

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FC.10.14.39.B5.C3.87.21.FF.2C.9A.26.1C.A8.ED.BB.84.75.AF.7D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: JOSE LEORNE RIOS E CIA. LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 07.558.992/0001-16

Número de Ordem do Livro: 24

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Distribuidora de Bebidas e Ref. LTDA - Filial 4		R\$ 1.380,00	R\$ 1.380,00
(-) BENS EM COMODATO		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
RETORNO DE MERCADORIAS		R\$ 1.464.457,21	R\$ 1.464.457,21
RETORNO DE MERCADORIAS		R\$ 1.177.888,49	R\$ 1.177.888,49
Mercadorias a Negociar - Filial 3		R\$ 1.112.707,24	R\$ 1.112.707,24
Larissa Maria Vasconcelos - ME		R\$ 65.181,25	R\$ 65.181,25
(-) REMESSA DE COMODATO		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
RETORNO P/CONSERTO		R\$ 550,00	R\$ 550,00
Remo Campos Lócio		R\$ 550,00	R\$ 550,00
RETORNO DE MERCADORIAS		R\$ 4.956,68	R\$ 4.956,68
Distribuidora de Bebidas e Refrigerantes		R\$ 4.956,68	R\$ 4.956,68
(-) RETORNO DE MERCADORIAS P/ TROCA		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
RETORNO DE VASILHAME		R\$ 258.234,00	R\$ 258.234,00
Nacional Gás Butano - Filial 3		R\$ 68.475,68	R\$ 68.475,68
G. C. Ferreira ME - Filial 3		R\$ 2.536,20	R\$ 2.536,20
F. C. M. da Oliveira Petróleo - Filial 3		R\$ 20.289,60	R\$ 20.289,60
J. MAILTON SOARES		R\$ 29.589,00	R\$ 29.589,00
NACIONAL GAS BUTANO-FILIAL PENDENTE		R\$ 127.198,72	R\$ 127.198,72
FRANCISCO ALAN DE VASCONCELOS		R\$ 10.144,80	R\$ 10.144,80
RETORNO DE BOTTÕES		R\$ 22.828,04	R\$ 22.828,04
Retorno de Botijões - Filial 4		R\$ 11.912,42	R\$ 11.912,42
Retorno de Botijões - Filial 2		R\$ 10.915,62	R\$ 10.915,62
(-) DEVOLUÇÃO DE VASILHAME		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 2.341.028,21	R\$ 2.378.138,38
CAPITAL REALIZADO		R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
CAPITAL SOCIAL DE DOMICILIADOS E RESIDENTES NO PAIS		R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
CAPITAL SUBSCRITO DE DOMICILIADOS E RESIDENTES NO PAIS		R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
(-) Capital Social de Domiciliados e Residentes no Exterior		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
RESERVAS		R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FC.10.14.39.B5.C3.87.21.FF.2C.9A.26.1C.A8.ED.8B.B4.75.AF.7D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador

Página 7 de 8



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: JOSE LEORNE RIOS E CIA. LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 07.558.992/0001-16

Número de Ordem do Livro: 24

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
RESERVAS		R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
RESERVAS DE LUCROS		R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Reserva Legal		R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
OUTRAS CONTAS		R\$ 2.151.028,21	R\$ 2.288.138,38
OUTRAS CONTAS		R\$ 2.151.028,21	R\$ 2.288.138,38
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 2.241.052,72	R\$ 2.376.162,89
Lucros Acumulados e/ou Saldos a Disposição da Assembleia		R\$ 2.239.047,20	R\$ 2.376.162,89
LUCROS ACUMULADOS - 2º TRIM/2003		R\$ 2.006,52	R\$ (0,00)
(-) (-) Prejuízos Acumulados		R\$ (390.024,51)	R\$ (390.024,51)
(-) (-) Prejuízos Acumulados		R\$ (390.024,51)	R\$ (390.024,51)
ANTECIP. DE BONIFICAÇÃO POR DESEMPENHO		R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
Petrobras Distribuidora S.A		R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
(-) AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) (-) AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FC.10.14.39.B5.C3.87.21.FF.2C.9A.26.1C.A8.ED.BB.B4.75.AF.7D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: JOSE LEORNE RIOS E CIA. LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 07.558.992/0001-16

Número de Ordem do Livro: 24

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Bruta Operacional		R\$ 26.419.136,57	R\$ 27.585.431,86
Faturamento Prod. Merc. e Serviços		R\$ 26.419.136,57	R\$ 27.585.431,86
Vendas de Mercadorias		R\$ 26.419.136,57	R\$ 27.585.431,86
(-) Deduções da Receita		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
(-) Impostos Faturados		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
(-) Outras Deduções		R\$ 0,00	R\$ (0,00)
(-) Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos		R\$ (24.251.188,10)	R\$ (25.060.698,93)
(-) Custo das Mercadorias Revendidas		R\$ (24.251.188,10)	R\$ (25.060.698,93)
(-) Despesas Operacionais		R\$ (1.937.317,25)	R\$ (1.344.324,82)
(-) DESPESAS COM VENDAS		R\$ (1.826.372,13)	R\$ (1.291.875,87)
(-) Resultado Financeiro		R\$ (25.639,17)	R\$ (24.922,41)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 1.175,78	R\$ 2.650,80
(-) Despesas Financeiras		R\$ (27.814,95)	R\$ (27.573,21)
Outras Receitas		R\$ 500,00	R\$ 22.474,80
(-) Despesas Tributárias		R\$ (57.500,43)	R\$ (50.001,34)
Outras Receitas e Outras Despesas		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Contribuição Social Sobre o Lucro		R\$ (20.756,81)	R\$ (16.236,73)
(-) Contribuição Social Sobre o Lucro		R\$ (20.756,81)	R\$ (16.236,73)
(-) Imposto de Renda		R\$ (39.712,10)	R\$ (27.061,21)
(-) Imposto de Renda		R\$ (39.712,10)	R\$ (27.061,21)
Resultado Líquido do Exercício		R\$ 170.182,31	R\$ 137.110,17

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FC.10.14.39.B5.C3.87.21.FF.2C.9A.26.1C.A8.ED.BB.B4.75.AF.7D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.8 do Visualizador

Página 1 de 1



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: JOSE LEORNE RIOS E CIA. LTDA.

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 07.558.992/0001-16

Número de Ordem do Livro: 24

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	JOSE LEORNE RIOS E CIA. LTDA.
NIRE	23200280456
CNPJ	07.558.992/0001-16
Número de Ordem	24
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	Março
Data do arquivamento dos atos constitutivos	28/08/1984
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2020
Quantidade total de linhas do arquivo digital	451259

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	JOSE LEORNE RIOS E CIA. LTDA.
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	24
Quantidade total de linhas do arquivo digital	451259
Data de início	01/01/2020
Data de término	31/12/2020

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número FC.10.14.39.B5.C3.87.21.FF.2C.9A.26.1C.A8.ED.BB.B4.75.AF.7D-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.9 do Visualizador

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 23200280456	CNPJ 07.558.992/0001-15
NOME EMPRESARIAL JOSE LEORNE RIOS E CIA. LTDA.	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 24
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) C.10.14.39.B5.C3.87.21.FF.2C.9A.26.1C.A8.ED.BB.B4.75.AF.7D	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Signatário da ECD com e-CNPJ ou e-PJ	07558992000116	JOSE LEORNE RIOS E CIA LTDA 07558992000116	853239980064267266 3	05/04/2021 a 05/04/2022	Sim
Contador	19312725300	ANTONIO AMARO DE SALES FILHO 19312725300	908323271757441725 6	17/08/2020 a 17/08/2021	Não

NÚMERO DO RECIBO:

FC.10.14.39.B5.C3.87.21.FF.2C.9A.
26.1C.A8.ED.BB.B4.75.AF.7D-9

Escrutação recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 30/07/2021 às 09:55:02

B9.AC.22.51.35.94.7E.71
7A.05.EC.5E.1A.CF.DE.61

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.558.992/0001-16 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/08/1984	
NOME EMPRESARIAL JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores 47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos 55.11-2-01 - Restaurantes e similares 55.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares 90.02-5-01 - Cabeleireiros, manicure e pedicure					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOCALIDADE ROD CE 101		NÚMERO 58		COMPLEMENTO KM 75	
CEP 82.560-000		RAIO/CEP ZONA RURAL		MUNICÍPIO MARCO	
UF CE		ENDEREÇO ELETRÔNICO TELEFONE			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.853, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 15/11/2021 às 08:18:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

NIRC-23 2 0028045



CONTRATO SOCIAL DA FIRMA
JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA

JOSE LEORNE RIOS, brasileiro, casado, comerciante residente e domiciliado nesta cidade de Marco, estado do Ceará, CI-774.964 da S.P.S.P-CE e inscrito no C.P.F. sob nº 056061283-49 e ANTONIO MARLON OSTERNO AGUIAR, brasileiro, solteiro, comerciante residente e domiciliado nesta cidade de Marco estado do Ceará, CI-395.344 da S.P.S.P-CE e inscrito no C.P.F. sob nº 073.571.333-20 resolvem entre si constituir uma sociedade por quota de responsabilidade Limitada sob Clausula e condições seguintes:

PRIMEIRA CLAUSULA - A sociedade terá como Denominação social de JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA, estabelecida na rua Rios, s/n em Marco estado do Ceará.

SEGUNDA CLAUSULA - O capital social da sociedade será de Cr\$ 5.000.000,00 (CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS), distribuído entre os socios nas proporções seguintes:

JOSE LEORNE RIOS.....Cr\$ 2.500.000,00

ANTONIO MARLON OSTERNO AGUIAR..Cr\$ 2.500.000,00

T O T A LCr\$ 5.000.000,00

TERCEIRA CLAUSULA - A sociedade explorarar o ramo de compras e vendas de produtos derivados de petróleo, querosene gás butano, alcool hidratado como combustíveis, lubrificantes.

QUARTA CLAUSULA - A sociedade terá vida por um período de tempo indeterminado e tendo inicio de atividade no dia 01 de Agosto de 1984, valendo salientar que a empresa não tem filial por enquanto, mas poderá a qualquer momento abrir ou encerrar em qualquer parte do território Nacional.

QUINTA CLAUSULA - A responsabilidade dos socios será limitada até o total do capital social.

- Continuação -



SEXTA CLAUSULA - O balanço da empresa será levantado em 31 de Dezembro de cada ano, onde os lucros ou prejuizos apurados na demonstração de lucros e perdas serão distribuídos 'ou supò rtado pelos socios até o percentual de seu capital' social subscritos.

SETIMA CLAUSULA - O uso da firma será feita por ambos os socios, não lhe sendo permitido dar avais, endosso ou fianças a pessoas estranhas a empresa.

QITAVA CLAUSULA - O socio JOSÉ LEORNE RIOS no uso da firma' assinará desta forma

JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA

JOSÉ LEORNE RIOS - Socio Gerente

NONA CLAUSULA - O socio ANTONIO MARLON OSTERNO AGUIAR, assinará pela firma na forma assim

JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA

ANTONIO MARLON OSTERNO AGUIAR - Socio Gerente

DECIMA CLAUSULA - Ambos os socios terão direito a uma retirada mensal a título de pro-labore até o máximo permitido 'pela legislação do Imposto de Renda.

DECIMA PRIMEIRA CLAUSULA - E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três (3) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo+

Marco-Ce., 31 de Julho de 1984.

José Leorne Rios

Antonio Marlon Osterno Aguiar

TESTEMUNHAS:



Handwritten notes and signatures at the bottom right, including 'Antonio Marlon Osterno Aguiar', 'José Leorne Rios', and a date '06/08/1984'.

23293,485

Fig. 103

Continuação

As demais cláusulas do contrato instrumental que direta ou indiretamente não foram modificadas continuam em pleno vigor.

Em por estarem acima juntos e contrastados /
assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor na
presença das testemunhas abaixo.

~~March 10, 1991~~

~~JOE BROWNE RIOS~~

ANTONIO M. L. DE OLIVEIRA AGUIAR

JOSE RICARDO SILVEIRA

TESTIMONIALS:

JOSEPH J. RACE, SECRETARY

JOSÉ EMILIO PEREIRA

[illegible]

2º - ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DA FIELLA
JOSE LEONIR RIOS & CIA LTDA



JOSE LEONIR RIOS, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Marco, estado do Ceará, com a CI-774.964 - expedida pela SPSP-JE e CPF nº 056.061.283-49 e ANTONIO MARLON OSTERINO AGUIAR, brasileiro, Solteiro, Maior, residente e domiciliado nesta cidade de Marco, estado do Ceará, com CI-395.344 expedida SPSP-JE e CPF nº 073.574.333-20 e JOSE RICARDO SILVEIRA, portador da CI-8903002021086 expedida pela SPSP-JE e CPF nº 046954533-04, residente e domiciliado nesta cidade de Marco, estado do Ceará, resolvem de comum acordo modificarem seu ato constitutivo na M.M. Junta Comercial do estado do Ceará reg. 23200280456 de 20.08.84 e aditivo nº 23293435 de 30.08.91 sob cláusula e condições seguintes:

PRIMEIRA CLAUSULA - Apartir desta data o capital social do socio Jose Ricardo Silveira será de cr\$290.000,00 (DUZENTOS E NOVENTA MIL CRUZEIROS) já que lhe foi sedido pelo socio ANTONIO MARLON OSTERINO AGUIAR a importancia de cr\$ 249.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA E NOVE MIL CRUZEIROS)

SEGUNDA CLAUSULA - Após esta auteração o capital social fica assim distribuido:

JOSE LEONIR RIOS	500.000,00
ANTONIO MARLON OSTERINO AGUIAR	250.000,00
JOSE RICARDO SILVEIRA	<u>239.000,00</u>
T O T A L	1.000.000,00

TERCEIRA CLAUSULA - As demais cláusula do contrato instrumental que direta ou indiretamente não foram modificadas continuam em pleno vigor

3º Por estarem assim juos os e contratados assinam o presente instrumento em 3 (tres) vias de igual teor na presença das tes testemunhas abaixo.

Notado em 10/08/2021



JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA

JOSE LEORNE RIOS, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Marco, estado do Ceará, com a CI-774.964 - expedida pela SPSP-CE e CPF N°056.283-49 e ANTONIO MARLON OSTERNO AGUIAR, brasileiro, solteiro, maio, residente e domiciliado nesta cidade de Marco, estado do Ceará, com CI-395.344 - expedida pela SPSP-CE e CPF 073.571.333-20 e JOSE RICARDO SILVEIRA, portador de CI-8903002021006 expedida pela SSP-CE e CPF 046954533-04, residente e domiciliado nesta cidade de Marco, estado do Ceará, resolvem de comum acordo modificarem seu ato constitutivo na M.M. Junta Comercial do estado do Ceará reg. 23200280456 de 20.08.84 e aditado sob no.23293435 de 30.08.91 sob cláusula e condições seguintes:

PRIMEIRA CLAUSULA - Retira-se da Sociedade o Socio JOSE RICARDO DA SILVEIRA, transferindo a sua quota de Capital no Valor de cr\$ 1.00 (HUM CRUZEIRO REAL) para o socio remanecente ANTONIO MARLON OSTERNO AGUIAR.

SEGUNDA CLAUSULA - O socio JOSE RICARDO SILVEIRA, recebe todos os seus direitos e haveres no total de cr\$ 1.00 (HUM CRUZEIRO REAL) dando assim plena e geral quitacao para nada mais reclamar quer dos socios ou da sociedade.

TERCEIRA CLAUSULA - Apartir desta data a sociedade ampliara seu objetivo social para Comercio Varejista de Gas Liquefeito para uso de cozinha.

QUARTA CLAUSULA - O capital que era 1.000.000,00 (HUM MILHAO DE CRUZEIROS) fica alterado para Cr\$ 1.000,00 (HUM MIL CRUZEIRO REAL) por alteracoes da legislacao em 01.08.93, convertendo a moeda de cruzeiros real e dividindo o valor por 1000 no corte de 3 (tres) casas e passando nesta data por Cr\$50.000.000,00 (CINQUENTA MILHOES DE CRUZEIROS REAIS).

QUINTA CLAUSULA - O aumento de capital e proveniente das contas RE-IVA DE CAPITAL Cr\$43.500.000,00 (Quarenta e Tres Milhoes e Quinhentos Mil Cruzeiros Reais) e RESERVA P/ AUMENTO DE CAPITAL Cr\$ 6.499.999,00 (SEIS MILHAO E QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE CRUZEIROS REAIS).

SEXTA CLAUSULA - Apartir desta data a sociedade abira uma filial na cidade de SENADOR SA, NA AV. 23 DE AGOSTO, 10, e para capital da filial transfere de seu capital social a importancia de Cr\$ 10.000.000,00 (Dez Milhoes Cruzeiros Reais).



6

Fls. 108
Pública

232.125.020



4o - ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DA FIRMA

JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA

JOSE LEORNE RIOS, brasileiro, casado, comerciante residente e domiciliado nesta cidade de Marco, estado do Ceará, portador da CI-774964 e CPF- 056.061.283-49 e ANTONIO MARLON OSTERNO AGUIAR, brasileira, Solteiro Maior, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Marco, estado do Ceará, portadora da CI-395.344 e CPF - 073.571.333-20, atuais componentes da firma JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA., com sede na Rdo Via CE 161, s/n, zona rural cidade de marco, estado do ceara, inscrita no CGC(MF) sob n. 07.558.792/0001-16, Com registro na M.M. na junta comercial do estado do Ceará sob N: NIRC-23200280456 de 20.08.84 e aditado sob 23293435/91 e 23211288/94, resolvem de comum acordo modificarem aludidos contratos sobre cláusula e condições seguintes:

PRIMEIRA CLAUSULA - O capital social que era de R\$ 50.000.000.00 (CINQUENTA MIL CRUZEIROS REAIS) Foi reduzido por força de lei para R\$ 18.181.81 (DEZOITO MIL E CENTO E OITENTA REAIS E OITENTA E HUM CENTAVOS) por força de medida provisoria em 30.06.94 ue converteu Cruzeiros Rais para Reais.

SEGUNDA CLAUSULA - O capital social que era de R\$ 18.181.81 (DEZOITO MIL E CENTO E OITENTA E HUM REAIS E OITENTA E HUM CENTAVOS) fica elevado para R\$ 30.000.00 (TRINTA MIL REAIS)

TERCEIRA CLAUSULA - O aumento do capital social e proveniente das contas: reserva de capital R\$ 11.919.19 (ONZE MIL E OITOCENTOS E DEZOITO REAIS E DEZENOVE CENTAVOS) Proveniente da conta Reserva para Aumento de Capitais

QUARTA CLAUSULA - Após o aumento do capital social fica assim distribuido o Capital Social

JOSE LEORNE RIOS	15.000.00
ANTONIO MARLON OSTERNO AGUIAR	15.000.00
T O T A L	30.000.00

QUINTA CLAUSULA - Apartir desta data a sociedade abrirar uma filial na cidade de Urucá, estado do Ceará, a rua Sargento Miranbial, s/n e destina para o capital da filial transfere de seu capital social a importancia de R\$ 1.000.00 (Hum Mil Reais)



SEXTA CLAUSULA - A sociedade explorar o ramo de Compras e Vendas de Produtos derivados de Petroleo, Querosene, Gasolina, Alcool Hidratado, Gas Natural, Gas Butano, Lubrificantes, Material para Construção, Generos Alimenticios, Bares, Lanchonetes e restaurantes, Transportes de Cargas e Passageiros, Artigos Para Presentes, Terraplanagens, Limpezas de Predios, Ruas e Pracas.

SETIMA CLAUSULA - As demais clausula do contrato instrumenta que direta ou indiretamente nao foram modificadas continuam em pleno vigor E" por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 3 vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Sobral-Ce, 27 de Janeiro de 1996

JOSE LIGORNE RIOS

ANTONIO MARLON OSTERHO AGUIAR

TESTEMUNHAS:

Jose Nilson Farias Sousa

Francisco Arquimedes dos Santos





Documento cópia fotostática
conferir com o original

52.2021

Desse modo, a cópia é verdadeira

Na cidade de Marco, Ceará, em 22 de Novembro de 2021.

Assinada por: ANA GERMANA FARIAS RIOS, Sócios

Jose Leorne Rios, Sócios

QUINTO ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DA FIRMA

JOSE LEORNE RIOS & CIA. LTDA.

JOSE LEORNE RIOS, brasileiro, casado, comerciante residente e domiciliado nesta cidade de Marco, Estado do Ceará, portador da CI de Numero 774.964 SSP-CE e CPF de Numero 056.061.283-49 e ANTONIO MARLON OSTERNO AGUIAR, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Marco-CE., portador da CI de Numero 395.344 SSP-CE e CPF de Numero 073.571.333-20, representado neste ato pela Sra. ANA GERMANA FARIAS RIOS, portadora da CI de Numero 3300142/98 SSP-CE e CPF de Numero 852.167.713-87, residente e domiciliado na cidade de Marco-CE na Rua 22 de Novembro, 321, Centro, cfe. (Procuração anexa) atuais componentes da firma JOSE LEORNE RIOS & CIA. LTDA, com sede na Rodovia CE 161, s/n, nesta cidade de Marco, Estado do Ceará, inscrita no CGC sob Numero 07.558.992/0001-16, com Registro na M.M. na Junta Comercial do Estado do Ceará sob NIREC-23200280456 de 20.08.84 e Aditivos de Numeros 23293435/91, 23211288/94 e 232125020/96, resolvem de comum acordo modificar os ditos contratos sobre cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA CLAUSULA - Apartir desta data a empresa terá como nome de Fantasia POSTO SÃO JOSE, para a Matriz localizada na cidade de marco-CE, na Rodovia CE 161, s/n e a filial a Rua Osterno, 350, Centro, a filial da cidade de Benador Ba na Av. 23 de Agosto, 010, terá o nome de Fantasia de POSTO ESTACAO e a filial da cidade de Urucoca-CE na Rua Sargento Miranbial, s/n, terá como nome de Fantasia URUCOCA GAS.

SEGUNDA CLAUSULA - A partir desta data ingressa a Socia ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, solteira, comerciante, residente e domiciliada nesta cidade de Marco, Estado do Ceará na Rua 22 de Novembro, 321, e portadora da CI de Numero 33000142/98 SSP-CE e CPF de Numero 852.167.713-87, com capital de R\$ 1,00 (UM REAL) que lhe foi cedido pelo Socio JOSE LEORNE RIOS.



TERCEIRA CLAUSULA- Retira-se da Sociedade o Socio ANTONIO MARLON USTERNU AGUIAR, transferindo todos seus direitos e haveres no valor de R\$ 15.000,00(QUINZE MIL REAIS) para o Socio remanescente JOSE LEURNE RIOS, dando assim plena e geral quitacao para nada mais reclamar dos Socios ou da Sociedade.

QUARTA CLAUSULA - O Capital Social que era de R\$ 30.000,00(TRINTA MIL REAIS) passou para R\$ 50.000,00(CINQUENTA MIL REAIS).

QUINTA CLAUSULA- O Aumento do Capital e proveniente da Conta Reserva de Capital no valor de R\$ 20.000,00(VINTE MIL REAIS).

SEXTA CLAUSULA- Apos o aumento do Capital Social fica assim distribuido o mesmo:

JOSE LEURNE RIOS	49.999,00
ANA GERMANA FARIAS RIOS	1,00
TOTAL	50.000,00

SETIMA CLAUSULA- As demais clausulas do Contrato instrumento que direta ou indiretamente nao foram modificadas continuam em pleno vigor.

MARCO-CE, 14 DE Outubro de 1998.

JOSE LEURNE RIOS

ANA GERMANA FARIAS RIOS

ANA GERMANA FARIAS RIOS

ANA GERMANA FARIAS RIOS

ANTONIO MARLON USTERNU AGUIAR

TESTEMUNHAS:

JOSE NILSON FARIAS SOUSA

FRANCISCO ARQUIMEDES DOS SANTOS



SEXTO ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DA FIRMA

JOSÉ LEORNE RIOS & CIA. LTDA



JOSÉ LEORNE RIOS, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade do Marco, Estado do Ceará, na Rua 22 de Novembro, 321, Centro, portador da R.G. de Nº 774.964 expedida pela SSP-CE e inscrito no CPF de Nº 056.061.283-49 e ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade do Marco, Estado do Ceará, na rua 22 de Novembro, 321, Centro, portadora da R.G. de Nº 395.344 expedida pela SSP-CE e inscrita no CPF de Nº 852.167.713-87, atuais componentes da firma JOSÉ LEORNE RIOS & CIA. LTDA, com sede na Rod. CE 161, KM 75, s/n, nesta cidade do Marco-CE, inscrita no CNPJ de Nº 07.558.992/0001-16, com registro na M.M. Na Junta Comercial do Estado do Ceará sob N: NIRC 23200280456 com despacho em 20.08.84 e aditivos de Nº 23293435/91, 23211288/94, 232125020/96 e 232142710/98, resolvem de comum acordo modificarem aludidos contratos sobre cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA CLAUSULA- Apartir desta data a sociedade e todos os seus estabelecimentos terão como nome de fantasia " POSTO SAO JOSÉ ".

SEGUNDA CLAUSULA- Apartir desta data a sociedade terá como objetivo e finalidade o ramo de Compras e Vendas de produtos derivados de petróleo, Querosene, Gasolina, Alcool Hidratado, Gás natural, Gás butan, Lubrificantes, Material de construção, Transporte de passageiros e de cargas em geral, Terraplanagem, Pavimentação de estradas e vias urbanas, Limpeza Pública, Remoção e beneficiamento de lixo, Artigos de presentes, Restaurantes, Lanchonetes, Bares e Confeitarias.

TERCEIRA CLAUSULA- Apartir desta data a sociedade abrirá uma nova filial que será situada na Rua Dedé Rios, s/n, Centro, nesta cidade do Marco, Estado do Ceará, e destina do seu Capital Social a importância de R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) para Capital desta estabelecimento e terá como objetivo e finalidade o Comércio Varejista de combustíveis e lubrificantes, Gás liquefeito de petróleo e transporte de cargas em geral.

QUARTA CLAUSULA- Em virtude da abertura de mais uma filial, de que se trata a terceira cláusula, ficam assim distribuído os Capitais:

MATRIZ-(Marco)	R\$ 10.000,00
FILIAL 01-(Marco)	R\$ 10.000,00
FILIAL 02-(Senador Sá)	R\$ 10.000,00
FILIAL 03-(Uruoca)	R\$ 10.000,00
FILIAL 04-(Marco)	R\$ 10.000,00
T O T A L:	R\$ 50.000,00



JOSÉ LEORNE RIOS & CIA. LTDA.
7º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL



Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:
JOSÉ LEORNE RIOS, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, nascido em 05/08/1956, natural de Marco, estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à rua 22 de Novembro, n.º 321, Centro, CEP: 62.560-000, portador da Carteira de Identidade Registro Geral sob o n.º 774.964 SSP-CE e C.P.F. sob o n.º 056.061.283-49.

ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, solteira, nascida em 03/06/1981, natural de Marco, estado do Ceará, empresária, residente e domiciliado na cidade de Marco, estado do Ceará, à rua 22 de Novembro, n.º 321, bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral sob n.º 395.344 SSP-CE e C.P.F. sob n.º 852.167.713-87.

Únicos sócios componentes da empresa que gira sob o nome empresarial de JOSÉ LEORNE RIOS & CIA. LTDA., situada na cidade de Marco, estado do Ceará, Rod. CE 161, KM 75, s/n, CEP: 62.560-000, inscrita no CNPJ sob n.º 07.558.992/0001-16, com contrato social arquivado na JUCEC sob n.º 23200280456 por despacho de 20/08/1984 e último aditivo ao contrato social sob n.º 232179100 por despacho de 22/07/1999, resolvem de comum acordo alterar, adequar ao novo código civil e consolidar o referido contrato social e alterações posteriores, e o fazem sob as cláusulas, a saber:

CLAUSULA PRIMEIRA: A sociedade resolve baixar a filial na cidade de Uruoca, situada a rua Sargento Miranbial s/n, bairro centro, CNPJ sob No. 07.558.992/0004-69.

CLAUSULA SEGUNDA: A filial situada à rua Osterno No. 350, bairro centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, estado do Ceará, CNPJ sob No. 07.558.992/0002-05, altera seu endereço para rua Governador Raul Barbosa No.19, bairro Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, estado do Ceará.

CLAUSULA TERCEIRA: Entra para sociedade José Leorne Junior, brasileiro, menor emancipado por concessão paterna, nascido em 19/05/1990, natural de Marco, estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, estado do Ceará, à rua 22 de Novembro No.321, bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da carteira de Identidade Registro Geral sob No. 2001099148462 SSP-CE e C.P.F. sob No. 027.679.523-77.

CLAUSULA QUARTA: O capital social da empresa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) passa para R\$ 70.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 70.000 (sessenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, integralizadas neste ato, em moeda corrente do País, assim distribuídas:

José Leorne Rios	71,00% - 49.999 quotas - R\$ 49.999,00
Ana Germana Farias Rios.....	14,50% - 10.001 quotas - R\$ 10.001,00
José Leorne Junior	14,50% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00

CAUSULA QUINTA: O aumento de capital social no valor de R\$: 19.999,00 (dezoito mil, novecentos e noventa e nove reais) será integralizado em dinheiro em espécie, neste ato, em moeda corrente, sendo pela sócia Ana Germana Farias Rios o valor de R\$: 9.999,00 (nove mil, novecentos e noventa e nove reais) e pelo sócio José Leorne Júnior o valor de R\$: 10.000,00 (dez mil reais).

CONTINUA

X

X



CARTÓRIO DE IRACEMA - P.R. - PIAU
Fls. 115
Rúbrica

CONTINUAÇÃO DO 7º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL
JOSÉ LEORNE RIOS & CIA. LTDA.

CLAUSULA SEXTA: A administração da sociedade caberá aos sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios, com os poderes e atribuições de administrar, autorizadas ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio; Como também os sócios não podem dar aval junto a bancos para terceiros; Os sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios assinarão em conjunto e/ou separadamente pela sociedade.

CLAUSULA SÉTIMA: Os sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios terão uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLAUSULA OITAVA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a suas aquisições e postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA NONA: As deliberações relativas à aprovação das contas do administrador, aumento/redução do capital social, designação/destituição de administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A reunião de sócios será realizada nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, ou em qualquer época mediante convocação do administrador ou sócios.

PARAGRAFO SEGUNDO: As deliberações serão aprovadas por $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quorum.

CLAUSULA DÉCIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Novo Código Civil/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: À vista da modificação ora ajustada, e obedecendo o dispositivo no Novo Código Civil (art. 2.034 - Lei n.º 10.406 de 10/01/2002), consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

1ª - A sociedade gira sob o nome empresarial JOSÉ LEORNE RIOS & CIA. LTDA., tendo o estabelecimento matriz sede na Rod. CE 161, KM 75, S/N, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, estado do Ceará, tendo como nome de fantasia Posto "São José". Possuindo tres filiais:

Filial 01: situada à rua Governador Raul Barbosa No. 19, bairro Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, estado do Ceará, CNPJ sob No. 07.558.992/0002-05, cujo objetivo social é o comércio Varejista de Combustível e Lubrificantes; Gás Liquefeito de Petróleo; Comércio Varejista de Bebidas em geral; Comércio Varejista de Material de Construção; Comércio Varejista de Cereais; Restaurante, lanchonetes e confeitarias.

CONTINUA





CONTINUAÇÃO DO 7º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL
JOSÉ LEORNE RIOS & CIA. LTDA.

Filial 02: situada à Rua 23 de Agosto n.º 10, Centro, CEP: 62.470-000, na cidade de Senador Sá, estado do Ceará, CNPJ: 07.558.992/0003-88, cujo objetivo social é o comércio varejista de Combustível e Lubrificantes; Gás Liquefeito de Petróleo; Comércio Varejista de Bebidas em geral; Comércio Varejista de Material de Construção; Comércio Varejista de Cereais; Restaurante, lanchonetes e confeitarias.

Filial 03: situada à Rua Dedé Rios s/n, bairro Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, estado do Ceará, CNPJ: 07.558.992/0005-40, cujo objetivo social é o comércio Varejista de Combustível e Lubrificantes; Gás Liquefeito de Petróleo; Comércio Varejista de Bebidas em geral; Comércio Varejista de Material de Construção; Comércio Varejista de Cereais; Restaurante, lanchonetes e confeitarias.

2º - O objeto social da empresa é Comércio Varejista de Combustível e Lubrificantes; Gás Liquefeito de Petróleo; Comércio Varejista de Bebidas em geral; Comércio Varejista de Material de Construção; Comércio Varejista de Cereais; Restaurante, lanchonetes e confeitarias.

3º - O capital social da empresa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) passa para R\$ 70.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 70.000 (sessenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, integralizadas neste ato, em moeda corrente do País, assim distribuídas:

José Leorne Rios	71,00% - 49.999 quotas - R\$ 49.999,00
Ana Germana Farias Rios	14,50% - 10.001 quotas - R\$ 10.001,00
José Leorne Junior	14,50% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00

4º - A sociedade iniciou suas atividades em 01/08/1984 e seu prazo é indeterminado.

5º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a suas aquisições e postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

6º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Novo Código Civil/2002.

7º - A administração da sociedade caberá aos sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios, com os poderes e atribuições de administrar, autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio; Como também os sócios não podem dar aval junto a bancos para terceiros; Os sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios assinarão em conjunto e/ou separadamente pela sociedade.

CONTINUA

[Handwritten signatures]



presente cópia fotostática
e afere com o original

112-2021

Em 03 de 08 de 2021

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CONTINUAÇÃO DO 7º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL
JOSÉ LEORNE RIOS & CIA. LTDA.

14º. - Fica eleito o Tribunal Arbitral de Sobral para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.*

E por estarem assim justas e contratadas assinam a presente alteração em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Marco (CE), 06 de Julho de 2006.

SÓCIA

X

Ana Germana Farias Rios
ANA GERMANA FARIAS RIOS

CPF: N° 852.167.713-87

RG N° 395.344 SSP-CE

SÓCIO

X *Jose Leorne Junior*

JOSE LEORNE JUNIOR

CPF: N° 027.679.523-77

RG N° 2001099148462 SSP-CE

SÓCIO

X

Jose Leorne Rios
JOSE LEORNE RIOS

CPF No. 056.061.283-49

RG N° 774.964 SSP-CE



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE

CERTIFICADO O REGISTRO EM 02/08/2006

SOB N° 20060528702

Protocolo: 054052870-2

Excesso: 23 2 0029045 6

Haroldo Fernandes Moreira
HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETÁRIO-GERAL



JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA.
8º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL



Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

JOSÉ LEORNE RIOS, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 05/08/1956, natural de Marco, Estado do Ceará, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da Carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº. 774.964 SSP-CE e C.P.F. sob o Nº 056.061.283-49;

ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, solteira, maior, nascida em 03/06/1981, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral sob Nº. 330014298 SSP-CE e C.P.F. sob Nº 852.167.713-87;

JOSÉ LEORNE JÚNIOR, brasileiro, menor emancipado por concessão paterna, nascido em 19/05/1990, natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº 2001099148462 SSP-CE e CPF sob o Nº 027.679.523-77.

Únicos sócios componentes da empresa que gira sob o nome empresarial de **JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA**, situada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rod. CE 161, KM 75, s/n, CEP: 62.560-000, inscrita no CNPJ sob Nº 07.558.992/0001-16, com contrato social arquivado na JUCEC sob Nº 23200280456 por despacho de 20/08/1984, e último aditivo ao contrato social sob o Nº 20060528702 por despacho de 02/08/2006, resolvem de comum acordo alterar e consolidar o referido contrato social e alterações posteriores, e o fazem sob as cláusulas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade resolve incluir como atividade secundária (4930-2/02) - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (4930-2/03) - transporte rodoviário de produtos perigosos. Ficando assim suas atividades: Comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; Gás liquefeito de petróleo; Comércio varejista de bebidas em geral; Comércio varejista de materiais de construção; Comércio varejista de cereais; Restaurantes, lanchonetes e confeitarias; (4930-2/02) - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (4930-2/03) - transporte rodoviário de produtos perigosos.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade resolve incluir como atividade secundária em suas filial I, Filial II e Filial III a atividade de (4930-2/02) - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (4930-2/03) - transporte rodoviário de produtos perigosos, permanecendo assim suas demais atividade.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Sociedade resolve alterar o endereço de sua Filial 02 para Av. 23 de agosto, Nº 52, Bairro Centro, CEP: 62.470-000, na Cidade de Senador Sá, Estado do Ceará.

CLÁUSULA QUARTA: Entra para a Sociedade a Sra. **AMARA DAVILLA FARIAS RIOS**, brasileira, nascida em 17/05/1988, natural de Marco, Estado do Ceará, solteira, residente e domiciliada na cidade de Sabral, Estado do Ceará à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral Nº 2001099145927 SSP-CE e CPF sob o Nº. 031.406.133-93, com capital social no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) integralizados em moeda corrente do País.

CONTINUA





JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA.
8º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA: O capital social de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) passa para R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), cujo aumento no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) sócios através de dinheiro em espécie, pela nova sócia Amara Davilla Farias Rios.

CLÁUSULA SEXTA: O capital social da empresa é de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), dividido em 80.000 (Oitenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, assim distribuídas:

José Leorne Rios.....	71% - 49.999 quotas - R\$ 49.999,00
Ana Germana Farias Rios.....	10% - 10.000 quotas - R\$ 10.001,00
José Leorne Júnior.....	10% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00
Amara Davilla Farias Rios.....	10% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade caberá aos sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios, com os poderes e atribuições de administrar, autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio; Os sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios assinarão pela sociedade.

CLÁUSULA OITAVA: As contas bancárias serão movimentadas pelo sócio José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios.

CLÁUSULA NONA: O sócio José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios terá uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurada, em igualdade de condições de preço direito de preferência para as suas aquisições e postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As deliberações relativas à aprovação das contas do administrador, aumento/redução do capital social, designação/dstituição de administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A reunião de sócios será realizada nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, ou em qualquer época mediante convocação do administrador ou sócios;

PARAGRAFO SEGUNDO: As deliberações serão aprovadas por $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quorum;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Novo Código Civil/2002.

CONTINUA



JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA.
8º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; Ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, a concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 1.011, I, do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: À vista da modificação ora ajustada, e obedecendo ao dispositivo no Novo Código Civil (art. 2.034 - Lei n.º 10.406 de 10/01/2002), consolida-se o contrato social, com a seguinte redação

JOSÉ LEORNE RIOS, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 05/08/1956, natural de Marco, Estado do Ceará, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da Carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº. 774.964 SSP-CE e C.P.F. sob o Nº 056.061.283-49;

ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, solteira, maior, nascida em 03/06/1981, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral sob Nº. 330014298 SSP-CE e C.P.F. sob Nº 852.167.713-87;

JOSÉ LEORNE JÚNIOR, brasileiro, menor emancipado por concessão paterna, nascido em 19/05/1990, natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº 2001099148462 SSP-CE e CPF sob o Nº 027.679.523-77.

AMARA DAVILLA FARIAS RIOS, brasileira, solteira, nascida em 17/05/1988, natural de Marco, Estado do Ceará, solteira, residente e domiciliada na cidade de Sobral, Estado do Ceará à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral Nº 2001099145927 SSP-CE e CPF sob o Nº. 031.406.133-93.

1º - A Sociedade gira sob o nome empresarial **JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA**, tendo o estabelecimento matriz sede na Rod. CE 161, KM 75, s/n, CEP: 62.560-000, na Cidade de Marco, Estado do Ceará, tendo como nome fantasia Posto "São José"; possuindo três filias:

Filial 01: situada a Rua Governador Raul Barbosa Nº. 19, bairro Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, Estado do Ceará, CNPJ sob Nº. 07.558.993/0002-05. 239.00209-0 - 3

✓ Filial 02: situada a Av. 23 de agosto, nº. 52, Bairro Centro, CEP: 62.470-000, na cidade de Senador Sá, Estado do Ceará, CNPJ sob nº. 07.558.992/0003-88. 233.0026682 - 3

Filial 03: Situada à Rua Dedé Rios, s/n, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, Estado do Ceará, CNPJ: 07.558.992/0005-40. 233.0026682 - 2

2º - O objeto social da empresa é: Comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; Gás liquefeito de petróleo; Comércio varejista de bebidas em geral; Comércio varejista de materiais de construção; Comércio varejista de cereais; Restaurantes, lanchonetes e confeitarias, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e transporte rodoviário de produtos perigosos.

CONTINUA



03/07/2021

Assinado eletronicamente no sistema de assinatura eletrônica
Assinado por: **JOSE LEORNE RIOS**
Assinado por: **ANA GERMANA FARIAS RIOS**
Assinado por: **JOSÉ LEORNE JÚNIOR**
Assinado por: **AMARA DAVILLA FARIAS RIOS**

JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA.
8º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL



3º - O capital social da empresa é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), dividido em 80.000 (Oitenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, assim distribuídas:

José Leorne Rios.....	71% - 49.999 quotas - R\$ 49.999,00
Ana Germana Farias Rios.....	10% - 10.000 quotas - R\$ 10.001,00
José Leorne Júnior.....	10% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00
Amara Davilla Farias Rios.....	10% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00

4º - A sociedade iniciou suas atividades em 01/08/1984 e seu prazo é indeterminado.

5º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para as suas aquisições e postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

6º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Novo Código Civil/2002.

7º - A administração da sociedade caberá aos sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios, com poderes e atribuições de administrar, autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, na entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio; Os sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios assinarão em conjunto e/ou separadamente pela sociedade.

8º - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, em conformidade com as disposições legais pertinentes.

9º - As deliberações relativas à aprovação das contas do administrador, aumento/redução do capital social, designação/destituição de administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outras assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A reunião de sócios será realizada nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, ou em qualquer época mediante convocação do administrador ou sócios.

PARAGRAFO SEGUNDO: As deliberações serão aprovadas por $\frac{3}{4}$ (três quartas) do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quorum;

10º - Os sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios terão uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

11º - As contas bancárias da sociedade serão movimentadas pelos sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios em conjunto e/ou separadamente.

12º - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data de resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARAGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio nos termos do artigo 1.028 e 1.031 de Código Civil/2002.

13º - Nos casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Novo Código Civil, e de outros legais que lhe sejam aplicáveis.

CONTINUA



AD 72

JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA
8º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

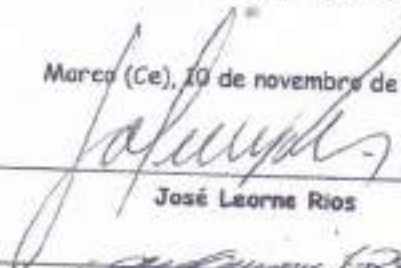


14º - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; Ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, a concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 1.011, I, do Código Civil.

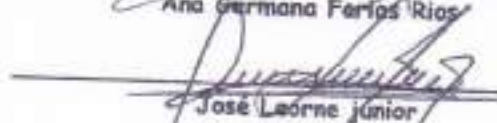
15º - Fica eleito o Foro da Comarca de Marco para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

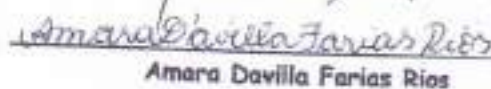
E por estarem assim juntos e contratados assinam a presente alteração em 05 (cinco) vias de igual forma e teor.

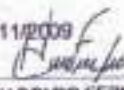
Marco (Ce), 10 de novembro de 2008.


José Leorne Rios


Ana Germana Farias Rios


José Leorne Júnior


Amara Davilla Farias Rios

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE CERTIFICO O REGISTRO EM 20/11/2009 SOB Nº. 20091133351 Protocolo: 00/113335-1, DE 20/11/2009 Empresa: 23 2 0028045 6 JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA	 HAROLDO FERNANDES MOREIRA SECRETARIO-GERAL
---	--	---





JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA.
9º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL



Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

JOSÉ LEORNE RIOS, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 05/08/1956, natural de Marco, Estado do Ceará, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da Carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº. 774.964 SSP-CE e C.P.F. sob o Nº 056.061.283-49;

ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, solteira, maior, nascida em 03/06/1981, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral sob Nº. 330014298 SSP-CE e C.P.F. sob Nº 852.167.713-87;

JOSÉ LEORNE JÚNIOR, brasileiro, nascido em 19/05/1990, natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº 2001099148462 SSP-CE e CPF sob o Nº 027.679.523-77.

AMARA DAVILLA FARIAS RIOS, brasileira, nascida em 17/05/1988, natural de Marco, Estado do Ceará, solteira, residente e domiciliada na cidade de Sobral, Estado do Ceará à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral Nº 2001099145927 SSP-CE e CPF sob o Nº. 031.406.133-93.

Únicos sócios componentes da empresa que gira sob o nome empresarial de **JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA**, situada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rod. CE 161, KM 75, s/n, CEP: 62.560-000, inscrita no CNPJ sob Nº 07.558.992/0001-16, com contrato social arquivado na JUCEC sob Nº 23200280456 por despacho de 20/08/1984, e última aditiva ao contrato social sob o Nº 20091133351 por despacho de 20/11/2009, resolvem de comum acordo alterar e consolidar o referido contrato social e alterações posteriores, e o fazem sob as cláusulas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade resolve alterar atividade principal da Filial I para (4784-9/00) comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP). Ficando assim suas atividades:

- **Matriz:** Atividade principal - (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias - (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.
- **Filial I:** Atividade principal - (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); Atividades secundárias - (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.
- **Filial II:** Atividade principal - (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias - (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.

CONTINUA

VALMIR ANDRADE CONTABILIDADE SOBRAL LTDA

Rua Cel. Rangel nº 281 - Centro - CEP: 63.010-020 - Fone: (99) 2112.1500 - Sobral - CE



- **Filial III:** Atividade principal - (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias - (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sócia Amara Davilla Farias Rios resolve alterar seu endereço para Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, na cidade do Marco, Estado do Ceará.

CLÁUSULA TERCEIRA: À vista da modificação ora ajustada, e obedecendo ao dispositivo no Novo Código Civil (art. 2.034 - Lei n.º 10.406 de 10/01/2002), consolida-se o contrato social, com a seguinte redação

JOSÉ LEORNE RIOS, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 05/08/1956, natural de Marco, Estado do Ceará, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da Carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº. 774.964 SSP-CE e C.P.F. sob o Nº 056.061.283-49;

ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, solteira, maior, nascida em 03/06/1981, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral sob Nº. 330014298 SSP-CE e C.P.F. sob Nº 852.167.713-87;

JOSÉ LEORNE JÚNIOR, brasileiro, nascido em 19/05/1990, natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº 2001099148462 SSP-CE e CPF sob o Nº 027.679.523-77.

AMARA DAVILLA FARIAS RIOS, brasileira, nascida em 17/05/1988, natural de Marco, Estado do Ceará, solteira, residente e domiciliada na cidade do Marco, Estado do Ceará à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral Nº 2001099145927 SSP-CE e CPF sob o Nº. 031.406.133-93.

1ª - A Sociedade gira sob o nome empresarial **JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA**, tendo o estabelecimento matriz sede na Rod. CE 161, KM 75, s/n, CEP: 62.560-000, na Cidade de Marco, Estado do Ceará, tendo como nome fantasia Posto "São José"; possuindo três filiais:

Filial 01: situada a Rua Governador Raul Barbosa Nº. 19, bairro Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, Estado do Ceará, CNPJ sob Nº. 07.558.993/0002-05 e registrada sob NIRE 23900209703.

Filial 02: situada a Av. 23 de agosto, nº. 10, Bairro Centro, CEP: 62.470-000, na cidade de Senador Sá, Estado do Ceará, CNPJ sob nº. 07.558.992/0003-88 e registrada sob NIRE 23900266821.

Filial 03: Situada à Rua Dedé Rios, s/n, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, Estado do Ceará, CNPJ: 07.558.992/0005-40 e registrada sob NIRE 23900278292.

2ª - O objeto social da empresa é:

- **Matriz:** Atividade principal - (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias - (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.

CONTINUA



JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA.
9º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

- **Filial I:** Atividade principal - (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); Atividades secundárias - (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.
- **Filial II:** Atividade principal - (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias - (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.
- **Filial III:** Atividade principal - (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias - (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.

3º - O capital social da empresa é de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), dividido em 80.000 (Oitenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, integralizadas, em moeda corrente da País, assim distribuídas:

José Leorne Rios.....	71% - 49.999 quotas - R\$ 49.999,00
Ana Germana Farias Rios.....	10% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00
José Leorne Júnior.....	10% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00
Amara Davilla Farias Rios.....	10% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00

4º - A sociedade iniciou suas atividades em 01/08/1984 e seu prazo é indeterminado.

5º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurada, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para as suas aquisições e postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

6º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Novo Código Civil/2002.

7º - A administração da sociedade caberá aos sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios, com poderes e atribuições de administrar, autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio; Os sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios assinarão em conjunto e/ou separadamente pela sociedade.

8º - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, em conformidade com as disposições legais pertinentes.

CONTINUA



JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA.
9º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL

9º - As deliberações relativas à aprovação das contas do administrador, aumento/redução do capital social, designação/destituição de administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A reunião de sócios será realizada nos quatros meses seguintes ao termino do exercício social, ou em qualquer época mediante convocação do administrador ou sócios;

PARAGRAFO SEGUNDO: As deliberações serão aprovadas por $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quorum;

10º - Os sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios terão uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

11º - As contas bancárias da sociedade serão movimentadas pelos sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios em conjunto e/ou separadamente.

12º - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o Valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data de resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARAGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio nos termos do artigo 1.028 e 1.031 de Código Civil/2002.

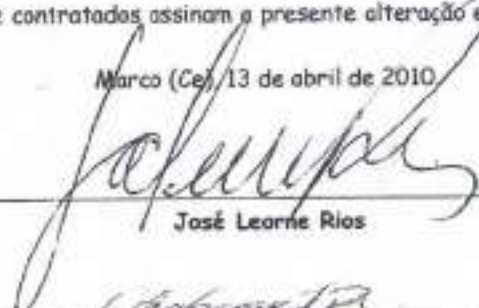
13º - Nos casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Novo Código Civil, e de outros legais que lhe sejam aplicáveis.

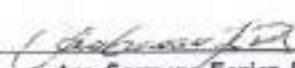
14º - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; Ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, a concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 1.011, 1, do Código Civil.

15º - Fica eleito o Foro da Comarca de Marco para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

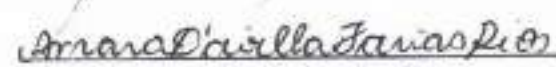
E por estarem assim juntos e contratados assinam a presente alteração em 04 (quatro) vias de igual forma e teor.

Marco (Ce), 13 de abril de 2010.


José Leorne Rios


Ana Germana Farias Rios


José Leorne Júnior


Amara Davilla Farias Rios

VALMIR ANDRADE CONTABILIDADE SOBRAL LTDA

Rua Cel. Rangel, nº 301 - Centro - CEP: 62.010-030 - Fone: (88) 3112.1500 - Sobral - CE
CNPJ: 11.580.735/0001-58 - www.valmirandrade.com.br


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
CERTIFICADO O REGISTRO EM 16/04/2010
SOB Nº: 20100371043
Protocolo: 10037104-3, DE 15/04/2010
EXPIRAÇÃO: 23/2/2020
JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA
HARDO FERNANDES MOREIRA
SECRETÁRIO-GERAL



JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA.
10º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL



Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

JOSÉ LEORNE RIOS, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 05/08/1956, natural de Marco, Estado do Ceará, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da Carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº. 774.964 SSP-CE e C.P.F. sob o Nº 056.061.283-49;

ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, solteira, mãe, nascida em 03/06/1981, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral sob Nº. 330014298 SSP-CE e C.P.F. sob Nº 852.167.713-87;

JOSÉ LEORNE JÚNIOR, brasileiro, nascido em 19/05/1990, natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua 22 de Novembro, Nº 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº 2001099148462 SSP-CE e CPF sob o Nº 027.679.523-77;

AMARA DAVILLA FARIAS RIOS, brasileira, nascida em 17/05/1988, natural de Marco, Estado do Ceará, solteira, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará à Rua 22 de Novembro, Nº. 321, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral Nº 2001099145927 SSP-CE e CPF sob o Nº 031.406.133-93;

Unicos sócios componentes da empresa que gira sob o nome empresarial de **JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA**, situada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rod. CE 161, KM 75, s/n, CEP: 62.560-000, inscrita no CNPJ sob Nº 07.558.992/0001-16, com contrato social arquivado na JUCEC sob Nº 23200280456 por despacho de 20/08/1984, e último aditivo ao contrato social sob o Nº 20091133351 por despacho de 20/11/2009, resolvem de comum acordo alterar e consolidar o referido contrato social e alterações posteriores, e o fazem sob as cláusulas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A administração da sociedade caberá aos sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios, com poderes e atribuições de administrar, autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens como onerar ou alienar bens móveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. Os sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios assinarão em conjunto e/ou separadamente pela sociedade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, em conformidade com as disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA: As deliberações relativas à aprovação das contas do administrador, aumento/redução do capital social, designação/destituição de administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão decididas por maioria de votos.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A reunião de sócios será realizada nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, ou em qualquer época mediante convocação do administrador ou sócios.

PARAGRAFO SEGUNDO: As deliberações serão aprovadas por $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quorum.

CONTINUA

VALMIR ANDRADE CONTABILIDADE SOBRAL LTDA

Rua Cel. Dantas nº 201 - Centro - CEP: 63.011-020 - Marco (CE) 1113-1400 - Contabil - CE



JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA.
10º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL



CLÁUSULA QUARTA: Os sócios José Leorne Rios, Ana Germana Farias Rios, José Leorne Júnior e Amara Davilla Farias Rios terão uma retirada mensal, a título de pró - labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA QUINTA: As contas bancárias da sociedade serão movimentadas pelos sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios em conjunto e/ou separadamente.

CLÁUSULA SEXTA: Devido a distribuição das quotas no 9º Aditivo devidamente registrado sob nº 20100371043 em 12/04/2010 excederem os 100%, a sociedade resolve reajusta passando a ficar distribuídas da seguinte forma:

José Leorne Rios	62,5% - 50.000 quotas - R\$ 50.000,00
Ana Germana Farias Rios	12,5% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00
José Leorne Júnior	12,5% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00
Amara Davilla Farias Rios	12,5% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00
Total	100% - 80.000 quotas - R\$ 80.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA: À vista da modificação ora ajustada, e obedecendo ao dispositivo no Novo Código Civil (art. 2.034 - Lei nº 10.406 de 10/01/2002), consolida-se o contrato social, com a seguinte redação

1ª - A Sociedade gira sob o nome empresarial JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA, tendo o estabelecimento matriz sede na Rod. CE 161, KM 75, s/n, CEP: 62.560-000, na Cidade de Marco, Estado do Ceará, tendo como nome fantasia Posto "São José" possuindo três filias:

Filial 01: situada a Rua Governador Raul Barbosa Nº. 19, bairro Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, Estado do Ceará, CNPJ sob Nº. 07.558.992/0002-05 e registrada sob NIRE 23900209703

Filial 02: situada a Av. 23 de agosto, nº. 52, Bairro Centro, CEP: 62.470-000, na cidade de Senador Sá, Estado do Ceará, CNPJ sob nº. 07.558.992/0003-88 e registrada sob NIRE 23900266821

Filial 03: Situada à Rua Dedé Rios, s/n, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, Estado do Ceará, CNPJ: 07.558.992/0005-40 e registrada sob NIRE 23900278292.

2ª - O objeto social da empresa é:

- **Matriz:** Atividade principal - (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias - (47.32-5-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.
- **Filial I:** Atividade principal - (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); Atividades secundárias - (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.
- **Filial II:** Atividade principal - (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias - (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.

CONTINUA

VALMIR ANDRADE CONTABILIDADE SOBRAL LTDA

Rua Cel. Rangel, nº 301 - Centro - CEP: 62.010-010 - Fone: (88) 3112.1500 - Sobral - CE.



* Filial III: Atividade principal - (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias - (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.

3º - O capital social da empresa é de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), dividido em 80.000 (Oitenta mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, integralizadas, neste ato, em moeda corrente da País, assim distribuídas:

José Leorne Rios	62,5% - 50.000 quotas - R\$ 50.000,00
Ana Germana Farias Rios	12,5% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00
José Leorne Júnior	12,5% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00
Amara Davilla Farias Rios	12,5% - 10.000 quotas - R\$ 10.000,00

4º - A sociedade iniciou suas atividades em 01/08/1984 e seu prazo é indeterminado.

5º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurada, em igualdade de condições e preço direito de preferência para as suas aquisições e passas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

6º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Novo Código Civil/2002.

7º - A administração da sociedade caberá aos sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios, com poderes e atribuições de administrar, autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio; Os sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios assinarão em conjunto e/ou separadamente pela sociedade.

8º - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, em conformidade com as disposições legais pertinentes.

9º - As deliberações relativas à aprovação das contas do administrador, aumento/redução do capital social, designação/destituição de administradores, modo de remuneração, pedido de concordata, distribuição de lucros, alteração contratual e fusão, cisão e incorporação, e outros assuntos relevantes para a sociedade, serão definidas na reunião de sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A reunião de sócios será realizada nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, ou em qualquer época mediante convocação do administrador ou sócios.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As deliberações serão aprovadas por $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior quorum.

10º - Os sócios José Leorne Rios, Ana Germana Farias Rios, José Leorne Júnior e Amara Davilla Farias Rios terão uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

11º - As contas bancárias da sociedade serão movimentadas pelos sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios em conjunto e/ou separadamente.

12º - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o Valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CONTINUA

VALMIR ANDRADE CONTABILIDADE SOBRAL LTDA

Rua Cel. Rangel, nº 301 - Centro - CEP: 62.010-030 - Fone: (88) 3112.1500 - Sobral - CE.



JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA
10º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL



PARAGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio nos termos do artigo 1.028 e 1.031 de Código Civil/2002.

13º - Nas casos omissos neste contrato serão resolvidas com observância dos preceitos do Novo Código Civil, e de outros legais que lhe sejam aplicáveis.

14º - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; Ou por crime falimentar, de prevaricação, peito ou suborno, a concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 1.011, I, do Código Civil.

15º - Fica eleito o Foro da Comarca de Marco para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim juntos e contratados assinam a presente alteração em 04 (quatro) vias de igual forma e teor.

Marco (Ce), 04 de novembro de 2010

José Leorne Rios

Ana Germana Farias Rios

José Leorne Júnior

Amara Davilla Farias Rios



VALMIR ANDRADE CONTABILIDADE SOBRAL LTDA

Rua Cel. Raulo, n° 301 - Centro - CEP: 62.010-030 - Fone: (88) 3112.1500 - Sobral - CE.



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda do Ceará

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a
empresa for em outra UF)

23200280456

Código da Natureza
Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente
Auxiliar do Comércio



JUCEC - SEDE
SEDE - FORTALEZA



17/314.281-8

Estado do Ceará



1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR. (A) PRESIDENTE DA Junta Com

Nome: JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



CE2201700502999

Nº DE VIAS CÓDIGO DO ATO CÓDIGO DO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	002			ALTERAÇÃO
		024	0	ALTERAÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		2244	1	ALTERAÇÃO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2003	1	ALTERAÇÃO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

MARCO
Local

20 Outubro 2017
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: JOSE LEORNE RIOS

Assinatura: [Assinatura]

Telefone de Contato: (11) 2641209

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ NÃO

☐ NÃO ☐ NÃO

Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
☒ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

Renan Gomes de Mesquita
Administrador

25/10/17
Data

Renan Gomes de Mesquita
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5029447 em 25/10/2017 da Empresa JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA, Nire 23200280456 e protocolo 173142818 - 24/10/2017. Autenticação: 5F6015E8B0C7531F8CBCE39DA2BCD1F78C95CAA9. Lenira Cardoso de Alencar Sarainé - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe o nº do protocolo 17/314.281-8 e o código de segurança o3fc. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/10/2017 por Lenira Cardoso de Alencar Sarainé - Secretária-Geral.

132
Rubrica

**DÉCIMO PRIMEIRO ADITIVO
DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO
DA SOCIEDADE JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA.
CNPJ 07.558.992/0001-16 NIRE 23200280456**

JOSÉ LEORNE RIOS, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 05/08/1956, natural de Marco, Estado do Ceará, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, N°. 206, Centro, CEP: 62.560-000 portador da Carteira de Identidade Registro Geral sob o N°. 774.964 SSP-CE e CPF sob o N° 056.061.283-49;

ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, nascida em 03/06/1981, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, N°. 184, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral sob N°. 330014298 SSP-CE e CPF sob o N° 852.167.713-87;

JOSÉ LEORNE JÚNIOR, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, nascido em 19/05/1990, Natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, N°. 206, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da Carteira de Identidade Registro Geral N° 2001099148462 SSP-CE e CPF sob p N° 027.679.523-77;

AMARA DAVILLA FARIAS RIOS, brasileira, casada em comunhão parcial de bens nascida em 17/05/1988, natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, N°. 206, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral N° 2001099145927 SSP-CE e CPF sob o N°. 031.406.133-93;

Únicos sócios componentes da empresa que gira sob o nome empresarial de **JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA**, situada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rod. CE 161, KM 75, s/n, CEP: 62.5600-000, inscrita no CNPJ sob N° 07.558.992/0001-16, com contrato social sob o N° 2009113351 por despacho de 20/11/2009, resolvem de comum acordo alterar e consolidar o referido contrato social e alterações posteriores, e o fazem sob as cláusulas, a saber:

CLAUSULA PRIMEIRA: ENTRADA DE SÓCIO e TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS - Ingressa neste ato na sociedade **LUIZ GUSTAVO FARIAS RIOS**, brasileiro, solteiro, nascido em 08/05/1989, natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, portador do RG. n° 2001099146052 - SSP - CE, inscrito no CPF (MF) sob o n° 600.293.523-12, residente e domiciliado à Rua Parsifal Barroso, N°. 206 - Bairro Centro na Cidade de Marco - Ceará - CEP. 62.560-000. O sócio **JOSE LEORNE RIOS**, qualificado no preâmbulo, CEDE e TRANSFERE neste ato 10.000 (dez mil) quotas do total das suas quotas perfazendo o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o sócio ingressante **LUIZ GUSTAVO FARIAS RIOS** já qualificado.

CLÁUSULA SEGUNDA: QUADRO SOCIETÁRIO - Em consequência da cláusula anterior, o capital social da sociedade, que permanece no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), dividido em 80.000 (Oitenta mil) quotas no valor de R\$ 1.00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, passa a ter a seguinte distribuição:



SÓCIOS	CPF (MF)	Nº DE QUOTAS	VR R\$	%
JOSÉ LEORNE RIOS	056.061.283-49	40.000	40.000,00	50%
ANA GERMANA FARIAS RIOS	852.167.713-87	10.000	10.000,00	12,5%
JOSE LEORNE JUNIOR	027.679.523-77	10.000	10.000,00	12,5%
AMARA DAVILLA FARIAS RIOS	031.406.133-93	10.000	10.000,00	12,5%
LUIZ GUSTAVO FARIAS RIOS	500.293.523-12	10.000	10.000,00	12,5%
TOTAL DAS QUOTAS		80.000	80.000,00	100%

CLÁUSULA TERCEIRA: A administração da sociedade continuará com os sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios, com poderes e atribuições de administrar, autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio; Os sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios assinarão em conjunto e/ou separadamente pela sociedade.

CLAUSULA QUARTA: DA ALTERAÇÃO DE FILIAL - A sociedade resolve alterar o endereço da sede comercial da Filial registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE nº 2390023686-7, CNPJ 07.558.992/0004-69, situada na Rua Sargento Mirambel, S/N, Centro em Uruoca - CE CEP 62.460-000 para Avenida José Maria Sales, nº 805, Bairro Morada Nova, CEP: 62.580-000, Acaraú - CE.

Parágrafo único: A sociedade resolve também neste ato acrescentar nesta filial as seguintes atividades secundárias: Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) CNAE 47.84-9-00; Comércio varejista de bebidas CNAE 47.23-7-00; Restaurantes e Similares CNAE 56.11-2-01; Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares CNAE 56.11-2-03; Padaria e Confeitaria com predominância de revenda CNAE 47.21-1-02; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional CNAE 49.30-2-02; Transporte rodoviário de produtos perigosos CNAE 49.30-2-03; Serviços de Lavagem, Lubrificação e Polimento de Veículos Automotores CNAE 45.20-0-05; Comércio Varejista de Materiais de Construção em geral CNAE 47.44-0-99; Cabeleireiros, Manicure e Pedicure CNAE 96.02-5-01.

CLAUSULA QUINTA: DO OBJETO SOCIAL: Em função da alteração da filial acima, fica adicionado aos objetivos da sociedade às atividades de Restaurantes e Similares, Padaria e Confeitaria com predominância de revenda, Serviços de Lavagem, Lubrificação e Polimento de Veículos Automotores, Cabeleireiros, Manicure e Pedicure.

Ficando a cláusula do Contrato social que trata do objeto social assim definida:

A sociedade terá como objetivo social as seguintes atividades:

- a) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores;
- b) Comércio varejista de lubrificantes;
- c) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP);
- d) Comércio varejista de bebidas;
- e) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares;
- f) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- g) Transporte rodoviário de produtos perigosos;
- h) Comércio varejista de materiais de construção em geral;
- i) Restaurantes e Similares;
- j) Padaria e Confeitaria com predominância de revenda;
- k) Serviços de Lavagem, Lubrificação e Polimento de Veículos Automotores;
- l) Cabeleireiros, Manicure e Pedicure;

CLÁUSULA SEXTA: À vista da modificação ora ajustada, e obedecendo ao dispositivo no Novo Código Civil (art. 2.034 – Lei nº. 10.406 de 10/01/2002), consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

1º - A sociedade gira sob o nome empresarial JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA, tendo o estabelecimento matriz sede na Rod. CE 161. KM 75, s/n, CEP: 62.650-000, na Cidade de Marco, Estado do Ceará, tendo como nome fantasia posto "São José"; possuindo quatro filiais:

Filial 01: Situada a Rua Governador Raul Barbosa N°. 19, bairro Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, Estado do Ceará, CNPJ sob N°. 07.558.992/0002-05 e registrada sob NIRE 23900209703.

Filial 02: Situada a Av. 23 de agosto, nº 52, Bairro Centro, CEP: 62.470-000, na cidade de Senador de Sá, Estado do Ceará, CNPJ sob nº. 07.558.992/0003-88 e registrada sob NIRE 23900209703.

Filial 03: Situada a Avenida José Maria Sales, nº 805, Bairro Morada Nova, CEP 62.580-000, na cidade de Acaraú, Estado do Ceará, CNPJ: 07.558.992/0004-16 e registrada sob NIRE 23900236867.

Filial 04: Situada a Rua Dedé Rios, s/n, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, Estado do Ceará, CNPJ: 07.558.992/0005-40 e registrada sob NIRE 23900278292.

2º - O objeto social da empresa é:

- **Matriz:** Atividade principal – (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias – (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (56.11-2-01) Restaurantes e Similares; (47.21-1-02) Padaria e Confeitaria com predominância de revenda; (45.20-0-05) Serviços de Lavagem, Lubrificação e Polimento de Veículos Automotores; (47.44-0-99) Comércio varejista

de materiais de construção em geral; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos, 96.02-5-01) Cabeleireiros, Manicure e Pedicure.



- **Filial I:** Atividade principal – (47.84-9-00) Comércio varejista de petróleo (GLP); Atividades secundárias – (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; – (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.
- **Filial II:** Atividade principal – (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias – (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.
- **Filial III:** Atividade principal – (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias – (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (56.11-2-01) Restaurantes e Similares; (47.21-1-02) Padaria e Confeitaria com predominância de revenda; (45.20-0-05) Serviços de Lavagem, Lubrificação e Polimento de Veículos Automotores; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos, 96.02-5-01) Cabeleireiros, Manicure e Pedicure.
- **Filial IV:** Atividade principal – (47.31-8-00) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; Atividades secundárias – (47.32-6-00) Comércio varejista de lubrificantes; (47.84-9-00) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP); (47.23-7-00) Comércio varejista de bebidas; (47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral; (56.11-2-03) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; (49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e (49.30-2-03) Transporte rodoviário de produtos perigosos.

3º O capital social da empresa é de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), dividido em 80.000 (Oitenta mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, assim distribuídas:



10° Os sócios José Leorne Rios, Ana Germana Farias Rios, José Leorne Júnior e Amara Davila Farias Rios terão uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

11° As contas bancárias da sociedade serão movimentadas pelos sócios José Leorne Rios e Ana Germana Farias Rios em conjunto e/ou separadamente.

12° Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data de resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARAGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio nos termos do artigo 1.028 e 1.031 de Código Civil/2002.

13° Nos casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Novo Código civil, e dentre outros legais que lhe sejam aplicáveis.

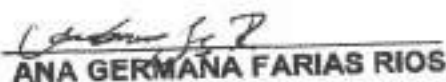
14° - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, a concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 1.011, 1, do Código civil

15° - Fica eleito o Foro da Comarca de Marco para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim juntos e contratados assinam a presente alteração em 01 (uma) ÚNICA via.

Marco (Ce), 04 de setembro de 2017.


JOSÉ LEORNE RIOS


ANA GERMANA FARIAS RIOS


AMARA DAVILLA FARIAS RIOS


LUIZ GUSTAVO FARIAS RIOS


JOSE LEORNE JÚNIOR



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
CERTIFICO O REGISTRO SOB O N.º 5029447
EM 25/10/2017.

JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA

Protocolo: 17/314.281-6



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria do Desenvolvimento Econômico

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

23200280456

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº da Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Ceará

Nome: JOSE LECORNE RIOS & CIA LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



CEE1900302433

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERAÇÃO
		024	1	ALTERAÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE

MARCO
Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

30 Dezembro 2019
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(is) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5368206 em 02/01/2020 da Empresa JOSE LECORNE RIOS & CIA LTDA, Nire 23200280456 e protocolo 19231469-6 de 30/12/2019, Autenticação: 6A25792FB8B9E0AE52A0ABA1D536C33C32BDE5F. Lenira Cardoso de Alencar Sarainho - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/231.469-6 e o código de segurança b6KN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/01/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Sarainho - Secretária-Geral.

Secretária-Geral



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/231.469-6	CEE1900302433	30/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
863.539.773-87	ELIARIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA

Junta Comercial do Estado do Ceará





DÉCIMO SEGUNDO ADITIVO E CONSOLIDAÇÃO

JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
CNPJ nº 07.558.992/0001-16
NIRE 23.200.280.456

Pelo presente instrumento, **JOSÉ LEORNE RIOS**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 05/08/1956, natural de Marco, Estado do Ceará, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206, Centro, CEP: 62.560-000 portador da Carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº. 774.964 SSP-CE e CPF sob o Nº 056.061.283-49. Representado neste ato por **ELIÁRIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA**, brasileira, solteira, contadora, nascida em 21/03/1980, portador do RG nº 2008969330-7 SSP/CE, portador do CRC nº 016592/O-5 CRC/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 863.539.773-87, residente e domiciliado na Rua Parsifal Barroso, nº 378, Bairro: Centro - Marco-CE, CEP: 62.560-000; e

ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, nascida em 03/06/1981, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 184, Bairro: Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral sob Nº. 330014298 SSP-CE e CPF sob o Nº 852.167.713-87. Representada neste ato por **ELIÁRIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA**, brasileira, solteira, contadora, nascida em 21/03/1980, portador do RG nº 2008969330-7 SSP/CE, portador do CRC nº 016592/O-5 CRC/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 863.539.773-87, residente e domiciliado na Rua Parsifal Barroso, nº 378, Bairro: Centro - Marco-CE, CEP: 62.560-000; e

JOSÉ LEORNE JÚNIOR, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, nascido em 19/05/1990, Natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da Carteira de Identidade Registro Geral Nº 2001099148462 SSP-CE e CPF sob o Nº 027.679.523-77. Representado neste ato por **ELIÁRIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA**, brasileira, solteira, contadora, nascida em 21/03/1980, portador do RG nº 2008969330-7 SSP/CE, portador do CRC nº 016592/O-5 CRC/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 863.539.773-87, residente e domiciliado na Rua Parsifal Barroso, nº 378, Bairro: Centro - Marco-CE, CEP: 62.560-000; e

AMARA DAVILLA FARIAS RIOS, brasileira, casada em comunhão parcial de bens nascida em 17/05/1988, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206, Bairro: Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral Nº 2001099145927 SSP-CE e CPF sob o Nº. 031.406.133-93. Representada neste ato por **ELIÁRIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA**, brasileira, solteira, contadora, nascida em 21/03/1980, portador do RG nº 2008969330-7 SSP/CE, portador do CRC nº 016592/O-5 CRC/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 863.539.773-87, residente e domiciliado na Rua Parsifal Barroso, nº 378, Bairro: Centro - Marco-CE, CEP: 62.560-000; e

LUIZ GUSTAVO FARIAS RIOS, brasileiro, solteiro, nascido em 08/05/1989, natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, portador do RG. nº 2001099146052 - SSP - CE,

1



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5368206 em 02/01/2020 da Empresa JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA, Nire 23200280456 e protocolo 182314698 - 30/12/2019, Autenticação: 6A25792FB8B9E0AE52ACABA10536C33C328DE5F, Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/231.469-6 e o código de segurança b6KN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/01/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral.


Secretária-Geral

pág. 3/16



inscrito no CPF (MF) sob o nº 600.293.523-12, residente e domiciliado à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206 – Bairro: Centro - Marco - Ceará – CEP: 62.560-000. Representado neste ato por **ELIÁRIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA**, brasileira, solteira, contadora, nascida em 21/03/1980, portador do RG nº 2008969330-7 SSP/CE, portador do CRC nº 016592/O-5 CRC/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 863.539.773-87, residente e domiciliado na Rua Parsifal Barroso, nº 378, Bairro: Centro - Marco-CE, CEP: 62.560-000;

Únicos sócios na sociedade limitada sob a denominação **JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA** e com sede e domicílio na Rod. CE 161 – KM 75, s/n, Zona Rural, Marco – Ceará, CEP: 62.560-000. Registrada na Junta comercial do Estado do Ceará sob o NIRE Nº 23.200.280.456, por despacho de 21/08/1984, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.558.992/0001-16, decidem de comum acordo, alterar seu Contrato Social, e o fazem mediante as cláusulas a seguir, em conformidade com o Código Civil Brasileiro:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA FILIAL – A sociedade resolve alterar o endereço da filial registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE nº 23.900.266.821, CNPJ 07.558.992/0003-88, situada na Av. 23 de Agosto, 52, Centro – Senador Sá – CE, CEP: 62.470-000 para Av. 23 de Agosto, 702, Bairro: Centro, CEP: 62.470-000, Senador Sá – CE.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas, que não foram alteradas no todo ou em parte, pelo presente aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA: Em razão das alterações procedidas nas cláusulas anteriores, os sócios remanescentes resolvem consolidar o contrato social da sociedade de acordo com o NCC (Lei 10.406/2002) passa a ter, em seu todo, a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
CNPJ nº 07.558.992/0001-16
NIRE 23.200.280.456

JOSÉ LEORNE RIOS, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 05/08/1956, natural de Marco, Estado do Ceará, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206, Centro, CEP: 62.560-000 portador da Carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº. 774.964 SSP-CE e CPF sob o Nº 056.061.283-49.

ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, nascida em 03/06/1981, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 184, Bairro: Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral sob Nº. 330014298 SSP-CE e CPF sob o Nº 852.167.713-87.

JOSÉ LEORNE JÚNIOR, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, nascido em 19/05/1990, Natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206,

2



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5368206 em 02/01/2020 da Empresa JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA, Nire 23200280456 e protocolo 192314695 - 3G/12/2019. Autenticação: 6A25792FB8B9E0A52ADABA1D536C33C328DE5F. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 19/231.469-6 e o código de segurança b6KN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/01/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE
Secretária-Geral

pág. 4/15



Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da Carteira de Identidade Registro Geral N° 2001099148462 SSP-CE e CPF sob p N° 027.679.523-77.

AMARA DAVILLA FARIAS RIOS, brasileira, casada em comunhão parcial de bens nascida em 17/05/1988, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, N° 206, Bairro: Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral N° 2001099145927 SSP-CE e CPF sob o N°. 031.406.133-93.

LUIZ GUSTAVO FARIAS RIOS, brasileiro, solteiro, nascido em 08/05/1989, natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, portador do RG. n° 2001099146052 - SSP - CE, inscrito no CPF (MF) sob o n° 600.293.523-12, residente e domiciliado à Rua Parsifal Barroso, N°. 206 - Bairro: Centro - Marco - Ceará - CEP: 62.560-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade empresária limitada girará sob a denominação **JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA**, e tem sua sede e domicílio na Rod. CE 161 - KM 75, s/n, Zona Rural, Marco - Ceará, CEP: 62.560-000. Possuindo Filiais:

Filial 01: Rua Governador Raul Barbosa, n° 19, Bairro: Centro, CEP: 62.560-000, na Cidade de Marco, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob n° 07.558.992/0002-05 e registrada sob o NIRE 23.900.209.703, por despacho 30/08/1991.

Filial 02: Av. 23 Agosto, n° 702, Bairro: Centro, CEP: 62.470-000, na Cidade de Senador Sá, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob n° 07.558.992/0003-88 e registrada sob o NIRE 23.900.266.821, por despacho 18/07/1994.

Filial 03: Av. José Maria Sales, n° 805, Bairro: Morada Nova, CEP: 62.580-000, na Cidade de Acaraú, Estado do Ceará, CNPJ: 07.558.992/0004-69 e registrada sob NIRE: 23.900.236.867.

Filial 04: Rua Dedé Rios, s/n, Bairro: Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, Estado do Ceará, CNPJ: 07.558.992/0005-40 e registrada sob NIRE 23.900.278.292.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa utilizará o nome de fantasia na Matriz e Filial "**POSTO SÃO JOSÉ**".

PARÁGRAFO SEGUNDO: Observadas as disposições da legislação aplicável, a empresa poderá abrir e fechar filiais, agências e/ou escritórios comerciais em qualquer parte do território nacional por decisão dos sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto da empresa será:

- **Matriz**

A sociedade terá como objeto as seguintes atividades:

Principal:

- a) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores - CNAE 4731-8/00;

Secundárias:

- b) Comércio varejista de lubrificantes - CNAE 4732-6/00;



- c) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) – CNAE 4784-9/00;
- d) Comércio varejista de bebidas – CNAE 4723-7/00;
- e) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares – CNAE 5611-2/03;
- f) Restaurantes e Similares – CNAE 5611-2/01;
- g) Padaria e confeitaria com predominância de revenda – CNAE 4721-1/02;
- h) Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores – CNAE 4744-0/99;
- i) Comércio varejista de materiais de construção em geral – CNAE 4930-2/02;
- j) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional – CNAE 4930-2/02;
- k) Transporte rodoviário de produtos perigosos – CNAE 4930-2/03;
- l) Cabeleireiros, manicure e pedicure – CNAE 9602-5/01.

• **Filial I**

A sociedade terá como objeto as seguintes atividades:

Principal:

- a) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) – CNAE 4784-9/00;

Secundarias:

- b) Comércio varejista de lubrificantes – CNAE 4732-6/00;
- c) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores – CNAE 4731-8/00;
- d) Comércio varejista de bebidas – CNAE 4723-7/00;
- e) Comércio varejista de materiais de construção em geral – CNAE 4744-0/99;
- f) Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – CNAE 5611-2/03;
- g) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional – CNAE 4930-2/02;
- h) Transporte rodoviário de produtos perigosos – CNAE 4930-2/03.

• **Filial II**

Principal:

- a) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores – CNAE 4731-8/00;

Secundarias:

- b) Comércio varejista de lubrificantes – CNAE 4732-6/00;
- c) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) – CNAE 4784-9/00;
- d) Comércio varejista de bebidas – CNAE 4723-7/00;
- e) Comércio varejista de materiais de construção em geral – CNAE 4744-0/99;
- f) Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – CNAE 5611-2/03;
- g) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional – CNAE 4930-2/02;
- h) Transporte rodoviário de produtos perigosos – CNAE 4930-2/03.



AMARA DAVILLA FARIAS RIOS	031.406.133-93	10.000	R\$ 10.000,00
LUIZ GUSTAVA FARIAS RIOS	600.293.523-12	10.000	R\$ 10.000,00
TOTAL		80.000	80.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade dos sócios é limitada ao capital social integralizado.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em 01/08/1984 e seu prazo de duração por tempo indeterminado.

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA QUINTA: A administração da sociedade empresarial caberá aos sócios **JOSÉ LEORNE RIOS e ANA GERMANA FARIAS RIOS** acima qualificados, em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais, nos termos do art. 1.064 da Lei nº 10.406/2002. Podendo para tanto, sempre assinar isolada e indistintamente.

PARÁGRAFO 1º No exercício da administração, os sócios **JOSÉ LEORNE RIOS, ANA GERMANA FARIAS RIOS, JOSÉ LEORNE JÚNIOR E AMARA DAVILA FARIAS RIOS**, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios, no início de cada exercício social, respeitados as normas fiscais vigentes e os seus limites.

PARÁGRAFO 2º Os administradores tem os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, mas a assinatura isolada de qualquer deles não obriga a sociedade perante terceiros.

PARÁGRAFO 3º: Os sócios participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

PARÁGRAFO 4º: Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

PARÁGRAFO 5º Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e a terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

PARÁGRAFO 6º - Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios, nos termos do art. 1.061 da Lei nº 10.406/ 2002.

CLÁUSULA SEXTA - As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que deve ser convocada pelos administradores.

PARÁGRAFO 1º: O anúncio de convocação para a reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da reunião o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

PARÁGRAFO 2º: As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

PARÁGRAFO 3º: Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar ciente do local, data, hora e ordem do dia.

PARÁGRAFO 4º: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

PARÁGRAFO 5º: Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes, e cópia desta, autenticada pela mesa, será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

PARÁGRAFO 6º: A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

CLÁUSULA SETIMA - Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- a) aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) a destituição dos administradores;
- d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) a modificação do contrato social;
- f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) o pedido de concordata.



CLÁUSULA OITAVA: As deliberações dos sócios serão tomadas de acordo com o que determina o art. 1.076 do Código Civil, segundo o valor da quota de cada um.

PARÁGRAFO ÚNICO - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLÁUSULA NONA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito, com prazo mínimo de 60. (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se nenhum dos sócios usarem do direito de preferência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA: O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

PARÁGRAFO 1º: Até que se ultime no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

PARÁGRAFO 2º: Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

PARÁGRAFO 1º: Não sendo configurada justa causa, a exclusão somente poderá ser determinada em assembleia especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

PARÁGRAFO 2º: Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. (art. 1.065, CC/2002)

8



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO 1º: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002).

PARÁGRAFO 2º: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Fica eleito o foro de Marco-CE para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento, em uma via única.



Marco-CE, 01 de dezembro de 2019.

JOSÉ LEORNE RIOS

ANA GERMANA FARIAS RIOS

AMARA DAVILLA FARIAS RIOS

LUIZ GUSTAVO FARIAS RIOS

JOSE LEORNE JUNIOR





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/231.469-6	CEE1900302433	30/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
863.539.773-87	ELIARIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA

Junta Comercial do Estado do Ceará





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA, de NIRE 2320028045-6 e protocolado sob o número 19/231.469-6 em 30/12/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5368206, em 02/01/2020. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Francisca Claudia Lima Pinheiro.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Lenira Cardoso de Alencar Seraine. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucec.ce.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
863.539.773-87	ELIARIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
863.539.773-87	ELIARIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA

Fortaleza, Quinta-feira, 02 de Janeiro de 2020





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
264.855.593-53	FRANCISCA CLAUDIA LIMA PINHEIRO
236.117.073-68	LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE

Fortaleza, Quinta-feira, 02 de Janeiro de 2020



PROPOSTA DE PREÇOS

PLANILHA DE PREÇOS

AO

PREGOEIRO

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO BAIXO ACARAÚ

Ref. PREGAO PRESENCIAL N.º001/22-PP-DIBAU

PROponente: JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA - CNPJ: 07.558.992/0001-16

ENDEREÇO: ROD. CE 161, KM 75, S/N ZONA RURAL, MARCO, CE, CEP 62.560-000

FONE: (88) 3664-1165 EMAIL: postosaosjosepsj@gmail.com

DADOS BANCARIOS: Banco do Brasil - Agência 2273-X Conta Corrente: 13.204-7

OBJETO: Aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos derivados de petróleo, para atendimento das necessidades do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU

ABERTURA: 03 de janeiro de 2022 às 14h00min.

ITEM	PRODUTO - ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
1	ÓLEO 5W30 MOTOR A GASOLINA Lubrax Valora 1lt	LT	Lubrax	100	R\$ 49,00 (Quarenta e nove reais)	R\$ 4.900,00 (Quatro mil e noventa reais)
2	ÓLEO 15W40 MOTOR A DIESEL Lubrax Extra Turbo 1lt	LT	Lubrax	100	R\$ 28,66 (Vinte oito reais e sessenta seis centavos)	R\$ 2.866,00 (Dois mil, oitocentos sessenta e seis reais)
3	ÓLEO 10W30 Mobil Super Moto 4T 1 lt	LT	Mobil	150	R\$ 30,33 (Trinta reais e trinta três centavos)	R\$ 4.549,50 (Quatro mil e quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)
4	ÓLEO HIDRAULICO 68 Lubrax Hydra 68	LT	Lubrax	500	R\$ 25,33 (Vinte cinco reais e trinta três centavos)	R\$ 12.665,00 (Doze mil e seiscentos reais)
5	ÓLEO TRANSMISSÃO THF Lubrax Grans THF 3	LT	Lubrax	200	R\$ 28,66 (Vinte oito reais e sessenta seis centavos)	R\$ 5.732,00 (Cinco mil, setecentos e trinta dois reais)
6	ÓLEO SAE 90 Lubrax TRM 5 1lt	LT	Lubrax	100	R\$ 21,09 (Vinte um reais e nove centavos)	R\$ 2.109,00 (Dois mil, cento e nove reais)
7	ÓLEO OH50 Lubrax ATF 1lt	LT	Dulub	30	R\$ 37,00 (Trinta sete reais)	R\$ 1.110,00 (Um mil, cento e dez reais)
8	ÓLEO (FLUIDO) PARA FREIOS DOT3 Bosch DOT3	LT	Bosch	20	R\$ 30,00 (Trinta reais)	R\$ 600,00 (Seiscentos reais)
9	ÓLEO PARA MOTOR 2T Lubrax Essencial 2T	LT	Lubrax	10	R\$ 41,33 (Quarenta um reais e trinta três centavos)	R\$ 413,30 (Quatrocentos e trinta e três reais)
10	GRAXA AUTOMOTIVA GRAXA CHASSI	kg	Dulub	60	R\$ 25,00 (vinte cinco reais)	R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais)
11	GRAXA AZUL Dulub	kg	Dulub	40	R\$ 41,00 (Quarenta e um reais)	R\$ 1.640,00 (Um mil, seiscentos e quarenta reais)
12	ÓLEO DIESEL S10	LT	BR	35.000,0	R\$ 6,06 (Seis reais e seis centavos)	R\$ 212.100,00 (Duzentos e doze mil e cem reais)
13	GASOLINA ADITIVADA	LT	BE	10.000,0	R\$ 7,10 (Sete reais e dez centavos)	R\$ 71.000,00 (Setenta e um mil reais)
VALOR GLOBAL		Trezentos vinte um mil, cento oitenta e quatro reais e oitenta centavos				R\$ 321.184,80

Através do presente declaramos inteira submissão aos ditames Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº8.666/93 e suas posteriores alterações e as cláusulas e condições previstas no PP N.º001/22-PP-DIBAU.

Declaramos, ainda que nos preços apresentados, bem como nos lances verbais, estão incluídos todos os custos e despesas de impostos, taxas, entre outros.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente executar o objeto desta licitação, caso sejamos vencedores da presente licitação.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias a partir da data de apresentação ao Sr. Pregoeiro.

Prazo de entrega: Imediato, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

Marco, CE, 03 de janeiro de 2022

JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA

José Leorne Rios
 Sócio Administrador
 CPF 056.061.283-49

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

POSTO

São José

José Leorne Rios Rúa Uda

Rochovia CE 161 Km 75,8 triângulo de Marco – CE

C.G.C.: 07.558.992-0001-16 - C.G.F.: 06.018.558-9

Fomex: (88) 3664-4026 / 3664-4055 Pangea: (88) 3664-1163



De olho no Combustível

DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

Ao

Sr. Pregociro,

Pregão Presencial Nº001/22-PP-DIBAU

A empresa JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ 07.558.992/0001-16 com sede à Rod. CE 161, Km 75, S/N zona rural, no município de Marco, estado do Ceará, CEP 62.560-000, declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente Processo Licitatório PP Nº001/22-PP-DIBAU, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Marco-CE, 30 de dezembro 2021.



JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA

José Leorne Rios
CPF 056.061.283-49



Copyright © 2004 John Wiley & Sons, Ltd.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTILHA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1474383030



DOC. IDENTIFICADOR BRASURAP

114104-500-CE

CPF: 058.061.288-64

DATA NASCIMENTO: 04/08/1958

ENDEREÇO: FORTALEZA, RUA LUIZ GOMES

CIVILIDADE: CASADO

PROFISSÃO: ENFERMEIRO

SEXO: M

ESTADO: CE

DATA EMISSÃO: 01/10/1978

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO TITULAR

Nome: ACARDO, CR Data Emissão: 13/05/2007

ATUALIZADO EM: 01/10/2007

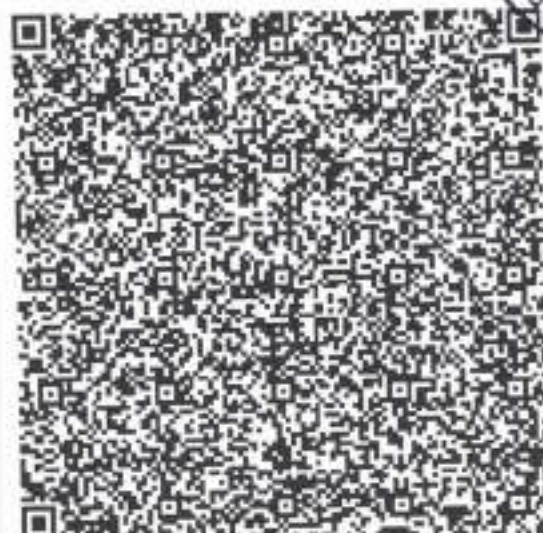
1474383030

CEARÁ

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN



[Handwritten signatures and marks]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1857231292

NOME
JOSE LEONARDO JORDEN

DOC. IDENTIFICADOR RENOVEL
2011079140403 SSP CE

CE
001.679.505-11 DATA NASCIMENTO
19/05/1993

ENDEREÇO
JOSE LEONARDO JORDEN
DISTRITO LITORAL PARLAI RIOS

PERMITEU P.NC CAT.VEIC
AC

INSCRIÇÃO
1857231292 VALOR
18700,0000 18704/2018

COMPROVADO

ASSINATURA DO DETENTOR
JOSE LEONARDO JORDEN DATA EMISSÃO
28/12/2018

BRANCO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

CEARÁ

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN



Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Fls. 160
Rúbrica

Fls. 160



✓

from

[Signature]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VALIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1853310407

NOME: JANA CARMEN KATZKE NUNO EUSTÓZIO

RG: 20191278611-000-000

CPF: 030.127.713-00

DATA DO DOCUMENTO: 03/04/2003

ENDEREÇO: JOSE LEONAR NUNO

CATEGORIA: LANCER PERMITE NUNO

PERMITE: ☐ AC: ☐ CAT. 1: ☐

1º REGISTRO: 03/04/2003

VALIDADE: 03/04/2003

VALIDAÇÃO: 18/08/2003

SIGNATURA DO PORTADOR

LOCAL: SCARVAL, CE

DATA EMISSÃO: 02/03/2003

ENDEREÇO DIGITALIZADO: 92-401-941731

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO: 18177194079

CEARÁ

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

DISTrito DE IRARÁ
Fls. 162
Rúbrica

[Handwritten signatures and marks]



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria do Desenvolvimento Econômico

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



IRE (de sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

23200280456

2062

T - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Ceará

Nome: JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



CEE1900302433

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERAÇÃO
		024	1	ALTERAÇÃO DE FILIAL NA UF DA SEDE

MARCO
Local

30 Dezembro 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

☐ NÃO _____
Data Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência



3ª Exigência



4ª Exigência



5ª Exigência



Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência



3ª Exigência



4ª Exigência



5ª Exigência



Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5368206 em 02/01/2020 da Empresa JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA, Nire 23200280456 e protocolo 192314696, em 30/12/2019. Autenticação: 6A25782FB889E0AE52ADABA1D536C3C328DE5F. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe o nº do protocolo 19/231.469-6 e o código de segurança 1SKN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/01/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/231.469-6	CEE1900302433	30/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
863.539.773-87	ELIARIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA

Junta Comercial do Estado do Ceará





DÉCIMO SEGUNDO ADITIVO E CONSOLIDAÇÃO

JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
CNPJ nº 07.558.992/0001-16
NIRE 23.200.280.456

Pelo presente instrumento, **JOSÉ LEORNE RIOS**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 05/08/1956, natural de Marco, Estado do Ceará, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206, Centro, CEP: 62.560-000 portador da Carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº. 774.964 SSP-CE e CPF sob o Nº 056.061.283-49, Representado neste ato por **ELIÁRIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA**, brasileira, solteira, contadora, nascida em 21/03/1980, portador do RG nº 2008969330-7 SSP/CE, portador do CRC nº 016592/O-5 CRC/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 863.539.773-87, residente e domiciliado na Rua Parsifal Barroso, nº 378, Bairro: Centro - Marco-CE, CEP: 62.560-000; e

ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, nascida em 03/06/1981, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 184, Bairro: Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral sob Nº. 330014298 SSP-CE e CPF sob o Nº 852.167.713-87, Representada neste ato por **ELIÁRIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA**, brasileira, solteira, contadora, nascida em 21/03/1980, portador do RG nº 2008969330-7 SSP/CE, portador do CRC nº 016592/O-5 CRC/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 863.539.773-87, residente e domiciliado na Rua Parsifal Barroso, nº 378, Bairro: Centro - Marco-CE, CEP: 62.560-000; e

JOSÉ LEORNE JÚNIOR, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, nascido em 19/05/1990, Natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206, Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da Carteira de Identidade Registro Geral Nº 2001099148462 SSP-CE e CPF sob o Nº 027.679.523-77, Representado neste ato por **ELIÁRIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA**, brasileira, solteira, contadora, nascida em 21/03/1980, portador do RG nº 2008969330-7 SSP/CE, portador do CRC nº 016592/O-5 CRC/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 863.539.773-87, residente e domiciliado na Rua Parsifal Barroso, nº 378, Bairro: Centro - Marco-CE, CEP: 62.560-000; e

AMARA DAVILLA FARIAS RIOS, brasileira, casada em comunhão parcial de bens nascida em 17/05/1988, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206, Bairro: Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral Nº 2001099145927 SSP-CE e CPF sob o Nº. 031.406.133-93, Representada neste ato por **ELIÁRIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA**, brasileira, solteira, contadora, nascida em 21/03/1980, portador do RG nº 2008969330-7 SSP/CE, portador do CRC nº 016592/O-5 CRC/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 863.539.773-87, residente e domiciliado na Rua Parsifal Barroso, nº 378, Bairro: Centro - Marco-CE, CEP: 62.560-000; e

LUIZ GUSTAVO FARIAS RIOS, brasileiro, solteiro, nascido em 08/05/1989, natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, portador do RG. nº 2001099146052 - SSP - CE,

1





inscrito no CPF (MF) sob o nº 600.293.523-12, residente e domiciliado à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206 – Bairro: Centro - Marco - Ceará – CEP: 62.560-000. Representado neste ato por **ELIÁRIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA**, brasileira, solteira, contadora, nascida em 21/03/1980, portador do RG nº 2008969330-7 SSP/CE, portador do CRC nº 016592/O-5 CRC/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 863.539.773-87, residente e domiciliado na Rua Parsifal Barroso, nº 378, Bairro: Centro - Marco-CE, CEP: 62.560-000;

Únicos sócios na sociedade limitada sob a denominação **JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA** e com sede e domicílio na Rod. CE 161 – KM 75, s/n, Zona Rural, Marco – Ceará, CEP: 62.560-000. Registrada na Junta comercial do Estado do Ceará sob o NIRE Nº 23.200.280.456, por despacho de 21/08/1984, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.558.992/0001-16, decidem de comum acordo, alterar seu Contrato Social, e o fazem mediante as cláusulas a seguir, em conformidade com o Código Civil Brasileiro:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA FILIAL – A sociedade resolve alterar o endereço da filial registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o NIRE nº 23.900.266.821, CNPJ 07.558.992/0003-88, situada na Av. 23 de Agosto, 52, Centro – Senador Sá – CE, CEP: 62.470-000 para Av. 23 de Agosto, 702, Bairro: Centro, CEP: 62.470-000, Senador Sá – CE.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas, que não foram alteradas no todo ou em parte, pelo presente aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA: Em razão das alterações procedidas nas cláusulas anteriores, os sócios remanescentes resolvem consolidar o contrato social da sociedade de acordo com o NCC (Lei 10.406/2002) passa a ter, em seu todo, a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
CNPJ nº 07.558.992/0001-16
NIRE 23.200.280.456

JOSÉ LEORNE RIOS, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 05/08/1956, natural de Marco, Estado do Ceará, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206, Centro, CEP: 62.560-000 portador da Carteira de Identidade Registro Geral sob o Nº. 774.964 SSP-CE e CPF sob o Nº 056.061.283-49.

ANA GERMANA FARIAS RIOS, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, nascida em 03/06/1981, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 184, Bairro: Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral sob Nº. 330014298 SSP-CE e CPF sob o Nº 852.167.713-87.

JOSÉ LEORNE JÚNIOR, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, nascido em 19/05/1990, Natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, residente e domiciliado na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206,

2





Bairro Centro, CEP: 62.560-000, portador da Carteira de Identidade Registro Geral Nº 2001099148462 SSP-CE e CPF sob p Nº 027.679.523-77.

AMARA DAVILLA FARIAS RIOS, brasileira, casada em comunhão parcial de bens nascida em 17/05/1988, natural de Marco, Estado do Ceará, empresária, residente e domiciliada na cidade de Marco, Estado do Ceará, à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206, Bairro: Centro, CEP: 62.560-000, portadora da Carteira de Identidade Registro Geral Nº 2001099145927 SSP-CE e CPF sob o Nº. 031.406.133-93.

LUIZ GUSTAVO FARIAS RIOS, brasileiro, solteiro, nascido em 08/05/1989, natural de Marco, Estado do Ceará, empresário, portador do RG. nº 2001099146052 - SSP - CE, inscrito no CPF (MF) sob o nº 600.293.523-12, residente e domiciliado à Rua Parsifal Barroso, Nº. 206 - Bairro: Centro - Marco - Ceará - CEP: 62.560-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade empresária limitada girará sob a denominação **JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA**, e tem sua sede e domicílio na Rod. CE 151 - KM 75, s/n, Zona Rural, Marco - Ceará, CEP: 62.560-000. Possuindo Filiais:

Filial 01: Rua Governador Raul Barbosa, nº 19, Bairro: Centro, CEP: 62.560-000, na Cidade de Marco, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob nº 07.558.992/0002-05 e registrada sob o NIRE 23.900.209.703, por despacho 30/08/1991.

Filial 02: Av. 23 Agosto, nº 702, Bairro: Centro, CEP: 62.470-000, na Cidade de Senador Sá, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob nº 07.558.992/0003-88 e registrada sob o NIRE 23.900.266.821, por despacho 18/07/1994.

Filial 03: Av. José Maria Sales, nº 805, Bairro: Morada Nova, CEP: 62.580-000, na Cidade de Acaraú, Estado do Ceará, CNPJ: 07.558.992/0004-69 e registrada sob NIRE: 23.900.236.867.

Filial 04: Rua Dedé Rios, s/n, Bairro: Centro, CEP: 62.560-000, na cidade de Marco, Estado do Ceará, CNPJ: 07.558.992/0005-40 e registrada sob NIRE 23.900.278.292.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa utilizará o nome de fantasia na Matriz e Filial "POSTO SÃO JOSÉ".

PARÁGRAFO SEGUNDO: Observadas as disposições da legislação aplicável, a empresa poderá abrir e fechar filiais, agências e/ou escritórios comerciais em qualquer parte do território nacional por decisão dos sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto da empresa será:

• **Matriz**

A sociedade terá como objeto as seguintes atividades:

Principal:

- a) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores - CNAE 4731-8/00;

Secundarias:

- b) Comércio varejista de lubrificantes - CNAE 4732-6/00;





- c) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) – CNAE 4784-9/00;
- d) Comércio varejista de bebidas – CNAE 4723-7/00;
- e) Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares – CNAE 5611-2/03;
- f) Restaurantes e Similares – CNAE 5611-2/01;
- g) Padaria e confeitaria com predominância de revenda – CNAE 4721-1/02;
- h) Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores – CNAE 4744-0/99;
- i) Comércio varejista de materiais de construção em geral – CNAE 4930-2/02;
- j) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional – CNAE 4930-2/02;
- k) Transporte rodoviário de produtos perigosos – CNAE 4930-2/03;
- l) Cabeleireiros, manicure e pedicure – CNAE 9602-5/01.

• **Filial I**

A sociedade terá como objeto as seguintes atividades:

Principal:

- a) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) – CNAE 4784-9/00;

Secundarias:

- b) Comércio varejista de lubrificantes – CNAE 4732-6/00;
- c) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores – CNAE 4731-8/00;
- d) Comércio varejista de bebidas – CNAE 4723-7/00;
- e) Comércio varejista de materiais de construção em geral – CNAE 4744-0/99;
- f) Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – CNAE 5611-2/03;
- g) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional – CNAE 4930-2/02;
- h) Transporte rodoviário de produtos perigosos – CNAE 4930-2/03.

• **Filial II**

Principal:

- a) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores – CNAE 4731-8/00;

Secundarias:

- b) Comércio varejista de lubrificantes – CNAE 4732-6/00;
- c) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) – CNAE 4784-9/00;
- d) Comércio varejista de bebidas – CNAE 4723-7/00;
- e) Comércio varejista de materiais de construção em geral – CNAE 4744-0/99;
- f) Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – CNAE 5611-2/03;
- g) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional – CNAE 4930-2/02;
- h) Transporte rodoviário de produtos perigosos – CNAE 4930-2/03.



• **Filial III:**

Principal:

- a) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores – CNAE 4731-8/00;

Secundarias:

- b) Comércio varejista de lubrificantes – CNAE 4732-6/00;
c) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) – CNAE 4784-9/00;
d) Comércio varejista de bebidas – CNAE 4723-7/00;
e) Comércio varejista de materiais de construção em geral – CNAE 4744-0/99;
f) Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – CNAE 5611-2/03;
g) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional – CNAE 4930-2/02;
h) Transporte rodoviário de produtos perigosos – CNAE 4930-2/03;
i) Cabeleireiros, Manicure e Pedicure – CNAE 9602-5/01.

• **Filial IV:**

Principal:

- a) Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores – CNAE 4731-8/00;

Secundarias:

- b) Comércio varejista de lubrificantes – CNAE 4732-6/00;
c) Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP) – CNAE 4784-9/00;
d) Comércio varejista de bebidas – CNAE 4723-7/00;
e) Comércio varejista de materiais de construção em geral – CNAE 4744-0/99;
f) Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – CNAE 5611-2/03;
g) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional – CNAE 4930-2/02;
h) Transporte rodoviário de produtos perigosos – CNAE 4930-2/03.

DO CAPITAL E DA INTEGRALIZAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social da empresa é no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), dividido em 80.000 (oitenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, pelos sócios qualificados no preâmbulo. Estando assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	CPF (MF)	Nº DAS QUOTAS	VR DO CAPITAL R\$
JOSE LEORNE RIOS	056.061.283-49	40.000	R\$ 40.000,00
ANA GERMANA FARIAS RIOS	852.167.713-87	10.000	R\$ 10.000,00
JOSE LEORNE JUNIOR	027.679.523-77	10.000	R\$ 10.000,00

5



AMARA DAVILLA FARIAS RIOS	031.406.133-93	10.000	R\$ 10.000,00
LUIZ GUSTAVA FARIAS RIOS	600.293.523-12	10.000	R\$ 10.000,00
TOTAL		80.000	80.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade dos sócios é limitada ao capital social integralizado.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em 01/08/1984 e seu prazo de duração por tempo indeterminado.

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE

CLÁUSULA QUINTA: A administração da sociedade empresaria caberá aos sócios **JOSÉ LEORNE RIOS e ANA GERMANA FARIAS RIOS** acima qualificados, em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, sendo vedado o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais, nos termos do art. 1.064 da Lei nº 10.406/2002. Podendo para tanto, sempre assinar isolada e indistintamente.

PARÁGRAFO 1º No exercício da administração, os sócios **JOSÉ LEORNE RIOS, ANA GERMANA FARIAS RIOS, JOSÉ LEORNE JÚNIOR E AMARA DAVILA FARIAS RIOS**, terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios, no início de cada exercício social, respeitados as normas fiscais vigentes e os seus limites.

PARÁGRAFO 2º Os administradores tem os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, mas a assinatura isolada de qualquer deles não obriga a sociedade perante terceiros.

PARÁGRAFO 3º: Os sócios participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

PARÁGRAFO 4º: Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

PARÁGRAFO 5º Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e a terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

PARÁGRAFO 6º - Fica facultada a nomeação de administradores não pertencentes ao quadro societário, desde que aprovado por dois terços dos sócios, nos termos do art. 1.061 da Lei nº 10.406/ 2002.

CLÁUSULA SEXTA - As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que deve ser convocada pelos administradores.

PARÁGRAFO 1º: O anúncio de convocação para a reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da reunião o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

PARÁGRAFO 2º: As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

PARÁGRAFO 3º: Dispensam-se as formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar ciente do local, data, hora e ordem do dia.

PARÁGRAFO 4º: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

PARÁGRAFO 5º: Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes, e cópia desta, autenticada pela mesa, será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

PARÁGRAFO 6º: A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

CLÁUSULA SETIMA - Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- a) aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) a destituição dos administradores;
- d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) a modificação do contrato social;
- f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) o pedido de concordata.





CLÁUSULA OITAVA: As deliberações dos sócios serão tomadas de acordo com o que determina o art. 1.076 do Código Civil, segundo o valor da quota de cada um.

PARÁGRAFO ÚNICO - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

CLÁUSULA NONA: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito, com prazo mínimo de 60. (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se nenhum dos sócios usarem do direito de preferência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA: O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

PARÁGRAFO 1º: Até que se ultime no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

PARÁGRAFO 2º: Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

PARÁGRAFO 1º: Não sendo configurada justa causa, a exclusão somente poderá ser determinada em assembleia especialmente convocada para este fim, cliente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

PARÁGRAFO 2º: Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. (art. 1.065, CC/2002)

8



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 5368205 em 02/01/2020 da Empresa JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA, Nire 23200280400 e protocolo 182314696 - 30/12/2019. Autenticação: 6A25792FB8B9E0AE52A0A8A1D536C33C32BDE5F. Lenira Cardoso de Alencar Saraini - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 18/231.469-6 e o código de segurança b6KN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/01/2020 por Lenira Cardoso de Alencar Saraini - Secretária-Geral.

pág. 10/15



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es), quando for o caso. (arts. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO 1º: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio. (arts. 1.028 e 1.031, CC/2002).

PARÁGRAFO 2º: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: Fica eleito o foro de Marco-CE para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.





E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento, em uma via única.

Marco-CE, 01 de dezembro de 2019.

JOSÉ LEORNE RIOS

ANA GERMANA FARIAS RIOS

AMARA DAVILLA FARIAS RIOS

LUIZ GUSTAVO FARIAS RIOS

JOSE LEORNE JUNIOR

10





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/231.489-6	CEE1900302433	30/12/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
863.539.773-87	ELIARIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA

Junta Comercial do Estado do Ceará

Página 1 de 1





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA, de NIRE 2320028045-6 e protocolado sob o número 19/231.469-6 em 30/12/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 5368206, em 02/01/2020. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Francisca Claudia Lima Pinheiro.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Lenira Cardoso de Alencar Seraine. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucec.ce.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
863.539.773-87	ELIARIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
863.539.773-87	ELIARIA MARIA VASCONCELOS MOREIRA

Fortaleza, Quinta-feira, 02 de Janeiro de 2020

Página 1 de 1





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
Registro Digital



O ato foi defendido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
264.855.593-53	FRANCISCA CLAUDIA LIMA PINHEIRO
236.117.073-68	LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE

Fortaleza, Quinta-feira, 02 de Janeiro de 2020





**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARCO**



CERTIDÃO DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL (LEI 8.666/93)
(PESSOA JURÍDICA / 1º GRAU / CÍVEL)

CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que consultando nos Sistemas Informatizados do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao(s) Polo(s) PASSIVO OU ATIVO, dos processos de Natureza Cível, EM TRÂMITE, verificou NADA CONSTAR, em nome de JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA - DEMAIS, CNPJ nº 07.558.992/0001-16.

CERTIFICA que, esta certidão só é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão

O referido é verdade e dou fé.

MARCO

Segunda-feira, 27 de Dezembro de 2021 às 16:02:27

Observações:

- a) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- b) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada conforme informações no rodapé;
- c) a consulta inclui as seguintes classes: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL;
- d) esta certidão é expedida nos termos da Resolução 13/2019, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
07.558.992/0001-16
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
21/08/1984

NOME EMPRESARIAL

JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE

DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

45.20-6-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores

47.21-1-02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda

47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas

47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes

47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)

49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos

56.11-2-01 - Restaurantes e similares

56.11-2-02 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares

96.02-5-01 - Cabeleireiros, manicure e pedicure

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO

R0D CE 161

NÚMERO

SN

COMPLEMENTO

KM 75

CEP

02.560-000

BARRIO/DISTRITO

ZONA RURAL

MUNICÍPIO

MARCO

UF

CE

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 15/11/2021 às 08:18:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
FICHA DE INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE

FIC

C.G.F.

06.018558-9



RAZÃO SOCIAL
JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA

ENDEREÇO COMPLETO
CE 161, 00000
Compl:KM 75 Bairro:ZONA RURAL CEP:62560000
Cidade:MARCO UF:CE Distrito: MARCO

C.N.P.J.
07.558.992/0001-16

COD. ORGÃO LOCAL
203.0400-8

C.N.A.E. PRINCIPAL
4731800 - Comércio varejista de combustíveis para veículos
automotores

DESCRIÇÃO UNIDADE AUXILIAR
#####

C.N.A.E. PRINCIPAL/ARRECAÇÃO/FISCALIZAÇÃO
4731800 - Comércio varejista de combustíveis para veículos
automotores

C.G.F. ESTABELECIMENTO VINCULADO
#####

C.N.A.E. SECUNDÁRIO
4784900

REGIME DE RECOLHIMENTO
NORMAL

C.N.A.E. SECUNDÁRIO 2
#####

NATUREZA JURÍDICA
3 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA

EMITIDA VIA INTERNET EM 15/11/2021 ÀS 08:20:01

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
<http://www.sefaz.ce.gov.br>

[Handwritten signatures and initials]



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
CNPJ: 07.558.992/0001-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:10:02 do dia 01/10/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 30/03/2022.

Código de controle da certidão: **4A09.0150.92A7.22C8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202119235559

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: 060185589
CNPJ / CPF: 07558992000116
RAZÃO SOCIAL: JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 15/11/2021 ÀS 08:26:55
VÁLIDA ATÉ 14/01/2022

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br








Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Marco
Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças



CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS

Certidão Nº: 6171/2021

Concedida a: JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA

CNPJ/CPF Nº: 07558992000116

Endereço: ROD. CE 161, S/N TRIÂNGULO MARCO CE

Certificamos que, revendo os arquivos fiscais competentes referentes aos exercícios anteriores e o atual, NÃO EXISTEM pendências de natureza tributária e não tributária em nome do requerente, pelo que, expedimos a presente Certidão com prazo, ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

Certidão emitida em 06/12/2021 às 08:49
Esta Certidão tem validade até o dia 04/02/2022

Código de verificação 6154190368940



Certidão emitida gratuitamente pela internet

A autenticidade desta certidão poderá ser verificada pela internet com o código de verificação no endereço
<http://www.xtronline.com.br/marco>

> Qualquer rasura ou emenda torna este documento inválido <

✓

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 07.558.992/0001-16
Razão Social: JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
Endereço: ROD CE 161 SN KM 75 / ZONA RURAL / MARCO / CE / 62560-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/12/2021 a 25/01/2022

Certificação Número: 2021122703284878853245

Informação obtida em 31/12/2021 13:59:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

CNPJ: 07.558.992/0001-16

Certidão nº: 53864967/2021

Expedição: 15/11/2021, às 08:30:48

Validade: 13/05/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que o CNPJ sob o nº 07.558.992/0001-16, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

Certidão expedida sem indicação do nome/razão social, tendo em vista que o CPF/CNPJ consultado não figura na última versão da base de dados da Receita Federal do Brasil - RFB enviada ao Tribunal Superior do Trabalho - TST. Para saber a situação desse CPF/CNPJ, consulte o sítio da RFB (www.receita.fazenda.gov.br).

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei, ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, principalmente para fazer prova junto ao Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU, que a empresa JOSÉ LEORNE RIOS - ME, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.558.992/0001-16, com endereço a Rod CE 161 km 75, S/N Zona Rural, Marco, Estado do Ceará, CEP 62.560-000, fornece os produtos compatíveis com o objeto do PP 001/22 PP-DIBAU.

Atestamos ainda que os produtos são entregues com a devida regularidade e qualidade, não havendo nada que possa desabonar sua conduta.



Marco - CE, 30 de dezembro de 2021.



TOPODATUM TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ: 11.186.389/0001-63 / CREA-CE 40682

Reconheço a (s) firma (s)

☒ X por semelhança | ☐ por autenticidade

DE = FRANCISCO DAS CHAGAS

PONTES NETO

Marco, 30 / 12 / 2021

Em testemunho  da ver. de

☐ Adm. Leorne Rios - Titular
☐ Glederson Gomes Neto - Tm. Substituto
☐ Adm. Emprego - Lda

VALERIO ALMEIDA CUBA JUNIOR ATESTO





POSTO

São José

José Leorne Rios & Cia Ltda

Rodovia CE 161 Km 75,8 triângulo de Marco - CE.

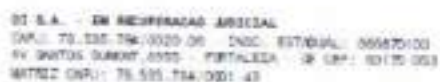
C.C.C: 07.558.992/0001-16 - C.G.F: 06.018.558-9.

Fones: (88) 3664-4026 / 3664-4035 Fax: (88) 3664-1165









Final 3 9:4

[illegible]

CTCE SALVADOREIRA PLTD
JOSE LEORNE RIOS CIA LTDA
ROD CE 161, KM 75, S/N
ZONA RURAL
62560-000 MARCO - CE



ALL RIGHTS RESERVED

Referência

DEZEMBRO /2021

Telephone

(88) 3664-4026

Vencimento

07/01/2022

Total a pagar

R\$ 173,27

Resumo da sua fatura



01 FIXO

01 #10

FACTS DE MINUTOS: Five Five Local

RS

173.27

0711-2209



Desde 06 de novembro de 2016 foi incluído o número 9 à frente dos celulares dos DDDs 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54 e 55 passando ao formato: (DDD) 9xxxx-xxxx.

Mais informações em www.oi.com.br/9digito



— 100 —

84600000001-4 73270024030-0 15167100368-4 44026012112-3



FATURA: L 0000090270499
VENCIMENTO: 07/01/2022
VALOR A PAGAR: R\$ 173,22

CÓDIGO PARA IDENTIFICACIÓN: 070802-AB001

POSTO

São José

José Leorne Rios & Cía Ltda

Rodovia CE 161 Km 75,8 triângulo de Marco - CE.

C.G.C. 07.558.992/0001-16 - C.G.F. 06.018.558-9

Fone: (88) 3664-4026 / 3664-4055 Fonefax: (88) 3664-1165



DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE VINCULO EMPREGATORIO COM O
DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERIMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU

Eu, JOSÉ LEORNE RIOS, portador do RG Nº774964 SSP/CE e CPF Nº056.061.283-49, residente e domiciliado à rua Parsifal Barroso, 206 AP02 centro Marco-CE CEP 62.560-000, sócio administrador da empresa Jose Leorne Rios & CIA LTDA, inscrita no CNPJ Nº07.558.992/0001-16 com sede à Rodovia CE 161 Km 75, S/N Zona Rural, Cep 62560-000 Marco, estado do Ceará, declaro para os devidos fins que não tenho **nenhum vínculo empregatício de nenhuma natureza**, com o DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERIMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU.

Marco-CE, 30 de dezembro 2021.



JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA

José Leorne Rios

CPF Nº056.061.283-49



Reconheço a (s) firma (s):

(X) por semelhança () por autossimilaridade

DG1 JOSE LOPEZ F.D.S.

Page 30 of 12, 10/11

Em testemunho Lucas da v

Karim's School

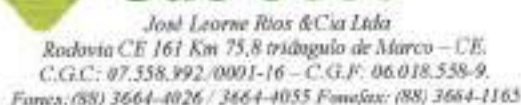
Σ: *After Lecture 1999* 14/05/2001

1. **Gaetano Leoni** - **Prof. Scienze**

© 1993 by American College of Obstetricians and Gynecologists

✓

g. 10/2/2020





POSTO

São José

Jose Leorne Rios & Cia Ltda
Rodovia CE 161 Km 75,8 triângulo de Marco - CE
C.G.C.: 07.558.992/0001-16 - C.F.F.: 06.018.558-9
Fones: (88) 3664-4026 / 3664-4035 Fonefax: (88) 3664-1163



DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE VINCULO EMPREGATORIO COM O
DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERIMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU

Eu, LUIZ GUSTAVO FARIAS RIOS, portador do RG N°2001099146052 SSP/CE e CPF N°600.293.523-12, residente e domiciliado à rua sete de setembro, 496 centro Marco-CE CEP 62.560-000, sócio gerente da empresa Jose Leorne Rios & CIA LTDA, inscrita no CNPJ N°07.558.992/0001-16 com sede à Rodovia CE 161 Km 75, S/N Zona Rural, Cep 62560-000 Marco, estado do Ceará, declaro para os devidos fins que não tenho **nenhum vínculo empregatício de nenhuma natureza**, com o DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERIMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU.

Marco-CE, 30 de dezembro 2021.




JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA

Luiz Gustavo Farias Rios

CPF N°600.293.523-12

Reconheço a (s) firma (s)
() por semelhança () por autenticidade
de: LUIS GUSTAVO FARIAS
RIOS
Marco, 30/12/2021
Em testemunho Ass da vt a
Jose Leorne Rios
☐ Jose Leorne Rios - Titular
☐ Claudineo Leorne Rios - Tm. Responsavel
☐ Rocio Santana
GRUPO: INVENTE COM - 100% DE AUTENTICIDADE







José Leorne Rios & Cia Ltda
Rodovia CE 161 Km 75,8 triângulo de Marco - CE.
C.G.C.: 07.558.992/0001-16 - C.E.F.: 06.018.558-9.
Fones: (88) 3664-4026 / 3664-4055 Fonefax: (88) 3664-1165



DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE VINCULO EMPREGATORIO COM O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERIMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU

Eu, ANA GERMANA FARIAS RIOS, portadora do RG N°20190529851 SSP/CE e CPF N°852.167.713-87, residente e domiciliado à rua Parsifal Barroso, 184, centro Marco-CE CEP 62.560-000, sócia gerente da empresa Jose Leorne Rios & CIA LTDA, inscrita no CNPJ N°07.558.992/0001-16 com sede à Rodovia CE 161 Km 75, S/N Zona Rural, Cep 62560-000 Marco, estado do Ceará, declaro para os devidos fins que não tenho **nenhum vínculo empregatício de nenhuma natureza**, com o DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERIMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU.

Marco-CE, 30 de dezembro 2021.



Ana Germana Farias Rios
JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
Ana Germana Farias Rios
CPF N°852.167.713-87



[Handwritten signatures and initials]



CERTIFICADO DE POSTO REVENDEDOR



Razão Social : JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
CNPJ : 07.558.992/0001-16
Número de Autorização : PR/CE0031030
Número Despacho : ANP Nº 252
Data da Publicação : 12/03/2003
Endereço : RODOVIA CE 161 - SN - KM 75
ZONA RURAL - MARCO - CE

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, certifica que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013.

Emitido às **08:39:15** horas do dia **15/11/2021** (data e horário de Brasília).

Código de controle do certificado: **9625.A618.18B6.B609**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP: www.anp.gov.br



LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 373/2018 - DICOP - GECON

Validade até: 1/8/2023



RENOVAÇÃO

O Superintendente da SEMACE, no uso de suas atribuições, expede a presente Licença, que autoriza a:

Nome / Razão Social: **JOSE LEORNE RIOS E CIA LTDA**

CPF / CNPJ: **07558992000116**

Endereço: **ROD CE 161 - KM 75 - TRIÂNGULO - 62560000**

Município: **MARCO/CE**

Processo SEMACE: **2017-193852/TEC/RENLO**

Nº SPU: **2127513/2017**



RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO EMBASADA NO PARECER TÉCNICO Nº 2287/2018-DICOP/GECON, PARA POSTO DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, CONTEMPLANDO A ATIVIDADE DE REVENDA E ARMAZENAMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, EXCETO AS ATIVIDADES DE TROCA DE ÓLEO, LAVAGEM DE VEÍCULOS E REVENDA E ARMAZENAMENTO DE GÁS NATURAL VEICULAR - GNV, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 541,00M², LOCALIZADO NA RODOVIA CE 161, KM 75, S/N, ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE MARCO/CE.

CONDICIONANTES:

- Submeter à prévia análise da SEMACE qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento;
- A SEMACE, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença caso ocorra:
 - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;
 - graves riscos ambientais e de saúde;
- Manter esta Licença e demais documentos relativos ao cumprimento das condicionantes ora estabelecidas, disponíveis à fiscalização da SEMACE;
- Afixar, no local do empreendimento, placa indicativa do licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução COEMA nº01, de 28 de fevereiro de 2000, conforme modelo que pode ser visualizado em:
http://www.semace.ce.gov.br/?page_id=284;
- Quando da Renovação desta Licença, caso o empreendimento venha a contar com a atividade de troca de óleo, deverá solicitar a SEMACE a inclusão desta atividade na respectiva licença e encaminhar cópia do recibo da última coleta do Refreio de Óleos Lubrificantes Usados ou Contaminados, conforme a Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de Junho de 2005 (Artigos 3º, 12º e 13º) e Resolução CONAMA Nº 450, de 06 de março de 2012;
- Caso o estabelecimento pretenda realizar a atividade de lavagem veicular, deverá solicitar à SEMACE a inclusão desta atividade na respectiva licença, bem como a coleta e análise dos efluentes, conforme parâmetros estabelecidos pela Resolução COEMA Nº 02/2017. Informe-se ainda que essa atividade deve possuir caixa separadora de água e

Fortaleza, quinta-feira, 2 de agosto de 2018.

CARLOS ALBERTO MENDES JUNIOR

Superintendente

LINCOLN DAVI MENDES DE OLIVEIRA
Diretoria de Controle e Proteção Ambiental - DICOP
Diretor



LICENÇA DE OPERAÇÃO N° 373/2018 - DICOP - GECON

Validade até: 1/8/2023

RENOVAÇÃO

óleo, conforme norma da ABNT vigente, em atendimento ao art. 4º da Lei Estadual N° 12.621/96;

- Por ocasião da renovação desta licença, deverão ser apresentados o Programa de Treinamento de Pessoal, de acordo com o Artigo 5º, II, "d", da Resolução CONAMA N° 273, de 29 de novembro de 2000, com registro fotográfico datado, identificando o local de treinamento, instrutor e participantes, em proporção definida na Tabela 2 do Anexo I da NR-20; Alvará de Funcionamento; Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal - CTF, emitido pelo IBAMA; Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros e o registro da ANP, devidamente atualizados;

- Apresentar à SEMACE, quando da renovação desta licença, os comprovantes da destinação adequada dos resíduos perigosos gerados pela atividade (estopas contaminadas, embalagens de óleo, resíduos da caixa de óleo, produtos imiscíveis com água, óleos lubrificantes, graxas, gasolina, querosene, diesel, biodiesel, borras oleosas etc).

Informamos que os óleos refidos pelo Sistema Separador de Água e Óleo - SAO devem ser coletados e destinados adequadamente por empresas licenciadas ambientalmente, conforme a Resolução CONAMA N° 450, de 06 de março de 2012;

- Quando da renovação desta licença, apresentar à SEMACE, Laudo de Estanqueidade atualizado, emitido por empresa ou profissional habilitado, do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustível (SASC), conforme NBR 13784/2014 da ABNT. O laudo deverá conter, dentre outras informações consideradas relevantes: período de realização dos testes; ano de fabricação dos tanques instalados; metodologia e procedimentos adotados; descrição dos equipamentos utilizados; limite de detecção e precisão do método utilizado; registro fotográfico dos testes; resultados dos testes, acompanhados de gráficos (pressão x tempo); laudos técnicos e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). A empresa realizadora do referido laudo deverá ser devidamente certificada pelo INMETRO, nos moldes da Portaria do INMETRO N° 259, de 24 de julho de 2008, devendo o certificado estar anexado ao laudo;

- Apresentar quando da renovação desta licença Anuência expedida pelo Departamento Estadual de Rodovias - DER/CE, em virtude de imóvel localizado à margem da Rodovia CE-161, ou documento que a dispense;

- No caso de encerramento, desistência ou suspensão das atividades a empresa deverá obrigatoriamente comunicar à SEMACE;

- ADVERTÊNCIA: O descumprimento das condicionantes da presente licença implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental, sem prejuízo da obrigação de reparar quaisquer danos ambientais causados.

Condicionantes com Prazo:

- Publicar o recebimento desta Licença no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes à data da sua concessão, em cumprimento à Lei Federal N° 10.650, de abril de 2003, ao Decreto Federal N° 99.274 de 06 de junho de 1990 e a Resolução CONAMA N° 006, de 24 de janeiro de 1986, complementada pela Resolução CONAMA N° 281 de 12 de julho de 2001;

Fortaleza, quinta-feira, 2 de agosto de 2018

CARLOS ALBERTO MENDES JUNIOR

Superintendente

LINCOLN DAVI MENDES DE OLIVEIRA
Diretoria de Controle e Proteção Ambiental - DICOP
Diretor

Rua Jaime Benévolo, 1400 - Bairro de Fátima CEP 60050-081 Fortaleza-CE, Brasil
(85) 3101 5562 / (85) 3101 5518

www.semace.ce.gov.br - protocolo@semace.ce.gov.br

ATA DE REALIZAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº: 001/22-PP-DIBAU****MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM****PROCESSO Nº: 001/22-PP-DIBAU**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU.

Aos 03 de Janeiro de 2022, às 14:00 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação, à BR403/CE 161 – Estrada de Acaraú – Triângulo do Marco – Marco/CE, com a presença do(a) Pregoeiro(a), FERNANDO FRANÇA SILVEIRA e sua equipe de apoio composta por Vitor Chiamulera e Lineu Cesar Wanderley Junior, nomeados pela Portaria nº 003/2021, de 17 de Dezembro de 2021 e, ainda, o(s) licitante(s):

Nº	LICITANTES	CNPJ Nº
01	JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA	07.558.992/0001-16

Com observância na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, no Processo nº 001/22-PP-DIBAU e no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU** cujo objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU. O Pregoeiro(a) deu início aos trabalhos procedendo com o recebimento dos envelopes “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” e “PROPOSTAS DE PREÇOS” da licitante e passou para a etapa de credenciamento do(s) respectivo(s) representante(s). A(s) empresa(s) CREDENCIADA(S) foram:

Nº	LICITANTES	CPF Nº
01	José Leorne Júnior JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA	027.679.523-77

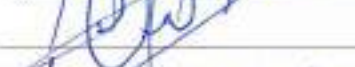
Em seguida foi aberto o envelope contendo as PROPOSTA DE PREÇOS, que foi analisado pelo(a) Pregoeiro(a), sua equipe de apoio e o(s) representante(s) da(s) empresa(s) credenciada(s). Neste quesito a(s) proposta(s) de preços está(ão) classificada(s). Passou-se para a etapa de apresentação dos lances verbais, cujos registros constam dos mapas acostados a esta ata. Chegou-se ao seguinte resultado, conforme a seguir: Após lances e negociações a empresa JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA sagrou-se vencedora com o valor global de R\$ 316.850,00 (trezentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta reais), o(a) Pregoeiro(a) então abriu o envelope contendo os documentos de habilitação que foi analisado pela equipe de apoio, Pregoeiro(a) e a(s) empresa(s) credenciada(s), então foi comunicado que a empresa está devidamente HABILITADA, o(a) Pregoeiro(a) então declara a empresa JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA vencedora.

O(a) Pregoeiro(a) perguntou se alguém teria alguma consideração, contestação ou apresentação de recursos a fazer contra sua decisão, nenhum licitante se manifestou contra todos declinaram. O(A) Pregoeiro(a) solicitou das empresas vencedoras que apresentassem suas propostas de preços reajustadas conforme prazo do edital. Finalmente, de tudo, se fez constar da presente ata, que após lida e achada conforme, segue assinada pelo

Pregoeiro(a), sua equipe de apoio e pelo(s) licitante(s) Foi declarada encerrada a presente sessão. Marco/CE, 03 de Janeiro de 2022.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Pregoeiro FERNANDO FRANÇA SILVEIRA
Membro VITOR CHIAMULERA
Membro LINEU CESAR WANDERLEY JUNIOR



LINEU CESAR WANDERLEY JUNIOR

PARTICIPANTE

JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA..... CNPJ: 07.556.992/0001-16
JOSE LEORNE JUNIOR.....CPF: 027.679.523-77



MAPA DE LANCES

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ - DIBAU
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU

[illegible]


Fernando J. Silva
President



DISTrito DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ – DIBAII
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAII

[illegible]

fernando
Fernando Fraja Salvo
Ingeniero

Março/CE, 03 de Janeiro de 2021.



PROPOSTA DE PREÇOS REAJUSTADA

PLANILHA PREÇOS ADEQUADA

AO

PREGOEIRO

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO BAIXO ACARAÚ

Ref. PREGAO PRESENCIAL N.º001/22-PP-DIBAU

PROPOSTANTE: JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA - CNPJ: 07.558.992/0001-16

ENDEREÇO: ROD. CE 161, KM 75, S/N ZONA RURAL, MARCO, CE, CEP 62.560-000

FCNE: (88) 3664-1165 EMAIL: postoseojosepsj@gmail.com

DADOS BANCARIOS: Banco do Brasil - Agência 2273-X Conta Corrente: 13.204-7

OBJETO: Aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos derivados de petróleo, para atendimento das necessidades do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU

ABERTURA: 03 de janeiro de 2022 às 14h00min.

ITEM	PRODUTO - ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
1	ÓLEO 5W30 MOTOR A GASOLINA Lubrax Valora 1lt	LT	Lubrax	100	R\$ 48,00 (Quarenta e oito reais)	R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais)
2	ÓLEO 15W40 MOTOR A DIESEL Lubrax Extra Turbo 1lt	LT	Lubrax	100	R\$ 27,00 (Vinte e sete reais)	R\$ 2.700,00 (Dois mil, setecentos reais)
3	ÓLEO 10W30 Mobil Super Moto 4T 1 lt	LT	Mobil	150	R\$ 29,00 (Vinte e nove reais)	R\$ 4.350,00 (Quatro mil, trezentos e cinquenta reais)
4	ÓLEO HIDRAULICO 68 Lubrax Hydra 68	LT	Lubrax	500	R\$ 24,00 (Vinte e quatro reais)	R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)
5	ÓLEO TRANSMISSÃO THF Lubrax Grane THF 3	LT	Lubrax	200	R\$ 27,00 (Vinte e sete reais)	R\$ 5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais)
6	ÓLEO SAE 90 Lubrax TRM 5 1lt	LT	Lubrax	100	R\$ 20,00 (Vinte reais)	R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)
7	ÓLEO OH50 Lubrax ATF 1lt	LT	Dulub	30	R\$ 36,00 (Trinta e seis reais)	R\$ 1.080,00 (Um mil e oitenta reais)
8	ÓLEO (FLUIDO) PARA FREIOS DOT3 Bosch DOT3	LT	Bosch	20	R\$ 29,00 (Vinte e nove reais)	R\$ 580,00 (Cinhentos e oitenta reais)
9	ÓLEO PARA MOTOR 2T Lubrax Essencial 2T	LT	Lubrax	10	R\$ 40,00 (Quarenta reais)	R\$ 400,00 (Quatrocentos reais)
10	GRAXA AUTOMOTIVA GRAXA CHASSI	kg	Dulub	60	R\$ 24,00 (Vinte e quatro reais)	R\$ 1.440,00 (Um mil e quatrocentos reais)
11	GRAXA AZUL Dulub	kg	Dulub	40	R\$ 40,00 (Quarenta reais)	R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais)
12	ÓLEO DIESEL S10	LT	BR	35.000,0	R\$ 6,00 (Seis reais)	R\$ 210.000,00 (Ducentos dez mil reais)
13	GASOLINA ADITIVADA	LT	BE	10.000,0	R\$ 7,05 (Sete reais e cinco centavos)	R\$ 70.500,00 (Setenta mil e quinhentos reais)
VALOR GLOBAL		Trezentos dezesseis mil e oitocentos cinquenta reais				R\$ 316.850,00

Através do presente declaramos inteira submissão aos ditames Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº6.095/93 e suas posteriores alterações e as cláusulas e condições previstas no PP N.º001/22-PP-DIBAU.

Declaramos, ainda que nos preços apresentados, bem como nos lances verbais, estão incluídos todos os custos e despesas de impostos, taxas, entre outros.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente executar o objeto desta licitação, caso sejamos vencedores da presente licitação.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias a partir da data de apresentação ao Sr. Pregoeiro.

Prazo de entrega: imediato, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

Marco, CE, 03 de janeiro de 2022.

JOSÉ LEORNE RIOS & CIA LTDA

Jose Leorne Rios
 Sócio Administrador
 CPF 056.061.283-49



PLANILHA PREÇOS ADEQUADA

AD

FREGOLINO

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO BAIXO ACARAÍ

Ref. PREGAO PRESENCIAL N.º 001/22-PP-DIBAUI

PROPOSTANTE: JOSÉ LEONARDO RIOS & CIA LTDA - CNPJ: 07.558.992/0001-16

ENDERECO: RODO. CE 161, KM 75, S/N ZONA RURAL, MARCO, CE, CEP 62.560-000

PHONE: (855) 366-1165 EMAIL: postosajoseph@gmail.com

DADOS BANCARIOS: Banco do Brasil - Agência 2273-X Conta Corrente 13.204.7

OBJETO Aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos derivados de petróleo, para atendimento das necessidades do Distrito de Injeção do Permetro Baixo Açuara - DIBA.

ABERTURA 33 de janeiro de 2022 às 14h00min

ITEM	PRODUTO - ESPECIFICAÇÃO	UND	MARCA	QUANT	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
1	ÓLEO 5W30 MOTOR A GASOLINA Lubrax Valora- 1lt	LT	Lubrax	100	R\$ 48,00 (Quarenta e oito reais)	R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais)
2	ÓLEO 15W40 MOTOR A DIESEL Lubrax Extra Turbo 1lt	LT	Lubrax	100	R\$ 27,00 (Vinte sete reais)	R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais)
3	ÓLEO 10W30 Mobil Super Moto ATF 1 lt	LT	Mobil	150	R\$ 29,00 (Vinte nove reais)	R\$ 4.350,00 (Quatro mil e trezentos e cinquenta reais)
4	ÓLEO HIDRAULICO 68 Lubrax Hydra 68	LT	Lubrax	500	R\$ 24,00 (Vinte quatro reais)	R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)
5	ÓLEO TRANSMISSÃO THF Lubrax Grans THF 3	LT	Lubrax	200	R\$ 27,00 (Vinte sete reais)	R\$ 5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais)
6	ÓLEO SAE 90 Lubrax TRM 5 1lt	LT	Lubrax	100	R\$ 20,00 (Vinte reais)	R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)
7	ÓLEO OH50 Lubrax ATF 1lt	LT	Dulub	30	R\$ 36,00 (Trinta e seis reais)	R\$ 1.080,00 (Um mil e oitenta reais)
8	ÓLEO (FLUIDO) PARA FREIOS DOT3 Bosch DOT3	LT	Bosch	20	R\$ 29,00 (Vinte e nove reais)	R\$ 580,00 (Cincentos e oitenta reais)
9	ÓLEO PARA MOTOR 2T Lubrax Essencial 2T	LT	Lubrax	10	R\$ 40,00 (Quarenta reais)	R\$ 400,00 (Quatrocentos reais)
10	GRAXA AUTOMOTIVA GRAXA CHASSI	kg	Dulub	60	R\$ 24,00 (Vinte quatro reais)	R\$ 1.440,00 (Um mil e quatrocentos e quarenta reais)
11	GRAXA AZUL Dulub	kg	Dulub	40	R\$ 40,00 (Quarenta reais)	R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais)
12	ÓLEO DIESEL S10	LT	BR	35.000,0	R\$ 6,00 (Seis reais)	R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais)
13	GASOLINA ADITIVADA	LT	BE	10.000,0	R\$ 7,05 (Sete reais e cinco centavos)	R\$ 70.500,00 (Setenta mil e quinhentos reais)
VALOR GLOBAL		Trezentos e sessenta mil e oitocentos e cinquenta reais				R\$ 316.850,00

Abravos do presente declaramos intere submissao aos ditames Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº8.666/93 e suas posteriores alterações e as cláusulas e condições previstas no PP N.º001/22-PP-DIBAUI

Declaramos, ainda que nos preços apresentados, bem como nos lances verbais, estão incluídos todos os custos e despesas de impostos, taxas, entre outros.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente executar o objeto desta licitação, caso sejamos vencedores da presente licitação.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias a partir da data de apresentação ao Sr. Pregoeiro

Prazo de entrega: imediato, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento

Maio, 21, 03 de Maio de 2022

RIDGE LEADERS, INC. & CO., LTD.

Jose Ignacio Ruiz

⁶ *Journal of Administrative Science*

CH 050 061 203 49

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Pregão Presencial nº 001/22-PP-DIBAU.

Tendo em vista a realização da sessão pública do Pregão Presencial 001/22-PP-DIBAU, destinado à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ – DIBAU; tendo transcorridas as fases de lances e de análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa; e observados os preceitos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002; **ADJUDICO** o objeto da licitação à:

JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.558.992/0001-16, cujos preços finais foram:

- Item 01: R\$ 4.800,00 (quatro mil, oitocentos reais);
- Item 02: R\$ 2.700,00 (dois mil, setecentos reais);
- Item 03: R\$ 4.350,00 (quatro mil, trezentos e cinquenta reais);
- Item 04: R\$ 12.000,00 (doze mil reais);
- Item 05: R\$ 5.400,00 (cinco mil, quatrocentos reais);
- Item 06: R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- Item 07: R\$ 1.080,00 (um mil, oitenta reais);
- Item 08: R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais);
- Item 09: R\$ 400,00 (quatrocentos reais);
- Item 10: R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais);
- Item 11: R\$ 1.600,00 (um mil, seiscentos reais);
- Item 12: R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais);
- Item 13: R\$ 70.500,00 (setenta mil, quinhentos reais).

MARCO/CE, 03 de Janeiro de 2022.


FERNANDO FRANÇA SILVEIRA
Pregoeiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU

O(A) Gerente Executivo e o Coordenador do Conselho de Administração do DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, no uso de suas atribuições legais e, considerando haver o Pregoeiro e equipe de apoio cumprido todas as exigências do procedimento de licitação, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, vem, **HOMOLOGAR** o presente Processo Administrativo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 001/22-PP-DIBAU, para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos.

Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente processo **HOMOLOGADO**, passou-se ao julgamento tendo em vista o critério editalício de MENOR PREÇO, onde constatou-se que o participante **JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA**, com o valor total de R\$ 316.850,00 (trezentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta reais), por ter(em) apresentado(s) a(s) proposta(s) mais vantajosa(s).

Ao setor competente para providências cabíveis.

MARCO/CE, 04 de Janeiro de 2022


ROBERTO BASTOS CADENGUE
Gerente Executivo do DIBAU


EZEQUIEL CHAVES DA SILVA
Coordenador do Conselho de Administração do DIBAU

MARCO/CE, 04 de Janeiro de 2022

À
JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
ROD CE 161, S/N, KM 75 – ZONA RURAL – MARCO/CE.

REF.: CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Prezado(a) Senhor(a),

Na forma do art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, vimos convocar Vossa Senhoria para retirada e assinatura do Termo de Contrato decorrente do PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ – DIBAU, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTE EDITAL.

O Termo de Contrato está disponível na sala da Comissão de Licitação no(a) BR403/CE 161 – Estrada de Acaraú – Triângulo do Marco – Marco/CE, e deverá ser assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da presente convocação.


ROBERTO BASTOS CADENGUE
Gerente Executivo do DIBAU


EZEQUIEL CHAVES DA SILVA
Coordenador do Conselho de Administração do DIBAU

CIENTE EM 04/01/2022


JOSE LEORNE JUNIOR
CPF: 027.679.523-77

CONTRATO Nº. 20220001

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU, E DO OUTRO LADO A EMPRESA JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA, QUE ASSIM PARA O FIM QUE A SEGUIR DECLARAM:

O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com sede na BR403/CE 161 - Estrada de Acaraú - Triângulo do Marco - Marco/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.493.975/0001-50, neste ato representado pelo Sr.(a) ROBERTO BASTOS CADENGUE, portador(a) do CPF nº. 013.637.258-90 e pelo Sr.(a) EZEQUIEL CHAVES DA SILVA, portador(a) do CPF nº. 600.488.213-57, doravante denominados de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA, com sede à ROD CE 161, s/n, km 75 - Zona Rural - Marco-CE, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.558.992/0001-16, representada por José Leorne Júnior, portador(a) CPF nº. 027.679.523-77, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/22-PP-DIBAU, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato no PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU, pelas disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 - Lei que Regulamenta o Pregão, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterados pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores - Lei de Licitações, Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei Federal nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTA EDITAL.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste contrato o valor global de **R\$ 316.850,00 (trezentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta reais)**, distribuídos da seguinte forma, sujeito as incidências tributárias normais.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VAL. UNIT	VAL. TOTAL
01	ÓLEO 5W30 MOTOR GASOLINA	LT	100	R\$ 48,00	R\$ 4.800,00
02	ÓLEO 15W40 MOTOR DIESEL	LT	100	R\$ 27,00	R\$ 2.700,00
03	ÓLEO 10W30	LT	150	R\$ 29,00	R\$ 4.350,00
04	ÓLEO HIDRÁULICO 68	LT	500	R\$ 24,00	R\$ 12.000,00
05	ÓLEO TRANSMISSÃO THF	LT	200	R\$ 27,00	R\$ 5.400,00

06	ÓLEO SAE 90	LT	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
07	ÓLEO OH50	LT	30	R\$ 36,00	R\$ 1.080,00
08	ÓLEO (FLUIDO) PARA FREIOS DOT3	LT	20	R\$ 29,00	R\$ 580,00
09	ÓLEO PARA MOTOR 2º	LT	10	R\$ 40,00	R\$ 400,00
10	GRAXA AUTOMOTIVA GRAXA CHASSI	Kg	60	R\$ 24,00	R\$ 1.440,00
11	GRAXA AZUL	Kg	40	R\$ 40,00	R\$ 1.600,00
12	ÓLEO DIESEL S10	LT	35.000	R\$ 6,00	R\$ 210.000,00
13	GASOLINA ADITIVADA	LT	10.000	R\$ 7,05	R\$ 70.500,00

CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1- O presente contrato terá um prazo de vigência até 31 de Dezembro de 2022, podendo ser aditado nos casos previstos no art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS

5.1 - As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da receita proveniente da arrecadação da Tarifa K2, junto aos irrigantes do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú - DIBAU.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

6.1- Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, alínea d, da Lei Federal nº. 8.666/98, alterada e consolidada; devendo a contratada se manifestar e, comprovadamente, demonstrar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, cabendo ao contratante, justificadamente, aceitar ou não aplicando-se a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo ou outro índice em vigor, caso essa seja extinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.2 - A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.3 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização

eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO, CONDIÇÕES DA ENTREGA E LOCAL E DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Poderão ser firmados contratos, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

8.2. DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicará os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da CONTRATANTE.

8.2.1. A Ordem de Compra emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

8.2.2. O contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento. Os produtos serão entregues nas seguintes condições:

a) Nos locais determinados pela administração do presente processo licitatório indicado na Ordem de Compra;

b) No prazo de no máximo de 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra no horário de 07h às 13h (horário local).

8.2.3. O aceite dos produtos pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo deste edital quanto aos produtos entregues.

8.2.4. Os produtos devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

8.2.5. Para os produtos objetos deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do da(s) unidade(s) gestora(s) do Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU.

8.2.5.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a(s) unidade(s) gestora(s).

8.2.6. No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas neste edital, na ordem de compra e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

8.2.7. Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

8.5. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos produtos entregues.

8.5.1. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

8.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.7. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.7.1. Não produziu os resultados acordados;

8.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.8. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.10. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.12 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias. 8.13 - Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

8.14- Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

9.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

9.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1- Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

10.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

10.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

10.5 - Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

10.6 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7 - Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.

10.8 - Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.

10.9 - Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.

10.10 - Remover, às suas expensas, todo o produto que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo imediato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

11.1.1. Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

11.1.2. Apresentar documentação falsa;

11.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

11.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.6. Cometer fraude fiscal;

11.1.7. Fizer declaração falsa;

11.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

11.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos;

11.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

11.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

12.1 - A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

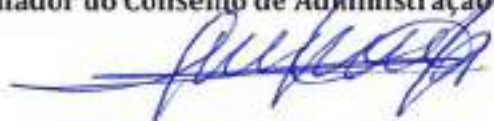
13.1- Fica eleito o foro da Comarca de Marco, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Marco (CE), 04 de Janeiro de 2022.

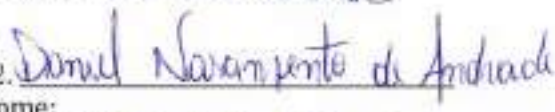

ROBERTO BASTOS CADENGUE
Gerente Executivo do DIBAU


EZEQUIEL CHAVES DA SILVA
Coordenador do Conselho de Administração do DIBAU


JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. 
Nome:
CPF/MF: 039.272.833-80

02. 
Nome:
CPF/MF: 010.201.482-50

EXTRATO DO(S) INSTRUMENTO(S) CONTRATUAL(AIS)

O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU, torna público o extrato do(s) Instrumento(s) Contratual(ais) resultante(s) do **PREGÃO PRESENCIAL nº 001/22-PP-DIBAU**

UNIDADE ADMINISTRATIVA: DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTES EDITAL.

DA FONTE DE RECURSOS: As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da receita proveniente da arrecadação da Tarifa K2, junto aos irrigantes do Distrito de Irrigação Baixo Acaraú - DIBAU.

CONTRATADOS (AS): JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA

VALOR GLOBAL: R\$ 316.850,00 (trezentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta reais).

CONTRATO Nº: 20220001

VIGÊNCIA DO(S) CONTRATO(S): da data da assinatura do(s) contrato(s), até 31 de Dezembro de 2022.

ASSINA(M) PELOS(AS) CONTRATADO(AS): ROBERTO BASTOS CADENGUE.

ASSINA(M) PELOS(AS) CONTRATADO(AS): EZEQUIEL CHAVES DA SILVA.

ASSINA PELA CONTRATANTE: JOSÉ LEORNE JÚNIOR.

MARCO/CE, 04 de Janeiro de 2022


ROBERTO BASTOS CADENGUE
Gerente Executivo do DIBAU


EZEQUIEL CHAVES DA SILVA
Coordenador do Conselho de Administração do DIBAU

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Certifico para os devidos fins, que foi publicado no quadro de aviso e publicações desse Órgão o(s) extrato(s) referente ao(s) contrato nº **20220001** firmado entre o DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU - DIBAU e JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA, referente ao processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, nº 001/22-PP-DIBAU**.

MARCO - CE, 04 de Janeiro de 2022


ROBERTO BASTOS CADENGUE
Gerente Executivo do DIBAU


EZEQUIEL CHAVES DA SILVA
Coordenador do Conselho de Administração do DIBAU

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

O DIBAU, "Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú",
autoriza as seguintes assinaturas, nas requisições de
abastecimentos de combustíveis no Posto de combustíveis São
José.

Marco, 04 de janeiro de 2022.



Paulo Régis Rios
Gerente Adm. & Financeiro



Fábio Rodrigo Junqueira
Gerente O & M



Carlos Augusto Freitas Silva
Técnico Administrativo



Daniel Nascimento de Andrade
Encar. de Almox. e Patrimônio



Antonio Manoel Sousa Amorim
Encar. de Obras e Redes

PROCESSO LICITATÓRIO

**CONTRATO Nº 20220001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU**

UNIDADE ADMINISTRATIVA:

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTE EDITAL.

DATA DO ADITIVO: 27 DE SETEMBRO DE 2022.

NUMERO DE ORDEM: PRIMEIRO

VIGÊNCIA DO ADITIVO: 27/09/2022 A 31/12/2022.

ASSINA(M) PELOS(AS) CONTRATANTE: GETULIO DE QUEIROZ CARNEIRO.

ASSINA(M) PELOS(AS) CONTRATANTE: EZEQUIEL CHAVES DA SILVA.

ASSINA PELA CONTRATADO: JOSÉ LEORNE JÚNIOR.

SETEMBRO / 2022

REQUISIÇÃO

Senhor(a),

Diante da necessidade de acréscimo na AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTE EDITAL, conforme especificações em anexo o item abaixo mencionado, solicitamos de Vossa Senhoria autorização para a Comissão de Licitação, providenciar aditivo contratual destinado a suprir a carência acima citada.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	%	QUANT. A ADITIVAR
12	ÓLEO DIESEL S10	LT	BR	35,000	25	8,750
13	GASOLINA ADITIVADA	LT	BR	10,000	25	2,500

Marco/CE, 22 de setembro de 2022.

Atenciosamente,


Paulo Regis Rios
Gerente Financeiro
Requisitante

Senhor(a),

Atendo ao despacho de V. Sa., e objetivando a instrução do presente processo, informamos que conforme Art. 65, inciso I alínea "b" e parágrafo primeiro, existe a possibilidade da celebração de aditivo contratual.

Marco/CE, 26 de setembro de 2022.


Fernando França Silveira
Pregoeiro(a)

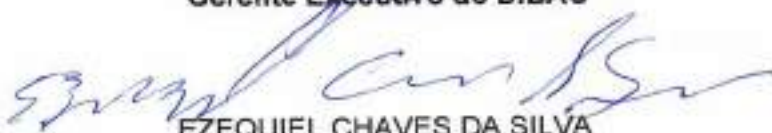
À
Comissão Permanente de Licitação

Sr(a). Pregoeiro(a),

Encaminhamos a esta Comissão de Licitação a requisição anexa, para verificação sobre a possibilidade da celebração de aditivo contratual, visando o atendimento da necessidade expressa.

Marco/CE, 23 de setembro de 2022.


GETULIO DE QUEIROZ CARNEIRO
Gerente Executivo do DIBAU


EZEQUIEL CHAVES DA SILVA
Coordenador do Conselho de Administração do DIBAU

**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº
001/22-PP-DIBAU – CONTRATO Nº 20220001**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTE EDITAL.

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI DE UM LADO O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, E DO OUTRO LADO, JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

O DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com sede na BR403/CE 161 – Estrada de Acaraú – Triângulo do Marco – Marco/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.493.975/0001-50, neste ato representado pelo Sr.(a) GETULIO DE QUEIROZ CARNEIRO, portador(a) do CPF nº. 122.641.803-15 e pelo Sr.(a) EZEQUIEL CHAVES DA SILVA, portador(a) do CPF nº. 600.488.213-57, doravante denominados de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA, com sede à ROD CE 161, s/n, km 75 – Zona Rural – Marco-CE, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.558.992/0001-16, representada por José Leorne Júnior, portador(a) CPF nº. 027.679.523-77, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/22-PP-DIBAU, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O aditivo do contrato em questão encontra amparo no artigo 65, inciso I, alínea "b" e parágrafo primeiro, do mesmo artigo, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O presente termo aditivo acresceu ao valor do objeto contratual global em **R\$ 70.125,00 (setenta mil, cento e vinte e cinco reais)** dentro do percentual de 25% (vinte e cinco por cento), no valor inicial do contrato.

Tal alteração contratual modificou o valor global anteriormente pactuado para o objeto licitado de **R\$ 316.850,00 (trezentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquentas reais)** globais, para **R\$ 386.975,00 (trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais)**;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS JUSTIFICATIVAS



CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO

Certificamos que o extrato do Termo Aditivo decorrente do PREGÃO PRESENCIAL nº 001/22-PP-DIBAU, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ – DIBAU, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTE EDITAL, foi afixado no dia 27 de setembro de 2022, no flanelógrafo deste Órgão, conforme estabelece a legislação em vigor.

Marco/CE, 27 de setembro de 2022.


GETULIO DE QUEIROZ CARNEIRO
Gerente Executivo do DIBAU


EZEQUIEL CHAVES DA SILVA
Coordenador do Conselho de Administração do DIBAU

EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

O(A) Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú – DIBAU, torna público o extrato do Termo Aditivo resultantes do **PREGÃO PRESENCIAL nº 001/22-PP-DIBAU e Contrato nº 20220001**.

UNIDADE ADMINISTRATIVA: DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DO PETRÓLEO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAU – DIBAU, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTE EDITAL.

CONTRATADOS(AS)	VALOR GLOBAL DO ADITIVO
JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA	R\$ 70.125,00 (setenta mil, cento e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA DO(S) ADITIVO(S): da data da assinatura do(s) contrato(s), até 31 de dezembro de 2022.

ASSINA(M) PELOS(AS) CONTRATANTE: GETULIO DE QUEIROZ CARNEIRO.

ASSINA(M) PELOS(AS) CONTRATANTE: EZEQUIEL CHAVES DA SILVA.

ASSINA PELA CONTRATADO: JOSÉ LEORNE JÚNIOR.

Marco/CE, 27 de setembro de 2022.


GETULIO DE QUEIROZ CARNEIRO
Gerente Executivo do DIBAU


EZEQUIEL CHAVES DA SILVA
Coordenador do Conselho de Administração do DIBAU

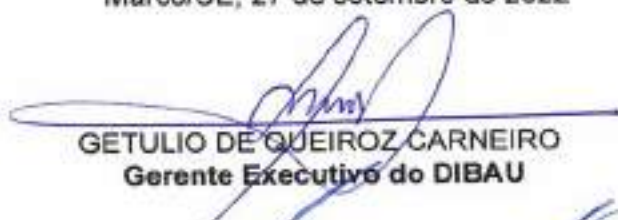
MEMORIAL DE CÁLCULO

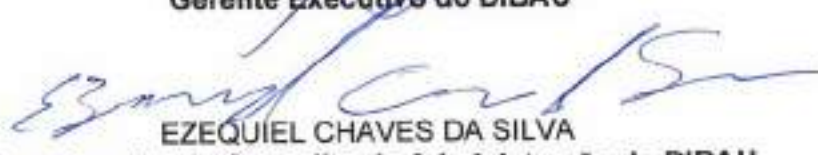
REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/22-PP-DIBAU.

Esses acréscimos nos QUANTITATIVOS passarão a vigorar a partir da data de assinatura deste aditivo contratual.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	UNIT.	TOTAL
12	ÓLEO DIESEL S10	LT	BR	8,750	6,00	52,500,00
13	GASOLINA ADITIVADA	LT	BR	2,500	7,05	17,625,00
						70,125,00

Marco/CE, 27 de setembro de 2022


GETULIO DE QUEIROZ CARNEIRO
Gerente Executivo do DIBAU


EZEQUIEL CHAVES DA SILVA
Coordenador do Conselho de Administração do DIBAU

JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
CONTRATADA

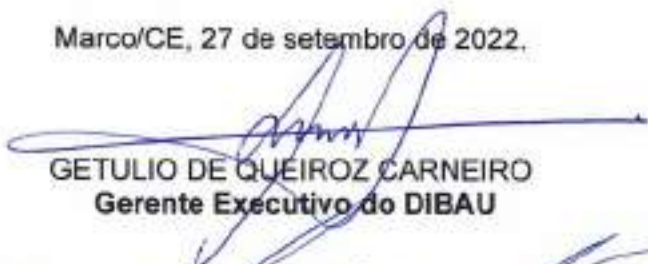
Com fundamento no Princípio da Continuidade do Serviço Público fez-se necessário o presente aditivo contratual com o intuito de complementar o objeto licitado, de modo que não ocorra a paralisação do objeto do contrato, destarte que o presente aditivo é faculdade prevista em lei, cuja mesma autoriza a adição sobre o quantitativo do contrato na ordem de 25% (vinte e cinco por cento), podendo a Administração impô-la ao contratado na avenca do instrumento contratual.

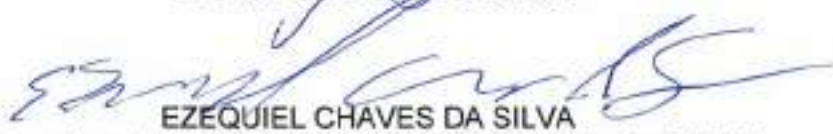
Enfatizamos e invocamos ainda o princípio da economicidade para o caso em apreço, pois estaria por demais provado que um novo certame para regularização do presente acréscimo demandaria tempo e custo desnecessários e inviáveis ao órgão.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais anteriormente ajustadas. E por estarem justos e acordados, as partes firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que possa produzir os efeitos legais.

Marco/CE, 27 de setembro de 2022.


GETULIO DE QUEIROZ CARNEIRO
Gerente Executivo do DIBAU


EZEQUIEL CHAVES DA SILVA
Coordenador do Conselho de Administração do DIBAU

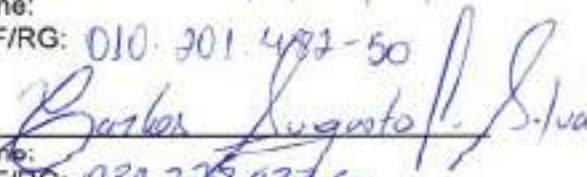

JOSE LEORNE RIOS & CIA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. 

Nome:

CPF/RG: 010.201.482-50

02. 

Nome:

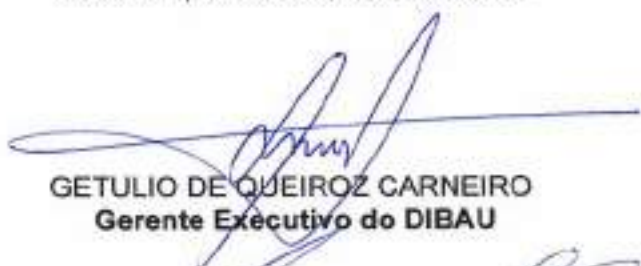
CPF/RG: 039.272.833-80

AUTORIZAÇÃO PARA ADITIVO CONTRATUAL

Sr(a), Pregoeiro(a),

Cumpridas as formalidade previstas na Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, conforme se constata na documentação anexada, autorizo a elaboração de aditivo contratual, visando o atendimento da necessidade ora expressa.

Marco/CE, 26 de setembro de 2022.


GETULIO DE QUEIROZ CARNEIRO
Gerente Executivo do DIBAU


EZEQUIEL CHAVES DA SILVA
Coordenador do Conselho de Administração do DIBAU

NOTA N°. 001/2022

Marco – CE, 14 de outubro de 2022.

Nota técnica

Informamos aos senhores produtores que mediante a situação incomum no fluxo de água no Rio Acaraú, causado por obstruções no leito do rio por construções de ponte de concreto armado na cidade de Sobral, que casou reduções na vazão do abastecimento da Barragem Santa Rosa e todavia, para garantimos uma condição de abastecimento continua nos canais que permita realizar a irrigação das lavouras.

E considerando que:

1. O DIBAU teve vários contatos e reuniões com COGERH e que, hoje finalmente nos informou que está dando um pulso de 1000L/S por 15 dias para recuperar o nível da BSR;
2. A vazão atual que chega a Barragem Santa Rosa - BSR é de 198 mil.m3/dia;
3. O volume necessitado diariamente para bombeamento é de 244 mil.m3/dia;
4. Há um saldo negativo entre o volume necessário para bombeamento e o real volume que chega à Barragem Santa Rosa;
5. A partir de 14/10/2022 apenas será bombeado para os canais 198 mil.m3/dia por um período de 7 dias;

O DIBAU recomenda que lavouras perenes, e semi-perenes que tem maior tolerância ao estresse hídrico como coco, acerola, goiaba, macaxeira, caju, manga, sapoti, graviola reduzam em 50% o tempo de irrigação, e demais lavouras como melancia, abobora, feijão, milho, mamão e banana reduzam o tempo de irrigações em 20%.

O período para normalização do abastecimento da BSR deve durar 7 dias a partir desta data. E tão breve seja reposto o nível, informaremos aos senhores para que a possam operar com a tranquilidade hídrica que é habitual.

Informamos que qualquer orientação diferente desta nota deve ser desconsiderada, e para mais esclarecimentos procure a gerencia do DIBAU para informações complementares. Contamos com a colaboração de todos pelo empenho, atenção e dedicação para juntos e de forma resolutiva vencermos mais este desafio.

Atenciosamente;

A Administração DIBAU